

500.00

# MOVIMENTO Cultural

ANO III-N.º 4 - Fevereiro 1988

## ERRATA

*Preço* — Onde se lê: 200\$00 — Deve ler-se: 500\$00

*Conselho Redactorial:* Onde se lê: António Matos, Alexandre Flores, Arlindo Mota, Eufrásio Filipe e Luís Marques

*Deve ler-se:* António Matos, Alexandre Flores, Arlindo Mota, Eufrásio Filipe, **Joaquina Soares** e Luís Marques

EDIÇÃO DA

Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal



# ÍNDICE

Pág.

<sup>NS</sup> * INTRODUÇÃO .....	5
<b>PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL</b>	
Intervenção arqueológica em Santa Catarina de Sítimos (Alcácer do Sal) — Um exemplo a seguir <i>Por João Carlos Faria e Marisol A. Ferreira</i> .....	11
O Povoado fortificado da Idade do Cobre do Monte da Tumba (Torrão) — Cinco anos de escavações arqueológicas <i>Por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares</i> .....	16
A História, a comunidade... Que perspectiva? <i>por Sérgio B. Pereira Bento</i> .....	34
Recursos, actividade industrial e qualidade de vida <i>por Manuel Valente Fernandes</i> .....	34
A Democratização do urbanismo <i>por A. Briosa e Gala</i> .....	36
<sup>NS</sup> * O Plano integrado de desenvolvimento para o distrito de Setúbal, as autarquias e o movimento cultural da região <i>por Leopoldo C.N. de Almeida</i> .....	40
Para a recuperação do hiato de Setúbal — Algumas notas <i>por Henrique Cabeçadas e Joaquina Soares</i> .....	44
Museus de colectividades: defesa de um património, contribuição para a história do associativismo <i>por Alberto Pereira Ramos</i> .....	56
A Primeira festa da árvore realizada em Portugal — Seixal, 27 de Maio de 1907 <i>por Manuel Lima</i> .....	60
Linguagem regional — Santiago e Sines <i>por Manuel João da Silva</i> .....	62
O Papel das associações no desenvolvimento <i>por Lucília Salgado</i> .....	64

<b>Os Livros de registos paroquiais e o distrito de Setúbal (II)</b> <i>por Alexandre M. Flores</i> .....	69
* <b>A Actividade bibliotecária e arquivista e a sua relevância no contexto sociocultural do distrito de Setúbal</b> <i>por Luís Marques</i> ..... <i>Plano das Bibliotecas de Setúbal Pública</i>	78
<b>ANIMAÇÃO CULTURAL</b>	
<b>O Centro Cultural Emmerico Nunes Sines</b> <i>pela Comissão Instaladora</i> .....	83
<b>ARTES E LETRAS</b>	
<b>9.ª Arte... Enfim!</b> <i>por Luís Beira</i> .....	87
<b>Festival Internacional de Cinema de Tróia</b> <i>por Mário Ventura Henriques</i> .....	91
<b>Fotografias de Rogério</b> .....	93
<b>Raúl Carapinha</b> <i>por Fernanda Zeferino</i> .....	99
<b>Alfabetização</b> <i>por Maria José Dias</i> .....	101
<b>José Afonso: O Homem e a Obra</b> <i>J. Jorge Letria</i> .....	104
<b>Tejo que levas as águas</b> <i>por Eufrázio Filipe</i> .....	107
<b>PUBLICAÇÕES RECEBIDAS</b>	
<i>por Arlindo Mota</i> .....	109
<b>Poemas de Manuel Correia</b> .....	111
<b>NOTICIÁRIO SOCIOCULTURAL</b>	
<b>Noticiário</b> <i>por Arnaldo Pereira</i> .....	115

# INTRODUÇÃO

Arlindo Mota\*

*«É preciso lutar para garantir um planeta saudável para nós e para os nossos descendentes: «Há só uma terra». Não deixemos que a indústria poluidora, sem necessidade tantas vezes, que a urbanização míope e desumanizadora ou que formas de energia destruidoras e desnecessárias, transformem o distrito de Setúbal num local onde a qualidade de vida seja inaceitável...»*

Prof. Dr. Santos Oliveira

As afirmações, produzidas no decorrer do «Seminário sobre o Regulamento Geral de Águas Residuais» realizado pela AMDS em 1985, com que encimamos esta breve nota introdutória da «Movimento Cultural» que o respectivo Conselho de Redacção deliberou colocar sob a inspiração das Comemorações do Ano Europeu do Ambiente, justificam algumas reflexões partindo da realidade de onde promanam e habitam: O Distrito de Setúbal.

É irrefutável que as preocupações sobre a ecologia e o meio ambiente estão na ordem do dia e os seus defensores já não radicam na opinião pública como algo abstractizante que caracterizou a fornada utópica dos finais da década de sessenta. Hoje, agrupados em partidos políticos ou em associações, constituem uma guarda avançada cuja voz se repercute mais e mais na consciência dos cidadãos, institucionalizando-se ou assumindo abertamente a vocação de contra-poder, no que constitui um dos mais interessantes fenómenos das sociedades modernas desenvolvidas.

No Distrito de Setúbal verificou-se nos últimos decénios um desenvolvimento vertiginoso da indústria, acompanhado de um intenso crescimento demográfico e acelerada concentração urbana, ingredientes mais do que suficientes para se poder rezear, a médio prazo, uma inexorável degradação do ambiente e a implacável destruição do património construído.

E, no entanto, ainda em 1959 alguns especialistas e responsáveis propunham classificar a península de Setúbal como Parque Nacional, dotado como era de invejáveis condições paisagísticas, climáticas, monumentalidade e diversificação, onde as «malfeitorias» (como eram designadas nesse estudo algumas das agressões ambientais) ainda eram escassas e facilmente sanáveis.

Concorreu decisivamente para a alteração desta situação o surto de desenvolvimento industrial que teve lugar, primeiro na margem sul (CUF, Siderurgia Nacional, Lisnave, etc.) depois na península da Mitrena, em Setúbal (Sapac, Socel, Setenave, Eurominas, Mague II, Central Termo-Eléctrica) e em Sines, onde se instalou um complexo industrial de grande dimensão.

Causa e efeito desta implantação foi a decisão (política) das autoridades da época de construir uma ponte sobre o Tejo, em Almada. Vencido o rio, a facilidade de acesso desencadeou fenómenos extremamente complexos com conseqüências da mais variada índole, cuja sistematização poderíamos assim esboçar:

---

\* Presidente da SALPA (Associação para a Salvaguarda do Património da Região de Setúbal)

— **Desenfreada especulação imobiliária:** Os terrenos rústicos foram objecto de uma intensa procura por parte de especuladores, cujo efeito mais visível e tristemente paradigmático é o aglomerado clandestino da Quinta do Conde.

— **Incremento da urbanização:** Deu-se logicamente uma rápida expansão (não controlada) dos antigos núcleos populacionais, sem estruturação nem equipamento: eram (são, apesar dos esforços das autarquias locais) os novos «dormitórios» da Grande Lisboa, agora a Sul do Tejo.

— **Aniquilamento dos melhores solos agrícolas:** Já de si pouco abundantes, os solos de melhor potencialidade agrícola foram imolados à sanha dos especuladores e à incapacidade dos responsáveis em responder à pressão demográfica então desencadeada.

Foi assim que as «Hortas da Moita» arenosas, mas que haviam sido enriquecidas com os lixos de Lisboa e as «Quintas de Setúbal» ricas em pomares citrinos, praticamente desapareceram.

Foi assim também que em Almada as casas do Fundo da Habitação foram erguidas em solo de calcário de margas, um dos melhores solos do País.

É assim que os terrenos de Palmela, antes adubados com o estrume de numerosas vacarias já desaparecidas, correm o perigo de se degradarem irremediavelmente a médio prazo.

— **Desaparecimento do pinhal e queda pluviométrica:** O esarteamento de terrenos através da famigerada «divisão em avos» levou ao progressivo aniquilamento do Pinhal. Com o corte sistemático dos pinheiros está a verificar-se um fenómeno de «desertificação» e a inerente queda pluviométrica cujas consequências são por enquanto imprevisíveis.

— **Implementação da habitação secundária:** Seduzidos por uma publicidade enganosa que enaltece os valores do quadro natural que diriam inalterável, muitos habitantes de Lisboa, adquirem na margem sul terrenos onde vão erguer a sua residência secundária.

A procura intensifica-se, naturalmente, junto do litoral o que levou à proliferação de «clandestinos» na Costa da Caparica, Lagoa de Albufeira, Arrábida. Apesar da recente acção concertada das entidades responsáveis que conduziu ao desmantelamento das construções ilegais (no todo ou em parte), foram afectadas, em alguns casos irremediavelmente, zonas sensíveis de alto valor paisagístico ou científico.

\*

\* \* \*

Quatro grandes projectos surgiram nas últimas três décadas que implicavam profundas alterações do ordenamento da margem sul do Tejo, esgotada como estava praticamente a expansão de Lisboa para os Concelhos do Norte.

Foram eles: O Plano do Parque Nacional da Península de Setúbal, atrás referido; o canal Tejo-Sado; o Aeroporto Internacional de Rio Frio; a Ponte sobre o Tejo, em Almada.

O projecto do canal Tejo-Sado, visando criar uma via fluvial artificial ligando os dois grandes rios, não logrou passar do papel, embora de quando em vez se volte de novo a falar nele.

A construção do Aeroporto Internacional de Rio Frio, que viria substituir o da Portela, congelado durante anos, volta a situar-se no campo das hipóteses para a década de 90.

Consumou-se, isso sim, a abertura da Ponte sobre o Tejo. E para além das consequências acima descritas, de imediato se inviabilizou o projecto da criação do Parque Nacional da Península de Setúbal que havia sido elaborado pelo Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Almada, em 1959.

E isto porque, apesar de os seus autores haverem carreado abundante e idónea documentação e do projecto haver sido integrado no Plano Director da Região de Lisboa, não se tinham tomado quaisquer medidas indispensáveis à sua implementação, nomeadamente uma adequada política de solos e a implementação de estruturas administrativas.

Após o 25 de Abril adoptou-se, com apoio expresso no texto constitucional de 1976, uma política de criação de unidades de conservação e hoje são uma realidade o Parque Nacional da Arrábida, as Reservas Naturais do Tejo e Sado, e a Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica.

Ou seja, após a anárquica (e devastadora) ocupação do território, as entidades oficiais tentam salvaguardar algumas zonas de alto valor científico e (ou) paisagístico. Por outro lado as autarquias locais desenvolveram (e desenvolvem ainda) uma intensa acção na contenção e reconversão dos clandestinos apesar da escassez dos recursos humanos e financeiros e da fragilidade do suporte legislativo.

De facto um território submetido a um sem número de jurisdições (mais de uma centena de organismos só no domínio da água, conforme relatório oficial!) não concorre, em nosso entender, para a melhor eficácia na defesa e valorização do património cultural e natural da região.

Por vários motivos: Por um lado, conduz a um diluir de responsabilidades; por outro, mesmo quando as competências, estão claramente determinadas, não existe, na prática, uma acção conjugada. A acrescer a tudo isto, a circunstância de entidades que gozam de amplas competências (caso dos Parques e Reservas Naturais, p. ex.) estarem reduzidos a um quadro técnico manifestamente insuficiente para fazer face às necessidades.

É óbvio que aos municípios deverá caber, na linha de uma correcta descentralização, a principal responsabilidade no território sob a sua jurisdição.



# Património cultural e natural



# INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA EM SANTA CATARINA DE SÍTIMOS (ALCÁCER DO SAL) — UM EXEMPLO A SEGUIR

João Carlos Faria\*  
Marisol A. Ferreira\*\*

Quando se fala na necessidade de preservação e salvaguarda do património cultural, coloca-se, de certo modo de parte, uma questão que lhe está intimamente associada — a da cartografia arqueológica.

Tornam-se cada vez mais importantes os levantamentos arqueológicos pois, para defender, há que conhecer, e assim, a cartografia está associada a uma política de defesa do património.

O conhecimento ou identificação prévia das estações ou monumentos arqueológicos, permite, em situações de extrema gravidade, a imediata intervenção e consequente salvação dos mesmos.

A *villa* romana de Santa Catarina de Sítimos<sup>(1)</sup>, é disso um exemplo.

Descoberta em 1977, quando se procedia a trabalhos de alargamento de uma rua

\* Técnico responsável pelo sector do Património Cultural da Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

\*\* Licenciada em História - variante de Arqueologia, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

nesta localidade, proporcionou desde então importantes achados, dos quais podemos mencionar uma ânfora do tipo Dressel 14/Beltran IV, quase completa, duas tampas de vasilha em cerâmica comum, mós em calcário, uma coluna em mármore de S. Brissos — Trigaches, completa, com 1,43 m de comprimento por 0,20 m de diâmetro máximo, decorada na base com folhas de acanto e flores de lótus (Foto n.º 1), para além de algumas construções, das quais citamos um tanque de planta quadrangular, revestido em *opus signinum*, e com pequeno canal adossado a uma das paredes.

Mais tarde, identificámos a necrópole desta propriedade rústica, que se situa certamente na encosta imediatamente abaixo do Monte de Famais, pois aí, apareceu uma sepultura de incineração, do tipo recipiente rectangular em calcário<sup>(2)</sup> e ainda uma estela, provavelmente funerária, completa, do mesmo material que, apesar de bastante erodida, ainda possui dois traços verticais e um S<sup>(3)</sup> (Foto n.º 2).



FOTO N.º 1



FOTO N.º 2

Em 1978 estava em adiantado estado de elaboração o Plano de Pormenor de Urbanização (P.P.U.) de Sta. Catarina, o qual respeitava à urbanização da zona situada entre as duas aldeias(4).

Pretendia assim a Câmara Municipal de Alcácer do Sal uma racional estruturação do aglomerado, visando a solução de problemas habitacionais, e dotando a localidade de equipamentos colectivos indispensáveis à promoção social e cultural dos habitantes.

Ao verificar-se, que a estação arqueológica abrangia — considerando a área de dispersão de materiais resultantes das lavouras, todo o terreno a utilizar na construção — tornava-se de imperiosa necessidade proceder ali a escavações pois, o projecto de urbanização, implicava a total destruição da estação.

No entanto, tal intervenção não era de momento viável. Somente em 1984, quando a área pretendida para a concretização do Plano de Pormenor de Urbanização foi desanexada e passou para a posse da Câmara Municipal, foi possível pensar seriamente na elaboração de um metódico e exaustivo projecto arqueológico de salvamento da área ameaçada.

Tal, veio a suceder no ano findo. A planificação do trabalho orientou-se para

uma cobertura da zona que sera destinada à construção de moradias. Com a colaboração dos jovens do programa O.T.J. (Ocupação Temporária dos Jovens), devidamente enquadrados, iniciámos os trabalhos, superiormente autorizados, de intervenção arqueológica(5).

Numa primeira fase procedeu-se à limpeza superficial do terreno, levantamento topográfico e implantação das quadrículas. Numa segunda fase e sempre com o apoio logístico da autarquia(6), à abertura de sondagens de 4 m<sup>2</sup> com apenas um único objectivo, ou seja, a tentativa de delimitar com exactidão a real extensão da *villa* romana.

Foram assim escavados cerca de duas dezenas de quadrados que, conduziram à descoberta de importantes testemunhos do passado.




O estudo dos níveis e materias encontrados, cuja cronologia abarca os séculos I a IV d.c., parecem revelar desde já uma grande ocupação da *villa* de Sta. Catarina.

De certa forma, os objectivos pretendidos foram conseguidos. Sabemos agora precisar muito melhor a real extensão desta estação, qual a sua verdadeira importância como parte integrante do nosso património histórico-cultural, que urge preservar e defender.



FOTO N.º 3

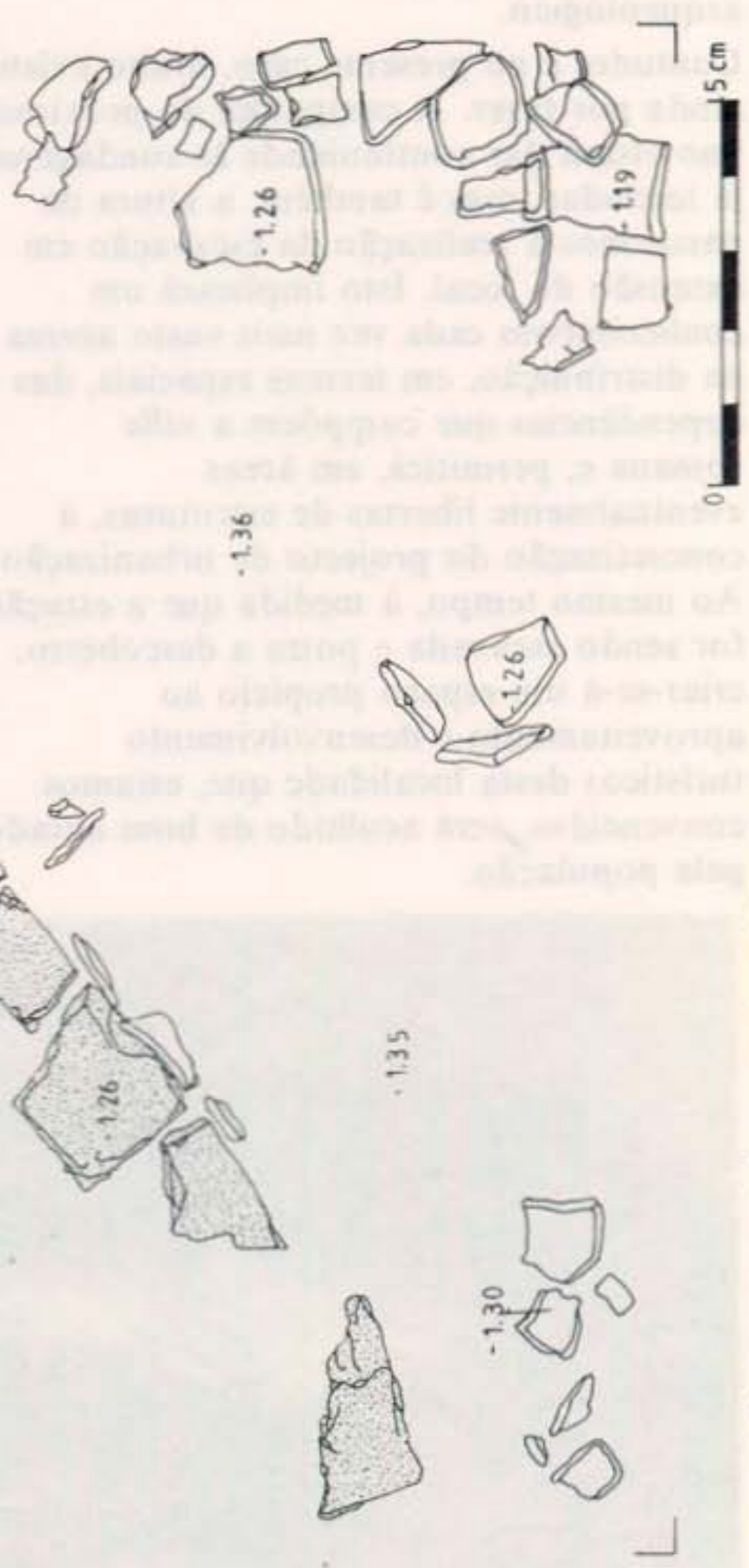


-  Imbrices
-  Lateres
-  Pedras

X 130,50 a 132,50  
Y 160,50 a 162,50

STA. CATARINA / 19836

Plano 1



Nível correspondente a derrube de telhado

O achado de estruturas habitacionais (Foto n.º 4) e de abundantes materiais arqueológicos, dos quais se destacam uma marca de oleiro em imbrex(7) (Foto n.º 5) e um dentário em prata do imperador Vespasiano (8) (69-79 d.c.) (Foto n.º 6), demonstram por si só, a espectacular riqueza deste sítio, que a autarquia está apostada em salvaguardar.

De facto, as autarquias podem ter uma acção extremamente válida na salvaguarda e reabilitação do património cultural, nomeadamente do património arqueológico.

Contudo, e no presente caso, muito existe ainda por fazer. A campanha do próximo ano visará dar continuidade às sondagens já iniciadas, mas é também, a altura de passarmos à realização da escavação em extensão do local. Isto implicará um conhecimento cada vez mais vasto acerca da distribuição, em termos espaciais, das dependências que compõem a *villa* romana e, permitirá, em áreas eventualmente libertas de estruturas, a concretização do projecto de urbanização. Ao mesmo tempo, à medida que a estação for sendo escavada e posta a descoberto, criar-se-à um espaço propício ao aproveitamento e desenvolvimento turísticos desta localidade que, estamos convencidos, será acolhido de bom agrado pela população.



FOTO N.º 5



FOTO N.º 6



FOTO N.º 4

(1) Situada na freguesia de Santiago, concelho de Alcácer do Sal.  
x 173,9  
y 158,5 (CMP f.477 1:25 000 1944)

(2) As medidas são as seguintes: Externas 74,5 × 45 × 31;  
Internas 47 × 27 × 13,5.

(3) Medidas: 63,5 × 22 × 4,5.

Apresentada inicialmente como anepígrafa. Aqui fica a correcção. Outro monumento funerário foi encontrado muito perto deste local. Trata-se de uma cupa, em mármore branco-acizentado, encontrada no Monte do Rosal, 500 m. a NE da villa de Sta. Catarina. Achada quando se procedia a trabalhos de terraplenagem para o cultivo do arroz, em data que se ignora, está junto a uma dependência do monte. Tem as seguintes medidas: 34 × 81 × 42,5, 36 no diâmetro do topo. A cupa não tem base, é anepígrafa e mostra quatro arcos triplos marcados no dorso. Topos sem qualquer decoração. Possui um buraco no dorso possivelmente devido a posterior reaproveitamento (Foto n.º 3).

Sobre a notícia da descoberta desta villa romana e achados ali efectuados cfr. João Carlos L. Faria, Marisol Aires Ferreira «Estações inéditas da época romana do concelho de Alcácer do Sal — Breve Notícia» in *Conímbriga* vol. XXV Coimbra 1986.

(4) Na realidade, a povoação é formada por duas aldeias: Sta. Catarina de Cima e Sta. Catarina de Baixo. A villa fica situada precisamente no meio de ambas, num terreno denominado Pedrões.

(5) Esta primeira campanha de escavações teve a duração de três meses, decorrendo de Julho a Setembro de 1986.

(6) As verbas atribuídas pelo poder central para escavações arqueológicas tornam-se cada vez mais escassas. Hoje em dia, o apoio das autarquias é fundamental, senão mesmo imprescindível. As Câmaras podem prestar apoio ao nível dos serviços técnicos, topografia, veículos, pessoal diverso.

(7) Fragmento de *imbrex*, de pasta grosseira, dura, de textura folheada, com algumas fendas e alvéolos, bem cozida, de tonalidade alaranjada homogénea, muito arenosa, com areias de grão médio atingindo raramente os 4 mm. Ausência de mica. Superfície interior muito rugosa em contraste com a superfície exterior, alisada a trapo ou a pincel. O bordo de um dos topos é côncavo. Marca impressa verticalmente na parte externa do *imbrex*, em cartela rectangular danificada em ambos os extremos. Letras em relevo, atingindo toda a altura da cartela.

Leitura: [AV vel VA] ER||A [S]

Espessura média do *imbrex*: 24 mm

Altura da Cartela: 12 mm

A marca, encontrada fora de contexto arqueológico, pode ser lida Avernas ou Vaernas. No Olival da Pedreira, perto de Alcácer do Sal, já tinham sido detectados dois fragmentos de *imbrices* impressos com esta marca, encontrados em situação análoga. (cfr. op. cit.)

Trata-se, certamente, de um oleiro desta região.

(8) Este numisma será oportunamente objecto de estudo em revista da especialidade.

# O POVOADO FORTIFICADO DA IDADE DO COBRE DO MONTE DA TUMBA (TORRÃO): CINCO ANOS DE ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS.

*Carlos Tavares da Silva\**  
*Joaquina Soares\*\**

De 1982 a 1986 realizaram-se cinco campanhas de escavações arqueológicas no Monte da Tumba, promovidas pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, com o apoio da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, da Junta de Freguesia do Torrão, do Instituto Português do Património Cultural e da Fundação Calouste Gulbenkian. Colaboraram ainda outras instituições, de carácter científico, como o Centro de Estratigrafia e Paleobiologia da Universidade Nova de Lisboa e o Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa. Deste esforço conjunto, de que ressalta o empenho de duas autarquias no conhecimento e defesa do seu património cultural, resultou a descoberta de um povoado fortificado da Idade do Cobre que, pela complexidade das suas estruturas defensivas e potência estratigráfica, representa uma das mais importantes jazidas calcólicas portuguesas, sendo, por enquanto, exemplar ímpar em todo o Sul de Portugal. Um rápido balanço desses cinco anos de actividade arqueológica<sup>(1)</sup>, eis o que nos propomos apresentar hoje.

## Localização

O Monte da Tumba é uma elevação em esporão, com boas condições naturais de defesa, limitada a norte e a oeste por encostas abruptas, na confluência de dois cursos de água: o mais importante, que corre na base das encostas norte e oeste,

\* Director do Centro de Estudos Arqueológicos do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal e do Núcleo de Arqueologia do Gabinete da Área de Sines.

\*\* Directora do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

é afluente directo do Xarrama e apresenta um caudal que permite a prática de culturas de regadio nos férteis campos adjacentes. Situa-se a cerca de 1200 m. para sul do Torrão do Alentejo (freguesia do Torrão, concelho de Alcácer do Sal, distrito de Setúbal), a 1100 m. para este da ribeira do Xarrama, afluente do Sado, e a cerca de 55 km. da foz deste rio. A sua localização é definida pelas coordenadas GAUSS: X=1913; Y=1462 (Carta Militar de Portugal, Esc. 1:25 000, F.487, Ed. 1945). De um ponto de vista geológico, trata-se da Formação de Vale de Guizo (Miocénico inferior?) representada por conglomerados ricos de elementos de pórfiros com alguns bancos de argilas atapulgíticas e arcoses. Na região existem jazidas do Mesolítico com vestígios de neolitização (Cabeço do Pez<sup>(2)</sup>, a cerca de 11 km. para W.SW.), do Neolítico final/Calcolítico inicial (Cabeço da Mina<sup>(3)</sup>, a cerca de 8,2 km. para este e Anta de S. Fausto, a 2,2 km. para norte) e do Calcolítico (no sítio dos Castelos, em plena vila do Torrão<sup>(4)</sup> e na Barrada do Grilo<sup>(5)</sup>, com materiais campaniformes, a 12 km. para oeste).

## Trabalhos Arqueológicos

Como em outro local<sup>(6)</sup> tivemos oportunidade de referir, o povoado calcólico do Monte da Tumba foi identificado nos inícios de Março de 1982 aquando da realização de obras de construção de uma vivenda no cimo da elevação do mesmo nome. Para a construção dessa vivenda não só foram abertas valas de fundação que cortaram os estratos arqueológicos por vezes em uma espessura de mais de 2 metros, como quase toda a parte superior da elevação foi terraplenada. A jazida arqueológica sofreu, assim, gravíssimos danos e continuaria a ser grandemente destruída pela construção de anexos, acessos e

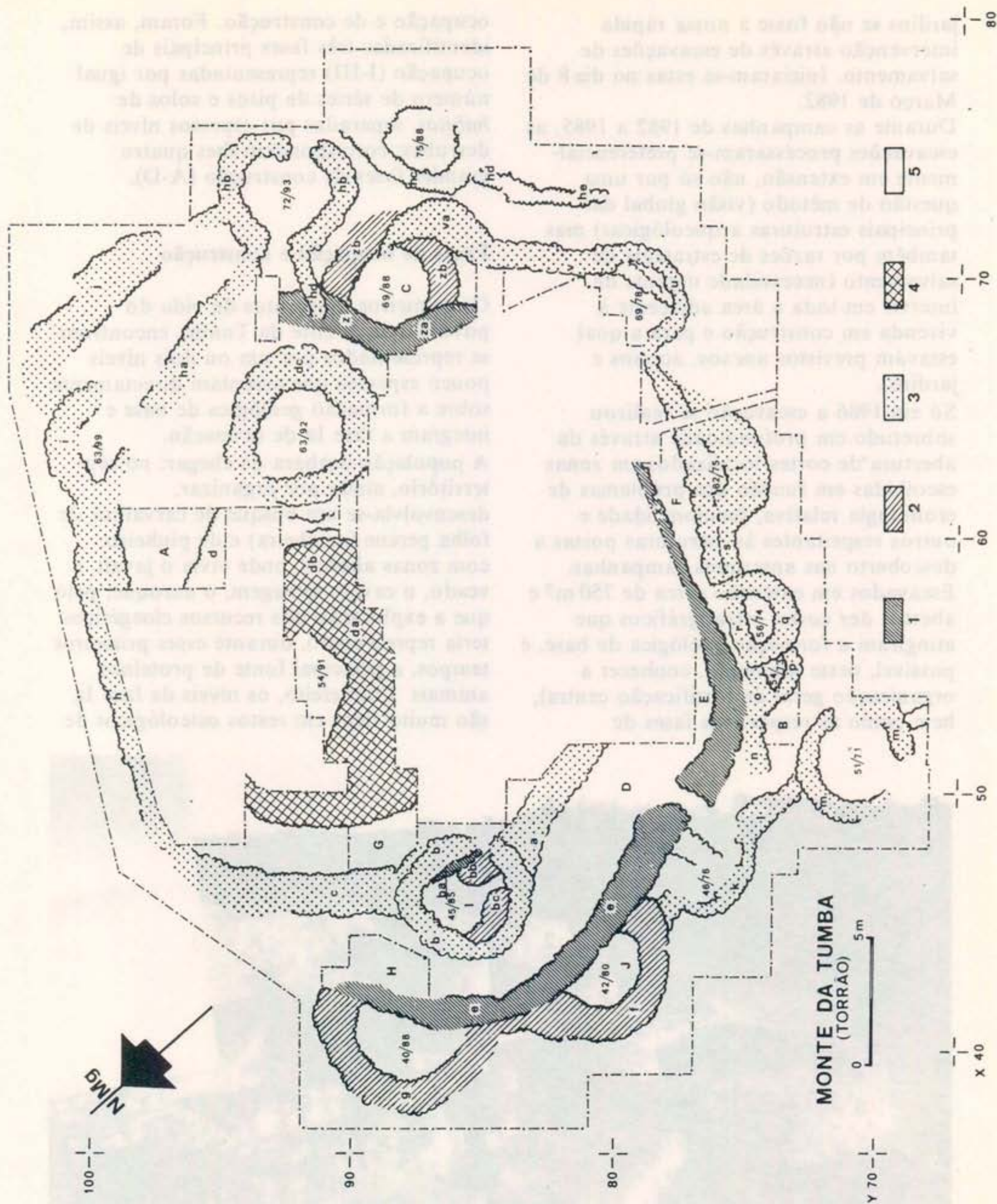


FIG. 1 – Monte da Tumba. Planta esquemática da fortificação da Idade do Cobre posta a descoberto durante as campanhas de 1982-86, com indicação das fases de construção detectadas: 1 – fase A de construção (fase I de ocupação); 2 – fase B de construção (finais da fase I de ocupação); 3 – fase C de construção (fase II de ocupação), 4 – fase D de construção (fase III de ocupação); 5 – fase de construção indeterminada.

jardins se não fosse a nossa rápida intervenção através de escavações de salvamento. Iniciaram-se estas no dia 8 de Março de 1982.

Durante as campanhas de 1982 a 1985, as escavações processaram-se preferencialmente em extensão, não só por uma questão de método (visão global das principais estruturas arqueológicas) mas também por razões de estratégia de salvamento (necessidade urgente de intervir em toda a área adjacente à vivenda em construção e para a qual estavam previstos anexos, acessos e jardins).

Só em 1986 a escavação se realizou sobretudo em profundidade através da abertura de cortes localizados em zonas escolhidas em função dos problemas de cronologia relativa, funcionalidade e outros respeitantes às estruturas postas a descoberto nas anteriores campanhas. Escavados em extensão cerca de 750 m<sup>2</sup> e abertos dez cortes estratigráficos que atingiram a formação geológica de base, é possível, neste momento, conhecer a organização geral da fortificação central, bem como as respectivas fases de

ocupação e de construção. Foram, assim, identificadas três fases principais de ocupação (I-III) representadas por igual número de séries de pisos e solos de *habitat*, separadas por espessos níveis de derrubes; correspondem-lhes quatro grandes fases de construção (A-D).

### Fases de ocupação e construção

Os primeiros momentos da vida do povoado do Monte da Tumba encontram-se representados por um ou dois níveis pouco espessos que assentam directamente sobre a formação geológica de base e integram a fase Ia de ocupação.

A população acabara de chegar; no seu território, ainda por organizar, desenvolvia-se um bosque de carvalhos de folha perene (azinheira) e de pinheiro, com zonas abertas, onde vivia o javali, o veado, o cavalo selvagem, o auroque, pelo que a exploração dos recursos cinegéticos teria representado, durante esses primeiros tempos, a principal fonte de proteínas animais. Com efeito, os níveis da fase Ia são muito ricos em restos osteológicos de



FIG. 2 – Monte da Tumba. Aspecto das construções da Idade do Cobre postas a descoberto nas zonas sul e sudoeste da área escavada: 1 – muralha e (fase A de construção); 2 – bastião 42/80 (fase B de construção); 3 – casa 51/71 (fase C de construção); 4 – bastião 56/74 (fase C de construção).

fauna selvagem (abundam exemplares das espécies supracitadas), enquanto a fauna doméstica é reduzida. A agricultura, em contrapartida, poderia ter sido desde logo praticada nos férteis campos que se estendem ao longo do curso de água adjacente ao Monte da Tumba: escavadas na rocha, e integrando a fase Ia, estruturas de tipo silo poderão documentar o armazenamento de excedentes de carácter agrícola.

Talvez para defender tais excedentes foi construída, logo na fase Ia, ou nos inícios da fase imediatamente seguinte (Ib), uma muralha que limitaria um pequeno recinto central de planta por enquanto não determinada e de que foi detectado, até agora, somente o pequeno troço *ba* (*corte I*) formado por sete fiadas de blocos de rocha eruptiva ligados por argamassa argilosa e conservando a altura de 1,30 m. A fase Ib, representada por numerosos pisos e solos de *habitat*, inicia-se com a construção de segunda linha de muralha (representada pelos troços *e, x* e *za* — fase A de construção) que foi assentar sobre o nível (ou níveis) da fase Ia. Esta muralha, com 1,20-1,50 m. de espessura, era construída a partir de blocos de rocha

eruptiva ligados por argila; os troços melhor conservados chegam a atingir 1,90 m. de altura e a possuir oito fiadas de pedras (troço *x* — *corte F*); a sua parte superior era formada por adobes cujo derrube foi originar a espessa camada que separa os níveis de ocupação da fase Ib dos da fase II; defenderia uma área de planta talvez ovalada com cerca de 25 m. de comprimento.

Em um momento avançado da fase Ib, assiste-se à construção de grandes bastiões semicirculares (bastiões 40/88, 42/80, 69/88), em geral com 7 m. de diâmetro externo, que vão ser adossados à segunda linha e representam a fase B de construção.

No final da fase Ib de ocupação, verifica-se a destruição de grande parte da segunda linha de muralhas; em alguns pontos são produzidos profundos rombos, de tal modo que, por exemplo, no *corte E*, o troço de muralha *x* mostra somente duas a três fiadas de pedras, cobertas por um nível de derrube de adobes.

A fauna da fase Ib, contrastando com a da fase Ia, revela o predomínio de animais domésticos (porco, ovelha,

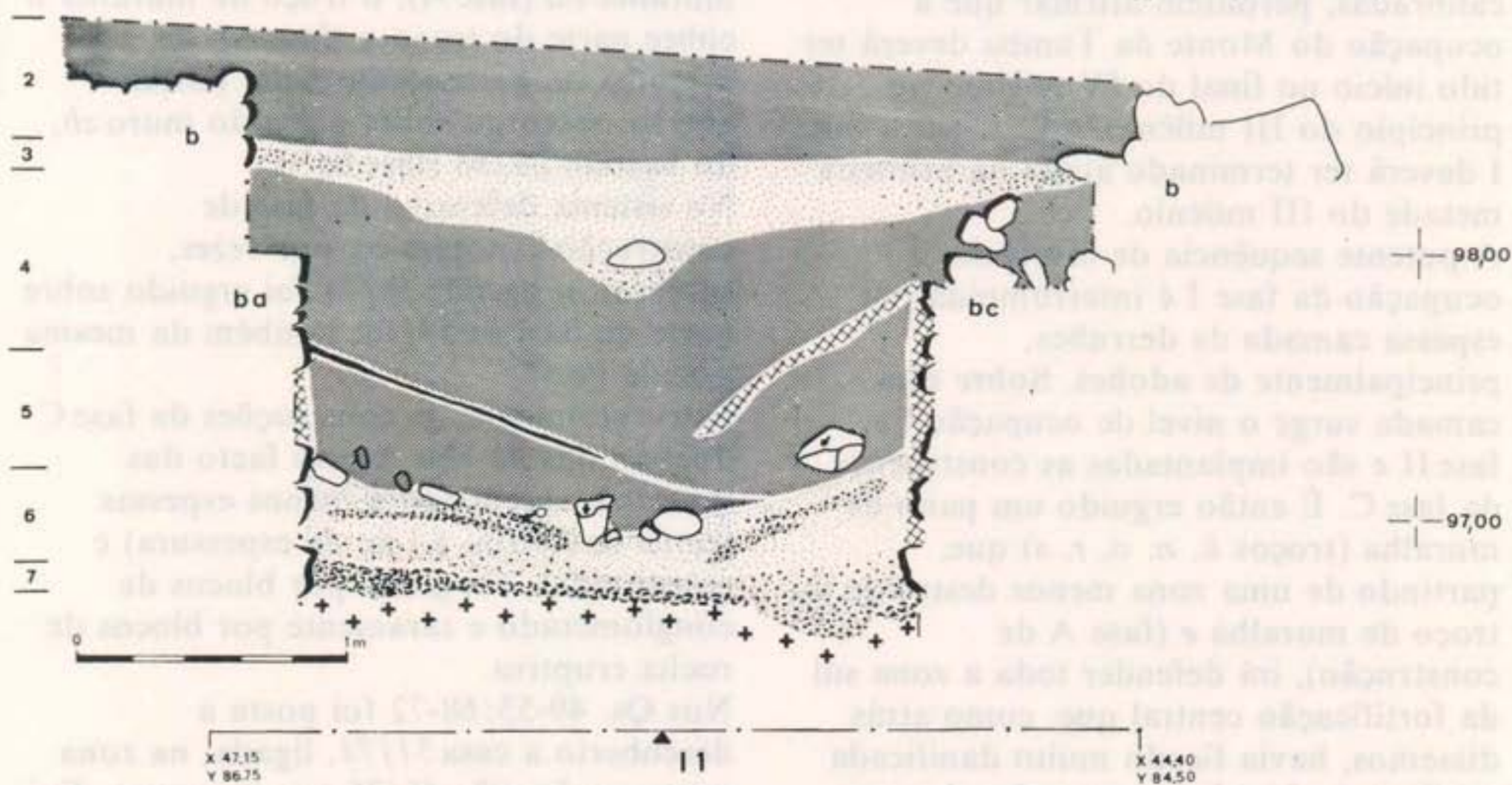


FIG. 3 — Monte da Tumba. Perfil do corte estratigráfico I (escavação no interior da torre circular 45/85). Notar as três fases de construção: a muralha *ba* foi edificada no início da fase I de ocupação (camada 7) e integra a fase A de construção; a muralha *bc* foi erguida em momento mais avançado da fase I de ocupação (assenta sobre a camada 7); o muro *b*, pertencente à torre circular 45/85, sobrepõe-se, parcialmente, às muralhas *ba* e *bc* e assenta sobre níveis de derrubes de adobes das construções *ba* e *bc* (camada 4), integrando a fase II de ocupação e a fase C de construção.

ovelha/cabra e boi) sobre os selvagens (veado): os habitantes do Monte da Tumba teriam, por certo, explorado, entretanto, de forma exaustiva, os recursos cinegéticos da região; ultrapassado o período inicial (fase Ia) de implantação do *habitat*, lançam-se intensamente na criação de gado.

A fase I é caracterizada, no que se refere ao espólio, pela presença da ponta de seta de base côncava ou recta, abundância de pratos de bordo almendrado e de crescentes em cerâmica com um furo em cada extremidade, e pela perduração de algumas formas típicas do Neolítico final como a taça carenada, os vasos esféricos altos com mamilos situados junto ao bordo e a placa de xisto gravada (1 exemplar na C.8h do corte B).

Para a fase I de ocupação do Monte da Tumba foram até agora obtidas oito datas convencionais de radiocarbono: UGRA-236  $4550 \pm 150$  BP; ICEN-115  $4340 \pm 35$  BP; ICEN-114  $4390 \pm 50$  BP; UGRA-172  $4540 \pm 90$  BP; ICEN-116  $4400 \pm 80$  BP; UGRA-234  $4280 \pm 100$  BP; ICEN-113  $4220 \pm 120$  BP; ICEN-117  $4180 \pm 30$  BP. Estas datas, uma vez calibradas, permitem afirmar que a ocupação do Monte da Tumba deverá ter tido início no final do IV milénio ou princípio do III milénio A.C. e que a fase I deverá ter terminado ainda na primeira metade do III milénio.

A potente sequência de níveis de ocupação da fase I é interrompida por espessa camada de derrubes, principalmente de adobes. Sobre essa camada surge o nível de ocupação da fase II e são implantadas as construções da fase C. É então erguido um pano de muralha (troços *k, n, o, r, s*) que, partindo de uma zona menos destruída do troço de muralha *e* (fase A de construção), irá defender toda a zona sul da fortificação central que, como atrás dissemos, havia ficado muito danificada no final da fase I de ocupação. A nova muralha é provida de bastiões também semicirculares (bastiões 46/76, 54/73, 56/74, 62/75 e 69/78), menores que os da fase B (diâmetro exterior cerca de 3,50 m. a 4,50 m.) e, por vezes, abertos. O pano

de muralha inflecte para NE, defendendo a zona este, através dos troços *v* e *va* (o último pertence a um outro bastião semicircular aberto); prolonga-se pelas zonas norte e oeste (troços *j, h, c* e bastião 63/99), acabando, assim, por cingir uma área sensivelmente ovalada com cerca de 25 m. de comprimento e 20 m. de largura. Todo este sistema é complementado pelas torres circulares 45/85 (a que se liga o troço de muralha *c* e de onde parte, para sul, o troço *a*) e 63/92, situadas quase simetricamente e defendendo, respectivamente, as zonas oeste e este, e pela torre de entrada 72/93, também circular e voltada a este e de onde partiria o troço *ha* muito mal conservado. As estruturas da fase de construção C, a que acabámos de nos referir, assentam, de um modo geral, sobre a camada de derrubes que separa os níveis da fase de ocupação I dos da fase de ocupação II; devemos salientar, para melhor esclarecer a sua cronologia relativa, que muitas dessas estruturas foram cobrir, total ou parcialmente, estruturas das fases de construção A e B. Por exemplo: a torre 45/85 cobre a muralha *ba* (fase A); o troço de muralha *o* cobre parte do troço *x* (fase A); a muralha *va*, pertencente a um bastião aberto, assentou sobre parte do muro *zb*, do bastião 69/88 (fase B(?)).

No sistema defensivo da fase de construção C notam-se, por vezes, subfases: o bastião 56/74 foi erguido sobre parte do bastião 54/73, também da mesma grande fase C.

Estruturalmente, as construções da fase C diferem das da fase A pelo facto das muralhas serem agora menos espessas (cerca de 0,80 m. a 1 m. de espessura) e constituídas, em geral, por blocos de conglomerado e raramente por blocos de rocha eruptiva.

Nos Qs. 49-53/68-72 foi posta a descoberto a casa 51/71, ligada, na zona norte, ao bastião 46/76 por um muro. Foi construída sobre a camada de derrubes existente entre os níveis da fase I e os da fase II e integra a fase C de construção. De planta circular, com o diâmetro externo de 4,6 m., apresenta-se muito

destruída na metade sudoeste. Era formada por um muro de pedras ligadas por argila, com a espessura de 0,8 m. e que atingia, nos pontos melhor conservados, a altura de 0,6 m., possuindo quatro fiadas de pedras sobrepostas. A face interna do muro apresenta acentuada curvatura para o interior. A porta abre-se a este. O muro seria constituído, na parte superior, por adobes que, sob a acção de um incêndio, caíram, queimados, sobre o piso de terra batida. Pensamos que a cobertura seria formada por uma cúpula de adobes, pois no nível de incêndio não surgiram restos de vegetais incarbonizados nem cerâmica de revestimento, mas tão somente terra queimada e adobes cozidos. O derrube provocado pelo incêndio «fossilizou» o nível de ocupação que, deste modo, ofereceu peças *in situ*, em muitos casos completas ou mesmo inteiras (fig. 4): pratos, um deles completo, de lábio plano e espessado, e com a superfície interna do fundo decorada por um motivo solar associado a grupos de linhas em ziguezague (fig. 4, n.º 1), e outro, fragmentado, mas também com um motivo solar na superfície interna; dois pequenos vasos esférico-achatados, inteiros (fig. 4, n.ºs 4 e 5); machado de cobre, plano, de contorno trapezoidal (fig. 4, n.º 7); ponta de seta de xisto jaspóide, de base recta (fig. 4, n.º 6); fragmentos de cadinho de fundição com cobre aderente.

Durante a fase II de ocupação desaparecem os materiais de tradição neolítica, mas o restante espólio cerâmico e lítico revela, pelo menos de um ponto de vista qualitativo, uma continuidade cultural relativamente à fase anterior; surgem, pela primeira vez, peças metálicas, de cobre. A criação de gado, sobretudo suíno, encontra-se bem representada. São escassos os restos osteológicos de espécies selvagens, predominando os de veado.

À fase III de ocupação, cujos níveis, em geral muito mal conservados, se separam dos da fase II por espessa camada de derrubes, parece corresponder a fase D de construção durante a qual se assiste ao levantamento, na área central do

povoado, de um torreão subcircular com cerca de 12 metros de diâmetro na base (torre 54/91), cujos caboucos cortaram estratos contemporâneos ou posteriores à construção das torres circulares ocas 45/85 e 63/92, pertencentes à fase C. A fase III de ocupação integra-se, certamente, em um momento tardio do Calcolítico do Sudoeste pois no estrato que lhe corresponde ocorrem fragmentos de cerâmica campaniforme pontilhada (escassa), fundo com *omphalus*, caçoila carenada e «queijeiras». Entretanto, outros elementos do espólio, como o prato de bordo almendrado e o crescente de secção circular indicam o prosseguimento do mundo cultural das fases I e II.

No que se refere à fauna nota-se, na fase III, um ligeiro aumento dos restos de animais selvagens em relação à fase II, sendo correntes os ossos de veado e estando presentes os de gamo e corço. Quanto à fauna doméstica, continuou-se a criar porco, boi e ovicapríneos.

#### Integração cultural<sup>(8)</sup>

Os trabalhos realizados nos últimos doze anos no domínio do povoamento calcolítico do Alentejo e Algarve<sup>(9)</sup>, por um lado, e da Andaluzia<sup>(10)</sup>, por outro, vieram revelar a existência, durante o terceiro milénio, de um grupo ou fácies cultural integrado no complexo calcolítico que abrangeu todo o Sul da Península, perfeitamente diferenciado, sobretudo no que se refere à cultura material, dos grupos já há muito identificados na Estremadura portuguesa e no SE peninsular (Los Millares). Temos vindo a designar aquele grupo por *Calcolítico do Sudoeste*<sup>(11)</sup>. Na sua formação considerámos duas grandes fases ou horizontes<sup>(12)</sup>. O mais antigo faz a transição do Neolítico para o Calcolítico e é correlacionável com o horizonte de Parede I<sup>(13)</sup>, na Estremadura portuguesa; está representado no Marco dos Albardeiros (Reguengos), Cabeço da Mina (Torrão), Vale Pincel II (Sines), Possanco (Comporta), Caramujeira (Algarve Litoral), Papa Uvas (Huelva), Campo Real (Carmona), e, de certo

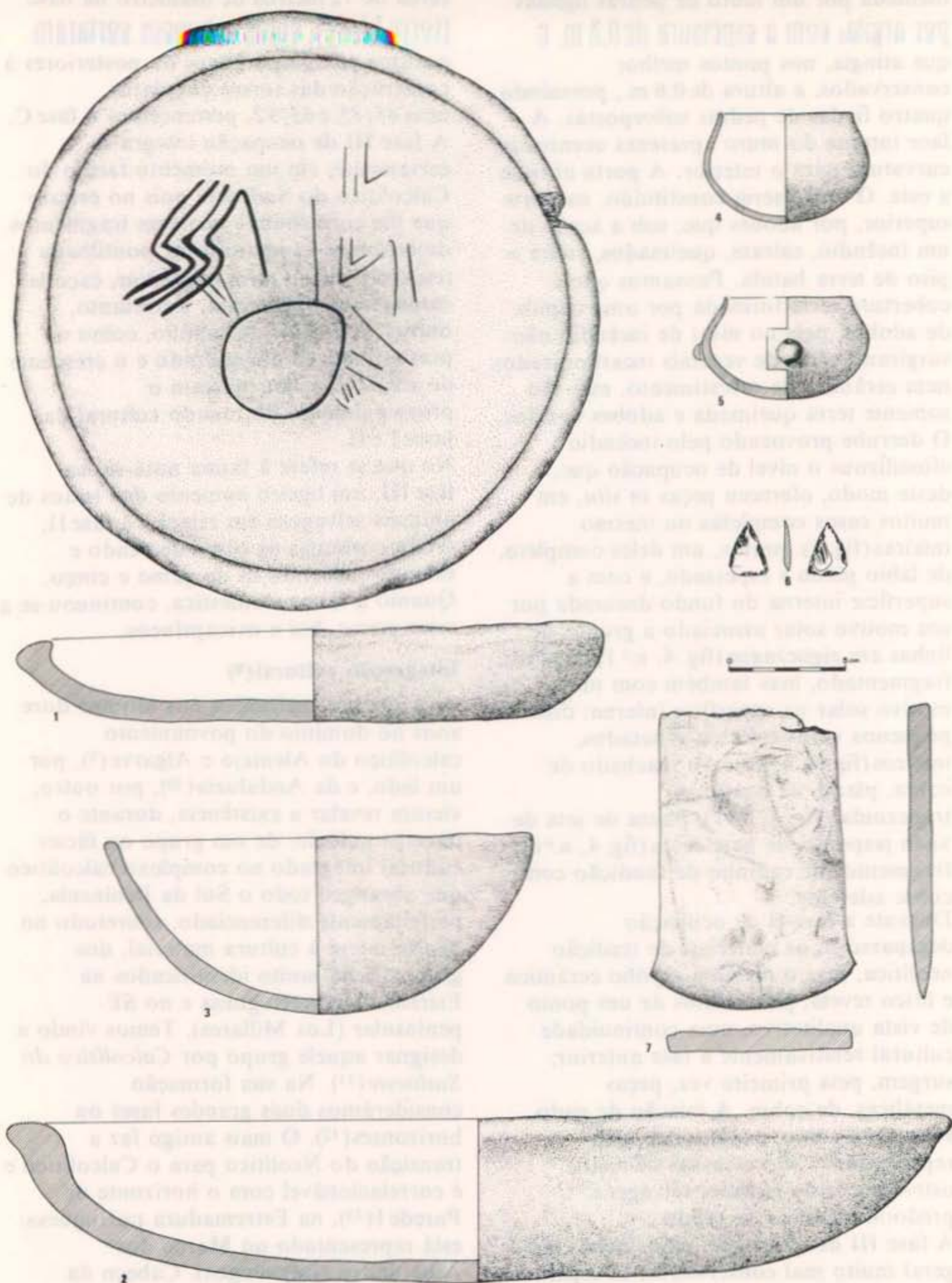


FIG. 4 — Monte da Tumba. Espólio cerâmico (n.ºs 1 a 5), lítico (n.º 6) e de cobre (n.º 7), proveniente do nível de ocupação da casa 51/71 (fase II de ocupação).

modo, na fase II de Montefrio (Granada); são abundantes as taças carenadas de largo diâmetro e os vasos esféricos com mamilos situados junto ao bordo; os povoados ocupam quer zonas baixas e abertas (Possanco, Vale Pincel II, Caramujeira, Papa Uvas), quer locais elevados (Cabeço da Mina); os materiais relacionados com a prática da agricultura são muito frequentes. O mais recente desses horizontes é considerado do Calcolítico; está representado em Monte Novo (Sines), Barrisqueira (Reguengos), Porto das Carretas (Mourão), Senhora da Giesteira (Portel), Moncarxa (Portel), S. Brás (Serpa), Castelo do Giraldo (Évora), Cortadouro (Ourique), Corte de João Marques, Mestras e Santa Justa (Alto Algarve Oriental), Alcalar (Algarve

litoral), Pijotilla (Badajoz), Valencina de la Concepción (Sevilha), Cabezo de los Vientos (Huelva), Morro de Mezquitilla (Málaga); são abundantes os pratos de bordo espessado («almendrado») e os crescentes em cerâmica com um furo em cada extremidade; surgem vestígios da metalurgia do cobre; a indústria em pedra lascada é pouco frequente, sendo a ponta de seta de base recta/côncava uma das peças mais comuns; os povoados ocupam quase sempre locais elevados, com boas condições naturais de defesa e possuem, regra geral, construções de carácter defensivo; a agricultura e a criação de gado estão bem documentadas; constroem-se monumentos funerários de tipo *tholos*.

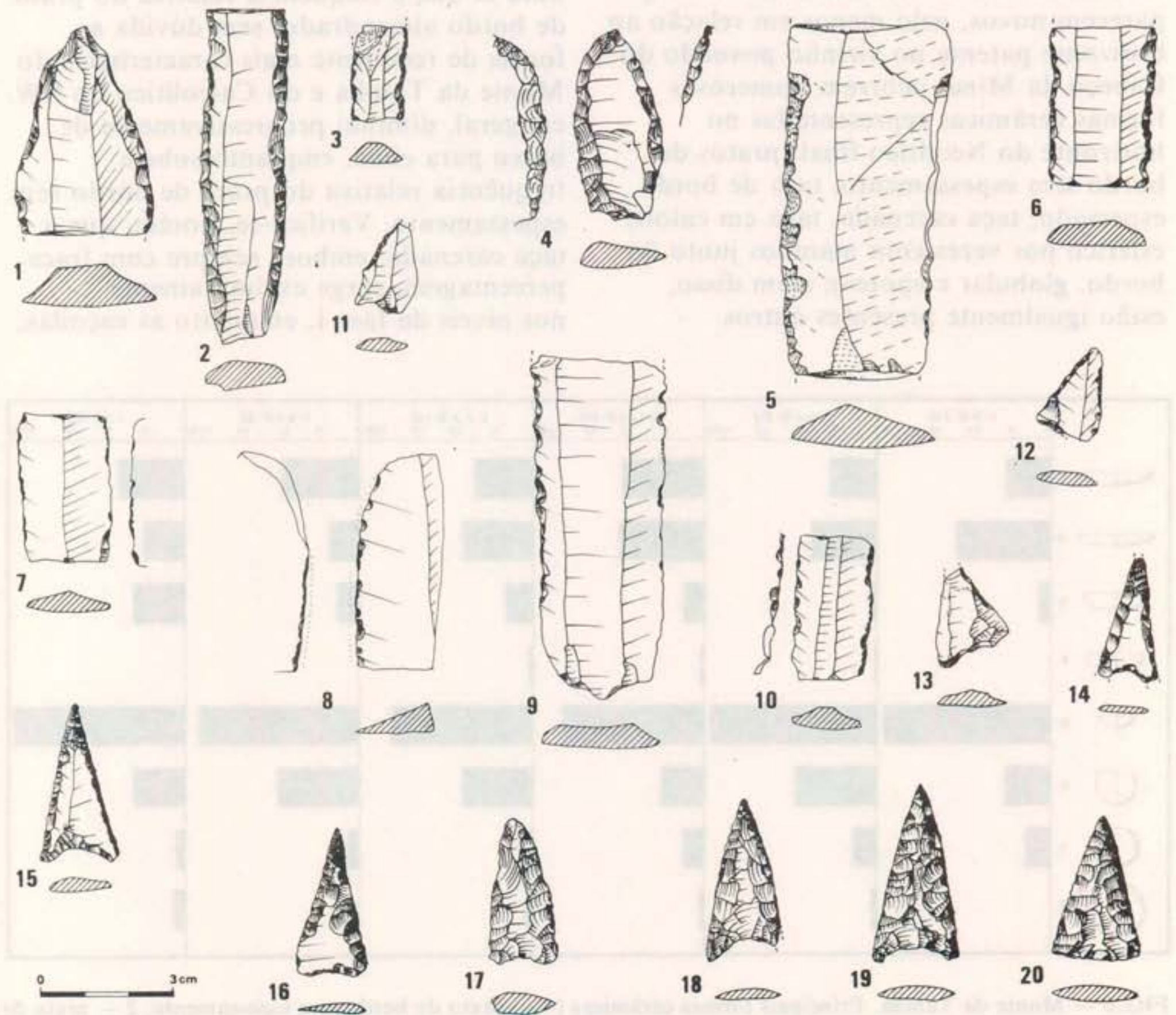


FIG. 5 – Monte da Tumba. Espólio lítico de sílex e xisto jaspoide.

O Monte da Tumba integra-se claramente no *Calcolítico do Sudoeste*, tendo-se desenvolvido ao longo do segundo daqueles horizontes.

As escavações realizadas no Monte da Tumba permitem salientar os seguintes aspectos:

a) A população que se estabeleceu no Monte da Tumba, por volta de 2500 anos a.C. (datação não calibrada), parece ser herdeira da que no Neolítico final ocupou o Sudoeste peninsular e foi responsável pela construção dos monumentos megalíticos dessa área cultural. Com efeito, nos níveis da fase I do Monte da Tumba, a par de abundantes pratos de bordo espessado, por vezes decorados por motivos solares, e de crescentes de cerâmica, materiais que parecem novos, pelo menos em relação ao horizonte patente no vizinho povoado do Cabeço da Mina, ocorrem numerosas formas cerâmicas representadas no horizonte do Neolítico final (pratos de bordo sem espessamento, taça de bordo espessado, taça carenada, taça em calote, esférico por vezes com mamilos junto do bordo, globular e «pote»); além disso, estão igualmente presentes outros

elementos indiciadores dessa filiação, como o peso de tear paralelepípedo com um furo em cada topo (fig. 8, n.º 5) e a placa de xisto gravada.

b) As três grandes fases de ocupação do nosso povoado não evidenciam grandes diferenças entre si no que se refere ao espólio lítico e cerâmico, tratando-se, muito provavelmente, da mesma população que, durante talvez mais de 500 anos, aí evoluiu.

No que se refere ao espólio cerâmico, as três fases de ocupação do Monte da Tumba distinguem-se de forma ténue, já que a evolução da cerâmica se manifesta sobretudo através de variações de carácter quantitativo, mantendo-se ao longo dos 3 metros de potência estratigráfica a maior parte das formas (fig. 6). Assim, nota-se que a frequência relativa do prato de bordo almendrado, sem dúvida a forma de recipiente mais característica do Monte da Tumba e do Calcolítico do SW, em geral, diminui progressivamente de baixo para cima, enquanto sobe a frequência relativa do prato de bordo sem espessamento. Verifica-se, porém, que a taça carenada, embora sempre com fraca percentagem, surge exclusivamente nos níveis da fase I, enquanto as caçoilas,

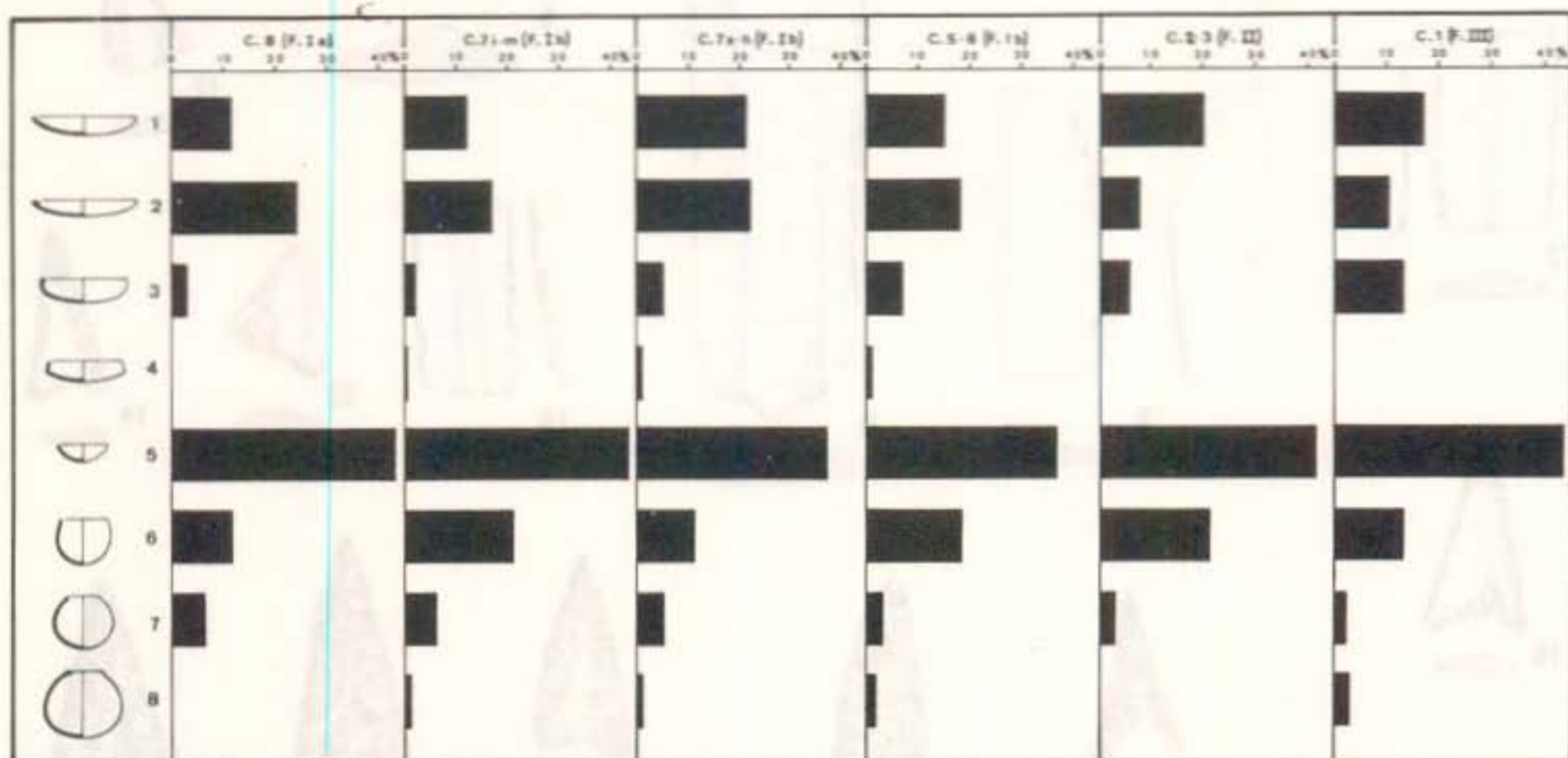


FIG. 6 — Monte da Tumba. Principais formas cerâmicas (1 — prato de bordo sem espessamento; 2 — prato de bordo espessado; 3 — taça de bordo espessado; 4 — taça carenada; 5 — taça em calote; 6 — esférico; 7 — globular; 8 — «pote») e sua evolução ao longo da sequência estratigráfica do corte A.

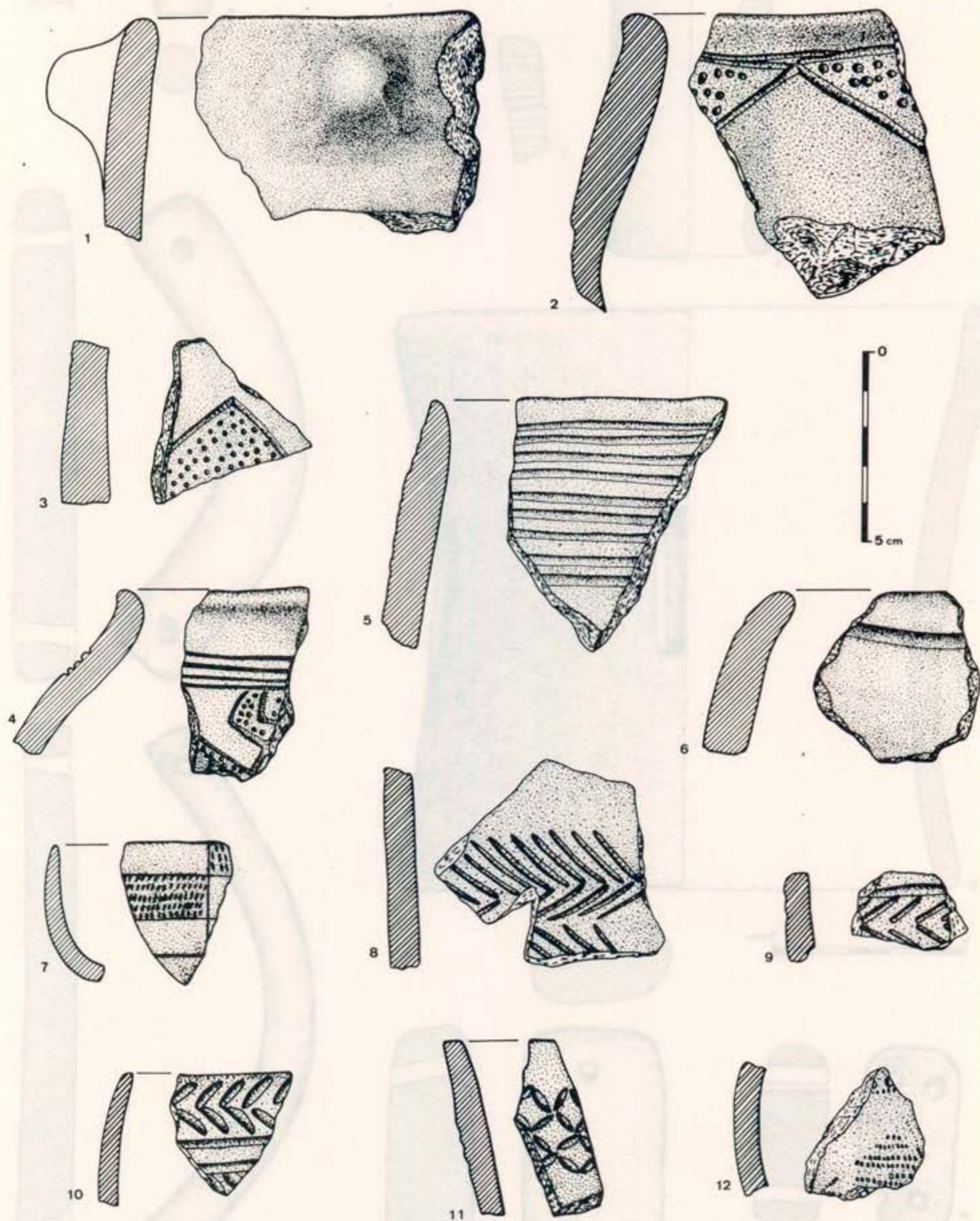


FIG. 7 — Monte da Tumba. Cerâmica decorada. Alguns exemplares parecem revelar influências do grupo calcolítico da Estremadura: 5 — decoração afim da canelada (fase I de ocupação); 10 e 11 — “folha de acácia” e “crucíferas” (fase II de ocupação); 12 — campaniforme pontilhado (fase III de ocupação).

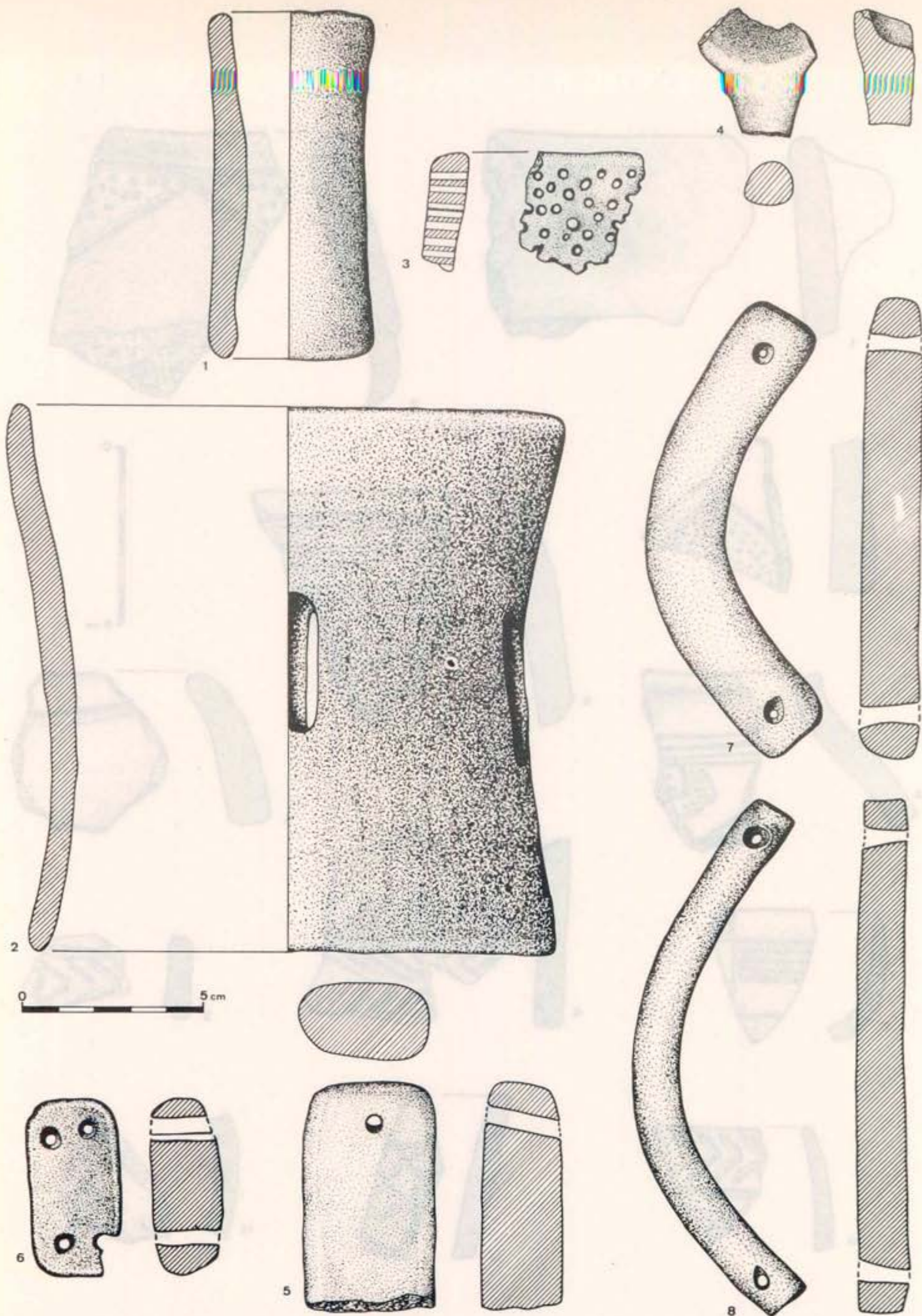


FIG. 8 – Monte da Tumba. Objectos de cerâmica: 1 e 2 – suportes; 3 – “queijeira”; 4 – colher; 5 – “peso de tear” (fase I de ocupação); 6 – “peso de tear” (fase III de ocupação); 7 – “crescente” achatado, de secção transversal rectangular (fase I de ocupação); 8 – “crescente” de secção transversal circular (fase II de ocupação).

o fundo com *omphalos* e as «queijeiras» ocorrem somente na fase III. Embora no Monte da Tumba a cerâmica decorada (fig. 7) seja muito rara (ao contrário do que sucede no grupo da Estremadura), observa-se a presença de cerâmica canelada (fig. 7, n.º 5) nos níveis da fase I, de cerâmica decorada por «folha de acácia» (fig. 7, n.ºs 10 e 11), na fase II, e de campaniforme pontilhado (fig. 7, n.º 12) no nível da fase III. Também os «crescentes» de cerâmica parecem revelar uma certa evolução (sem soluções de continuidade): na fase Ia são muito abundantes os exemplares largos e achatados, de secção transversal subrectangular (fig. 8, n.º 7), lembrando os «pesos de tear» paralelepípedicos com um furo em cada extremidade, tão comuns no vizinho povoado do Neolítico final do Cabeço da Mina; esta variante vai rareando ao longo da sequência estratigráfica, tornando-se francamente dominantes os «crescentes» de secção transversal circular (fig. 8, n.º 8).

Uma das diferenças mais acentuadas que, em termos de espólio, separam a fase I da fase II, respeita ao facto dos objectos metálicos (cobre) (fig. 10) estarem, até ao momento, ausentes dos níveis da fase I, enquanto nos da fase II se encontram representados.

c) O complexo sistema construtivo de carácter defensivo do Monte da Tumba (fig. 1) não se formou em um único momento, em resultado de um modelo arquitectónico prévio e, por hipótese, importado, mas, pelo contrário, foi-se constituindo ao longo da vida do povoado, de acordo com as necessidades concretas de defesa inerentes ao processo evolutivo que aí teve lugar. A fortificação do Monte da Tumba mostra afinidades com as da Vila Nova de S. Pedro, Zambujal, Leceia, Santa Justa, Cabezo de Los Vientos e Los Millares; em todos estes povoados peninsulares está presente o mesmo conceito geral de arquitectura militar, o qual, por sua vez, se aproxima do que teria presidido à construção das fortificações mediterrâneas de Chalandriani ou de Tel Arad, mas

pensamos que esta semelhança tem a ver fundamentalmente, por um lado, com fenómenos de convergência e, por outro, com a propagação de ideias que, no decurso do terceiro milénio, abrangem a bacia mediterrânea, e não com a chegada maciça de populações forâneas oriundas do Mediterrâneo oriental. Quanto a nós, teriam sido os apreciáveis excedentes acumulados pelas populações do Sul da península que, nos finais do Neolítico, haviam conquistado novas técnicas agropastoris de que importa destacar a aplicação da força de tracção animal à agricultura, a descoberta do carro e, muito possivelmente, do arado (como parece ser indicado pelas gravuras de bucrâneos e de um possível carro de caixa quadrada com quatro rodas maciças e sistema de atrelagem triangular, descobertas, sob níveis do Calcolítico pleno, no «santuário» exterior do Escoural<sup>(14)</sup>) que estiveram na origem da construção das nossas fortificações, preparadas para defender tais excedentes. d) Como atrás dissemos, o Monte da Tumba integra-se no grupo calcolítico do Sudoeste. É pois interessante verificar em que medida a cultura material representada na nossa jazida se diferencia ou relaciona com a dos povoados do grupo calcolítico da Estremadura, já que o Monte da Tumba se situa a poucas dezenas de quilómetros desta última área cultural. Em ambos os grupos os povoados são, de um modo geral, de cumeada, com boas condições naturais de defesa, e muito frequentemente providos de estruturas de carácter defensivo constituídas por muralhas, torres e bastiões. É sobretudo no que se refere à decoração dos recipientes cerâmicos que se notam as diferenças mais acentuadas entre os dois grupos: enquanto no grupo da Estremadura a decoração é relativamente abundante, no Monte da Tumba a cerâmica decorada está quase ausente (menos de 0,1%), e a pouca que surge é constituída ou por motivos plásticos (mamilós — fig. 7, n.º 1) que podem, aliás, oferecer também papel funcional, ou pela chamada decoração simbólica (motivos solares — fig. 4, n.º 1

—, triângulos preenchidos por pontuações — fig. 7, n.ºs 3 e 4). A raríssima cerâmica canelada (fase I) ou com motivos de tipo «folha de acácia» (fase II), que só muito excepcionalmente ocorre, indicará contactos entre o grupo da Estremadura e o Monte da Tumba. Na morfologia dos vasos, notam-se também diferenças, sobretudo de carácter quantitativo: no grupo da Estremadura são muito comuns, além de taças em calote — igualmente abundantes no grupo do Sudoeste — os esféricos altos de bordo espessado (sobretudo no Calcolítico pleno) e os vasos de bordo em aba (principalmente

no Calcolítico inicial, sendo herdeiros dos do Neolítico final com decoração denteadada); no Monte da Tumba, estes dois tipos são muito raros, mas, em contrapartida, são muito frequentes os pratos de bordo almendrado que escasseiam na Estremadura. A cerâmica industrial oferece também diferenças: na Estremadura, os «pesos de tear» quadrangulares; no Monte da Tumba, os crescentes. No que concerne à indústria lítica, nota-se que a utensilagem em pedra lascada é muito mais frequente na Estremadura do que no Monte da Tumba, sendo aqui bastante raros alguns

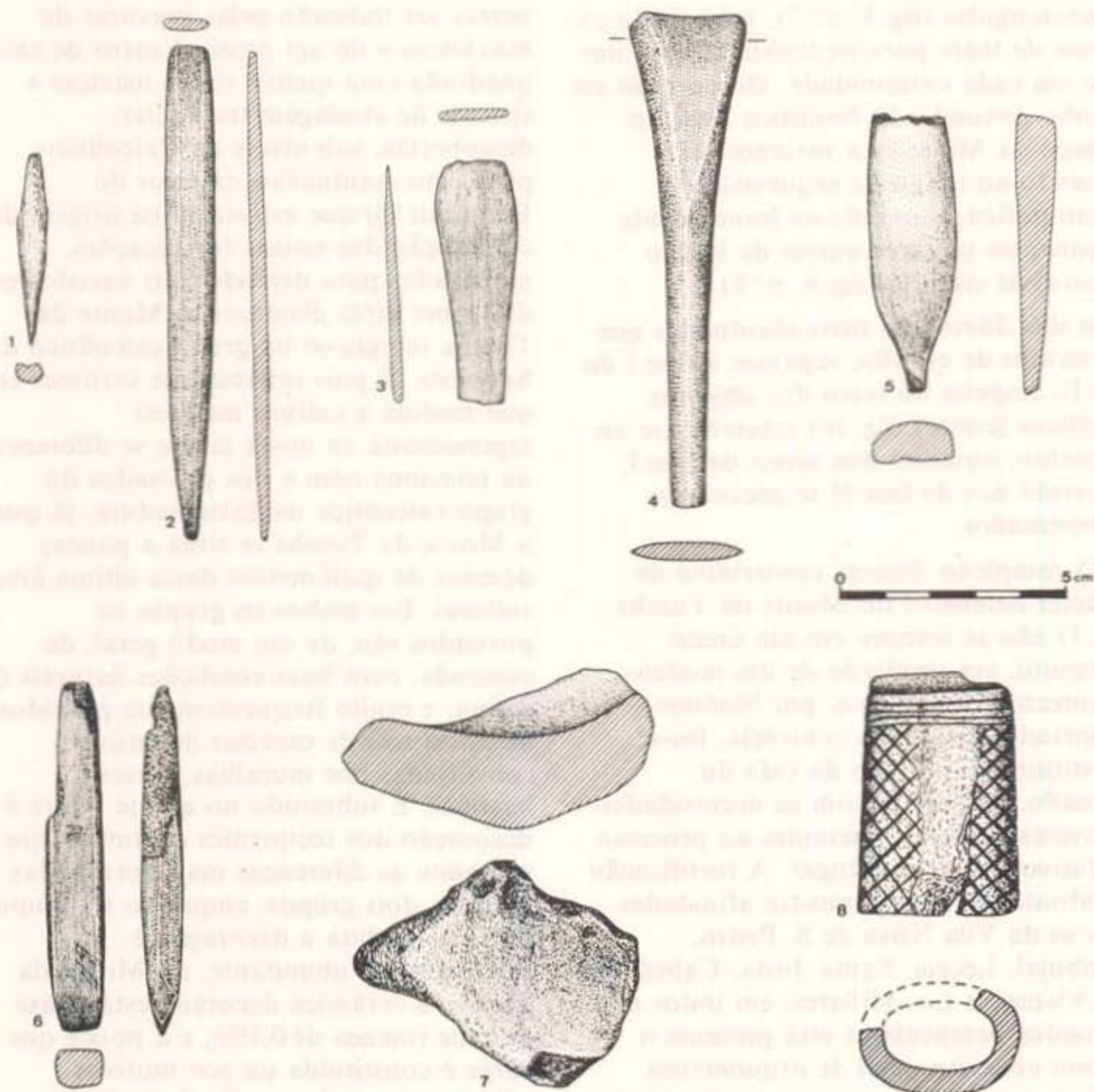


FIG. 9 — Monte da Tumba. Objectos de osso. O n.º 8 (“vaso” de gola) poderá indicar relações com o grupo calcolítico da Estremadura.

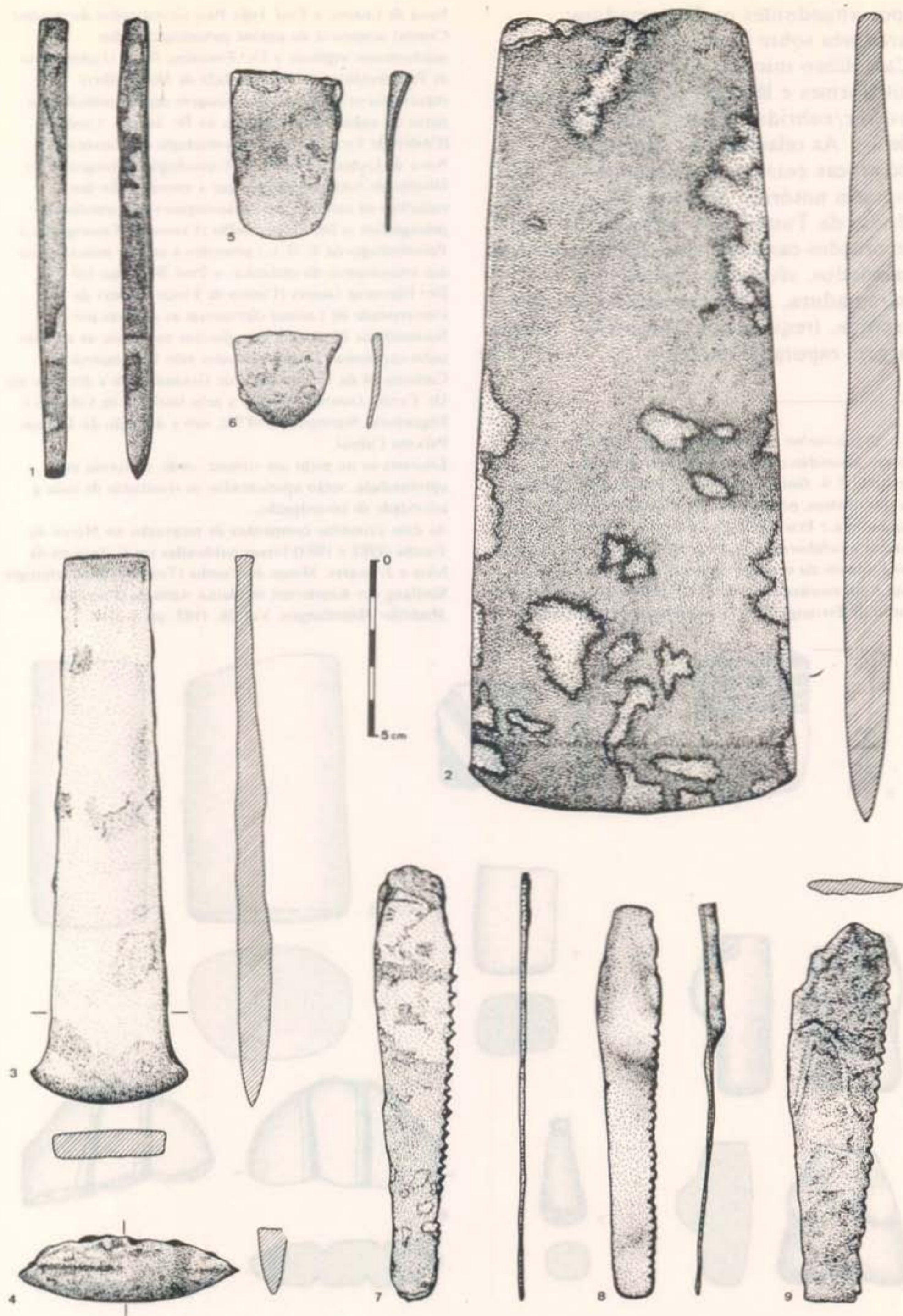


FIG. 10 – Monte da Tumba. Objectos de cobre (fases II e III de ocupação).

tipos abundantes na Estremadura: furadores sobre lasca ou lâmina (Calcolítico inicial), pontas de seta mitriformes e lâminas ovais com retoque invasor/cobridor (Calcolítico inicial e pleno). As relações ou influências recíprocas entre os dois grupos são contudo notórias: como já dissemos, no Monte da Tumba aparecem por vezes decorações características da Estremadura (canelados, «folha de acácia»); na Estremadura, as pontas de seta de xisto jaspóide, frequentes no Monte da Tumba, surgem esporadicamente. ■

(1) As escavações arqueológicas foram dirigidas pelos autores, assistidos nas duas primeiras campanhas por Fernando J. S. Gomes, do Museu Municipal de Alcácer e, nas três últimas, por Antónia Coelho Soares, do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal; há ainda a destacar a colaboração de Jorge de Jesus Costa e de Júlio Costa, ambos do segundo daqueles museus. A fauna do corte A foi estudada pelo Prof. Miguel Telles Antunes, do Centro de Estratigrafia e Paleobiologia da Universidade

Nova de Lisboa; o Prof. João Pais (investigador do mesmo Centro) ocupou-se da análise palinológica e dos macrorrestos vegetais; a Dr.ª Ernestina Badal (Laboratório de Paleobotânica da Universidade de Montpellier) encarregou-se do estudo da paisagem vegetal calcolítica a partir da análise antracológica; ao Dr. João L. Cardoso (Centro de Estratigrafia e Paleobiologia da Universidade Nova de Lisboa e Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal) foi entregue a coordenação dos trabalhos de carácter geo-arqueológico (sedimentologia, petrografia); o Dr. Pinto Coelho (Centro de Estratigrafia e Paleobiologia da U. N. L.) procedeu à análise mineralógica dos constituintes da cerâmica; o Prof. Bragança Gil e a Dr.ª Filomena Guerra (Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa) efectuaram as análises por fluorescência de raios X dos objectos metálicos; as análises radio-carbónicas foram realizadas pelo Laboratório de Carbono 14 da Universidade de Granada, sob a direcção do Dr. Cecilio Gonzalez Gomez e pelo Instituto de Ciências e Engenharia Nucleares (INETI), sob a direcção do Doutor Peixoto Cabral.

Encontra-se no prelo um volume, onde, de forma mais aprofundada, serão apresentados os resultados de toda a actividade de investigação.

As duas primeiras campanhas de escavação no Monte da Tumba (1982 e 1983) foram publicadas em C. Tavares da Silva e J. Soares, Monte da Tumba (Torrão): Eine befestigte Siedlung der Kupferzeit im Baixo Alentejo (Portugal), *Madridrer Mitteilungen*, Vol. 26, 1985, pp. 1-21.

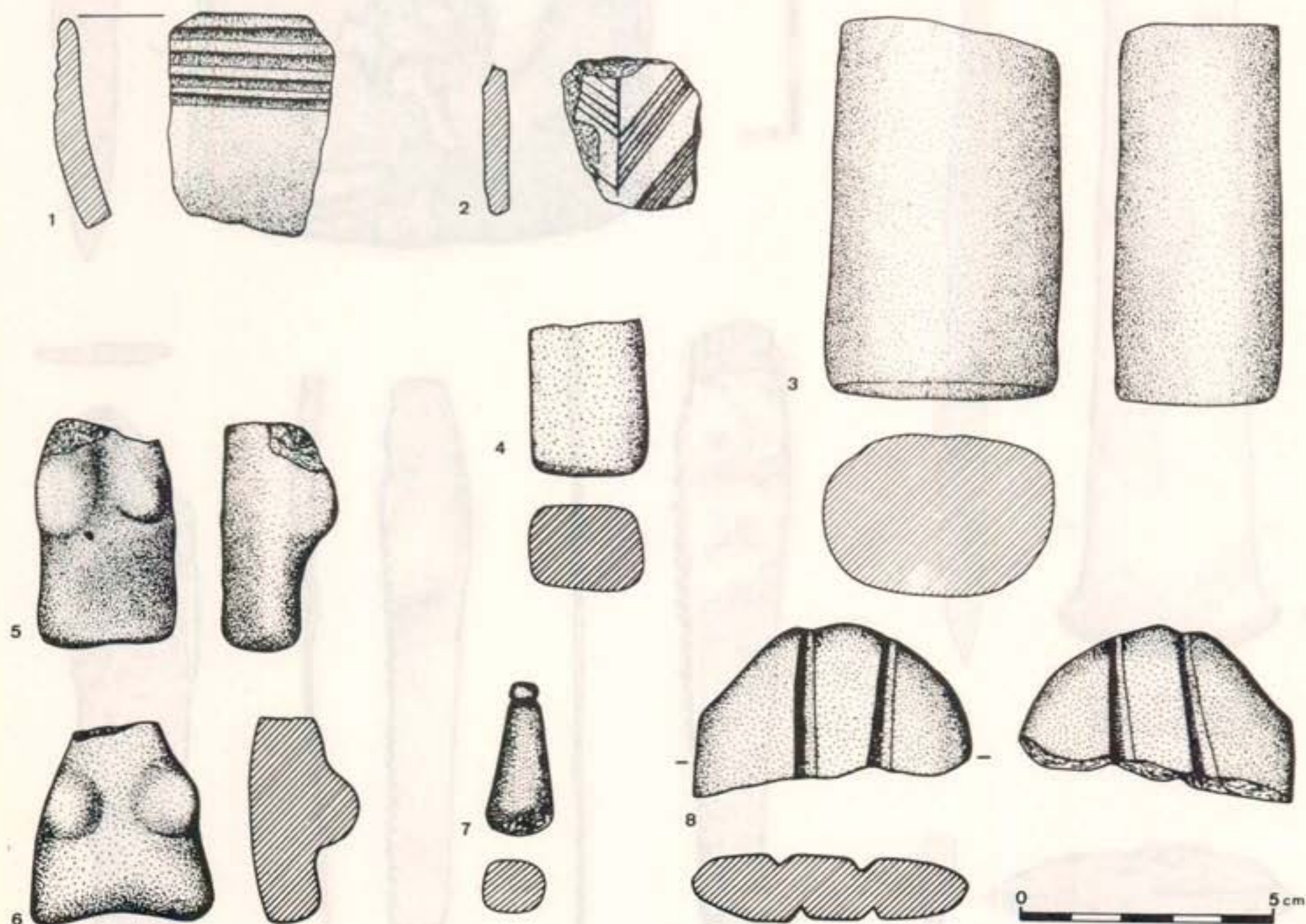


FIG. 11 – Monte da Tumba. Objectos de carácter possivelmente mágico-religioso. Os n.ºs 5 e 6 são de cerâmica e os restantes de pedra.

(2) M. Farinha dos Santos, J. Soares e C. Tavares da Silva, O concheiro epipaleolítico do Cabeço do Pez (Vale do Sado - Torrão): primeira notícia, *Actas do III Congr. Nac. de Arqueologia*, Porto, 1974, pp. 173 ss.

(3) C. Tavares da Silva e J. Soares, Contribuição para o conhecimento dos povoados calcólicos do Baixo Alentejo e Algarve, *Setúbal Arqueológica*, 2-3, 1976-77, pp. 179 ss.

(4) C. Tavares da Silva e J. Soares, Intervenção arqueológica na Vila do Torrão: ocupação calcólica, *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, Lisboa, 1986, pp. 103-114.

(5) M. Farinha dos Santos, J. Soares e C. Tavares da Silva, Campaniforme da Barrada do Grilo (Torrão - Vale do Sado), *O Arqueólogo Português*, 6 (S.3), pp. 163 ss.

(6) C. Tavares da Silva, J. Soares e F.J.S. Gomes, Identificação de um povoado fortificado calcólico no Torrão do Alentejo, *Arqueologia*, 5, 1982, pp. 44 ss.

(7) Aquando da publicação do estudo citado na nota 1, saído no *Madrider Mitteilungen* (vol. 26, 1985) estávamos convencidos de que os troços de muralha e-x faziam parte do que pensávamos ser a terceira linha de fortificações, juntamente com os troços o, r, s e os bastiões 54/73, 56/74, 62/75 e 69/78. Assim, o troço e integraria a fase C de construção. Sabemos, neste momento, que os troços e-x correspondem à fase A, enquanto as restantes estruturas supracitadas fazem parte da fase C.

(8) Este capítulo resultou da actualização do publicado em Tavares da Silva e Soares, 1985, *op. cit.* nota 1, bem como no texto dos mesmos autores publicado em *Clio Arqueológica*, Vol. 1, 1983-84, pp. 79.

(9) C. Tavares da Silva e J. Soares, *op. cit.* nota 3; Idem, *Pré-história da Área de Sines*, Lisboa, 1981; V. Santos Gonçalves, *Megalitismo e Inícios da Metalurgia no Alto Algarve Oriental*, Setúbal, 1979; Idem, Cerro do Castelo de

Santa Justa, *Arqueologia* 6, 1982, pp. 42 ss; M.V. Gomes, J.P. Monteiro e E.C. Serrão, A estação pré-histórica da Caramujeira: trabalhos de 1975-76, *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, 1978, pp. 35 ss; J. Soares e C. Tavares da Silva, Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos, *Arqueologia do Sul*, 1 (no prelo).

(10) D. Ruiz Mata e J.C. Martin de la Cruz, Noticias preliminares sobre materiales del yacimiento de Papauvas (Aljaraque, Huelva), *Cuadernos de Prehistoria y Arqueologia* 4, 1977, pp. 35 ss; D. Ruiz Mata, Cerámicas del bronce del poblado de Valencina de la Concepción (Sevilla), *Madrider Mitteilungen* 18, 1977, pp. 80 ss; H. Schubart, Morro de Mezquitilla, *Madrider Mitteilungen* 18, 1977, pp. 31 ss; A. Arribas e F. Molina, Nuevas aportaciones al inicio de la metalurgia en la Península Ibérica: el poblado de los Castillejos de Montefrío (Granada), *The Origins of Metallurgy in Atlantic Europe*, Dublin, 1978, pp. 7 ss; J.C. Martin de la Cruz, *Papa Uvas I. Aljaraque, Huelva, Campañas de 1976 a 1979*, Excavaciones Arq. en España, 1985; Fernando Piñon Varela, Consideraciones en torno a la implantación megalítica onubense dentro del contexto del Neolítico y el Calcólico del Suroeste peninsular, *Actas de la Mesa Redonda sobre Megalitismo Peninsular (1984)*.

(11) C. Tavares da Silva, J. Soares e F.J.S. Gomes, *op. cit.* nota 6.

(12) C. Tavares da Silva e J. Soares, *op. cit.* nota 3.

(13) E.C. Serrão, A estação pré-histórica da Parede: documentos inéditos sobre estratigrafia e estruturas (campanha de 1956). *O Arqueólogo Português*, 1 (s. IV), 1983, pp. 119 ss.

(14) R.V. Gomes, M.V. Gomes e M. Farinha dos Santos, O santuário exterior do Escoural (Montemor-o-Novo, Évora), *Zephyrus*, vol. 36, 1983, pp. 277 ss.

# A HISTÓRIA, A COMUNIDADE... QUE PERSPECTIVAS?

Sérgio B. Pereira Bento\*

A Comunidade é o nosso meio físico de trabalho. É nela que trabalhamos. É com as pessoas que constituem uma comunidade que vamos desenvolver o nosso trabalho.

E cada comunidade tem a sua História — determinada por conjunturas globais a que a sua individualidade não fere.

Estudar a História de uma comunidade é ver o que nela está feito, como e porque se fez *e procurar saber de tudo o que é necessário fazer.*

Estudar História é conhecer da vida e dos problemas das pessoas.

É pois urgente pôr de lado as listas de nomes sonoros de reis e pessoas importantes que preenchem *e preenchem* os manuais de história.

É que a História estamo-la construindo todos:

— Não os que escreveram ou escrevem, como Luís de Camões, ou Eça, ou Fernão Lopes; os que foram senhores de alta posição e grande postura, como Nun'Álvares ou Afonso Henriques.

— Mas também *e principalmente* os que alargam os subterrâneos do Metro em Lisboa, os que construíram a Ponte sobre o Tejo, ou os que suaram na construção do Palácio de Queluz ou do Mosteiro da Batalha; os que espremem as uvas e fazem o vinho e os que o bebem regaladamente, os que arrancam a cortiça dos sobreiros, os que acumularam outrora pedras sobre pedras e deixaram aos seus vindouros os restos, os rastos, as ruínas das suas civilizações — *que possibilitaram a nossa.*

Os que hoje ensinam a ler e a escrever, que colaboram enfim na alteração das infraestruturas socioeconómicas que possibilitarão mudanças qualitativas no modo de vida.

Numa perspectiva dialética, basta olharmos à nossa volta, basta olharmos para nós próprios, para nos apercebermos de que nada é estático ou eterno. Tudo se altera, tudo muda. Mudam as coisas, mudam as pessoas, muda a sociedade. É desse constante movimento que nos fala a História.

E essa constante mutação só é possível por uma acumulação de acontecimentos mais ou menos importantes e, de quando em quando, no momento certo, grandes transformações que alteram profundamente a vida quotidiana.

Mas os acontecimentos só são possíveis porque as pessoas os produzem. *E as pessoas somos nós.*

Assim é que, depois de tomarmos consciência de que mais não somos (nós, Humanidade da década de 80, no século XX), do que uma *fase transitória* de um processo contínuo que vem de antes de nós, passa por nós e *continuará* para depois de nós; depois dessa tomada de consciência, uma questão se nos põe com uma acuidade inultrapassável: «Qual é o nosso (o meu) papel nesta transformação?»; «em que é que eu contribuí/contribuo para o processo evolutivo?»

E então começa-se ou recomeça-se com redobrado entusiasmo, com a consciência de que *a sociedade de amanhã estamo-la fazendo hoje*, é da nossa responsabilidade! *Responsabilidade essa de que nos pedirão contas os nossos filhos e os filhos dos nossos filhos...*

Mas essa consciencialização só é realmente possível, só assenta em bases verdadeiramente sólidas se compreendermos a História. E para a compreendermos temos que a conhecer.

\* Professor do CPES, licenciado em História, vogal da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém.

E para a compreendermos temos que a procurar; temos que fazer vir à luz factos esquecidos — ou quase.

E esses factos, na sua expressão plástica de documentos ou monumentos, vão *do paleolítico e do neolítico* ao romano (diz o prof. Jorge Alarcão que cada monte alentejano assenta numa Villa romana), *ao árabe* que só agora começamos a descobrir (de tal forma ele faz parte do nosso quotidiano — no vocabulário, nos usos e no sangue — e não só nas chaminés algarvias), *às instituições feudais* (vivas ainda por todo o país — o foro, o estatuto do Senhor) *até, enfim, àquilo que constitui a memória mais recente, de princípios do século* (a industrialização, a República, e as alterações profundas que trouxeram).

*É na base dessa consciencialização que se chega à identificação das pessoas com a sua própria cultura que às vezes parece querer renegar-se.*

É assim que se parte em busca de lugares arqueológicos ou se procede à defesa e exploração dos já descobertos: porque fazem parte do património histórico-cultural da comunidade.

É assim que se evita a construção de uma vivenda de tipo nórdico-sueco em pleno Alentejo ou nas serranias transmontanas; porque as populações se apercebem que há algo de artificial, de inadequado, de impróprio, de desajustado naquilo que um ou outro menos consciente pode pretender impor.

É assim que se podem registar lendas, contos, tradições cuja origem se confunde; que se repõem danças e cantares já quase esquecidos e que nos falam dos problemas e das labutas do dia-a-dia; que se ouvem (e se escrevem e se divulgam) versos antigos carregados de sentido e de mensagem — e que se perderiam quando morressem os mais velhos (como muitos se perderam já).

É assim que *podemos contribuir para o enriquecimento da nossa própria cultura de povo — de muito mais de 8 séculos de História.*

E só o teremos conseguido plenamente quando *todos* os indivíduos de uma comunidade estiverem *aptos* a fazê-lo *sem*

*necessitarem de um animador...*

### **Porque é importante a Defesa do Património?**

Os achados arqueológicos são importantes, não por serem antiquíssimos (+-) mas porque permitem reconstituir a vida de civilizações anteriores à nossa e com as quais houve maiores ou menores rupturas. Assim se contribui para a explicação da nossa própria evolução.

Especificando e exemplificando poderia dizer-se que a existência arqueológica de um ou dois podões ou roçadeiras de metal, permite saber da Metalurgia e da Agricultura; o achado de restos ósseos de animais permite saber da Criação de Gado ou da Caça; a existência de pesos de rede, vértebras e espinhas de peixe, permite saber da Pesca; o achado de fusaiolas ou pesos de tear, permite saber da Fiação e Tecelagem; a existência de pontas de lança permite saber de actividades de carácter guerreiro.

Por outro lado, a constatação da difusão da memória colectiva (ainda a título de exemplo) da antiga «Roda Roda Dobadoira», é ponto de partida para a investigação da hipótese de uma muito divulgada actividade de tecelagem em tempos não muito recuados (fins do séc. XIX, por exemplo). E então teremos também na memória, a velhota que possui uma roca, ou a casa onde apodrece um velho tear, ou ainda as toalhas da «Avó Maria» e da «Tia Francisca».

O nosso duplo trabalho consistirá em salvar os objectos, mas ao mesmo tempo procurar as razões pelas quais uma tal indústria — porventura de alto valor estético/cultural — desapareceu, foi substituída por outra — talvez estrangeira.

E aí nos temos lançados na História Económica, Social, das Mentalidades, na História Contemporânea ou não, na compreensão da nossa realidade de País Subdesenvolvido, de que temos forçosamente que sair. Um dia. Com o nosso esforço. De todos. Da comunidade

# RECURSOS, ACTIVIDADE INDUSTRIAL E QUALIDADE DE VIDA

*Manuel Valente Fernandes\**

Assistimos ao esboçar duma consciência social respeitante à preservação das reservas dos recursos naturais não renováveis (minerais, energias fósseis), à garantia de reprodução dos renováveis (animais, vegetais) e aos perigos da poluição dos recursos livres (ar, água, luz solar).

As economias industrializadas e as suas tecnologias vorazmente consumidoras de energia e matérias primas subavaliam os factores ambientais, exercendo acções destrutivas no meio físico com delapidação dos recursos associada a poluição. Estas rupturas de equilíbrios, pelo seu carácter insidioso não têm motivado alterações significativas nas estruturas político-económicas das sociedades humanas apesar destes problemas serem graves a médio prazo, já que muitos seres humanos se vêem quotidianamente confrontados com outras desgastantes situações (de génese social, familiar ou profissional) que põem em causa a sua saúde mental e, por vezes, mesmo a própria subsistência. Também os hábitos consumistas e o «efeito adaptação» explicam a acomodação progressiva às deletérias condições ambientais, interpretando como factos menores o sentir chorar os olhos devido à poluição atmosférica, o perder tempo num engarrafamento de trânsito, ingerir alimentos com múltiplos aditivos, ver a fotografia de uma praia inundada pela «maré negra» ou aceitar a banalização da guerra e da violência nos meios de comunicação social.

Estes desequilíbrios são pois consequentes a modelos de sociedade nos quais o crescimento económico se processa sem

planeamento e onde o conceito de desenvolvimento se identifica com o aumento do consumo e da produção de bens materiais ou serviços.

Tal como o crescimento tem sido baseado no mero conhecimento técnico apoiado em princípios economicistas (daí resultando a destruição de recursos) e como elemento deste contexto, a preocupação empresarial de aumento da rentabilidade e produtividade tem conduzido muitas vezes ao esquecimento de propiciar adequadas condições de trabalho na actividade laboral do ser humano, com o conseqüente prejuízo daqueles factores económicos. O aumento do número e do predomínio de produtos químicos e poluentes tóxicos ambientais, assim como inadequada organização de trabalho são causa de doenças ou acidentes com múltiplas repercussões, não só de carácter familiar e social mas também de âmbito económico. É pois possível provar que a melhoria das condições nos locais de trabalho é elemento economicamente compensador para a gestão empresarial pois condiciona aumento de produtividade.

As estratégias macroeconómicas terão pois de incluir fundamentos ecológicos, com reflexos nas avaliações respeitantes aos materiais e produtos que deverão incluir os custos externos de todo o ciclo, desde os preços reais dos recursos utilizados até ao destino dos resíduos, passando inclusivamente pela menor durabilidade dos materiais.

Para afastar o perigo de esgotamento dos recursos, as comunidades humanas têm pois necessidade de efectuar mudanças estruturais, alicerçando-se em modelo de desenvolvimento que integre a problemática relativa ao ambiente, sustentado em planeamento com alterações profundas nas bases económicas — nomeadamente redução

\* Médico.



# A DEMOCRATIZAÇÃO DO URBANISMO

A. Briososa e Gala\*

«O Plano deve ser alguma coisa onde haja espaço e atmosfera para que nele viva a Liberdade e a iniciativa funcione»\*\*

Não se pode ser indiferente ao evoluir do percurso do Urbanismo no já longo caminho da História, para melhor se entender o enquadramento económico e social dos serviços que o Urbanismo tem prestado à comunidade, no respeito pelos valores que, em cada época, e em cada sociedade, lhe definem o rumo e marcam o carácter.

Sem termos a pretensão de, sequer, lhe esboçarmos os contornos históricos, assinalaremos aqui e acolá o seu perfil mais marcante, na sua evolução através dos tempos.

Serão breves referências tiradas da História, como inventário do passado.

## O Urbanismo não é uma ciência estática

Das Ciências exactas recebe o rigor dos métodos que quantificam o que é quantificável.

Das Ciências humanas, mais propriamente da sociologia e da psicologia, o sentir do homem e da sociedade, no pulsar da vida colectiva. É o evoluir da vida da comunidade inteira, à procura de novas ideias que possam estimular e fecundar o desenvolvimento harmonioso dentro de uma concepção pluralista.

\* Eng.º Urbanista, Assessor para os clandestinos da C. M. do Seixal

\*\* Eng.º Urbanista Paulo de Sá (Brasil)

O embrião do que hoje chamamos Urbanismo é remoto de muitos séculos, tendo-se desenvolvido dentro de matrizes religiosas, culturais, sociais, económicas e tecnológicas que marcaram as diferentes épocas da Humanidade. A origem do Urbanismo é tão longínqua que a encontramos já na arte de construir cidades, muito antes da era Cristã. Percorrendo em duas linhas, milénios de História Antiga, lembramos as velhas cidades da Grécia e do Império Romano — hoje património cultural da Humanidade inteira — e as Cidades Fortaleza da Idade Média, com os seus Castelos, Praça Central, Áreas Comerciais e Estabelecimentos Públicos. Traçadas segundo planos previamente estudados, traduziam já, nessa época, as formas de vida política, económica e administrativa das populações.

Registemos em breve apontamento os séculos de ouro que é a Renascença (séc. XVI), em que as cidades sofrem uma forte influência de um dos períodos mais brilhantes da História. O Urbanismo sofre então um novo impulso, colhendo das Artes, das Letras e da própria Filosofia, quase que diríamos, uma nova dimensão: é todo um espírito criativo com novos conceitos de estética e de cultura. Para a História do Urbanismo é a época da concepção estética. Na construção de novas cidades ou na expansão das existentes, os planos são fortemente caracterizados pela criação de grandes espaços e pelos conjuntos estéticos e monumentais dos edifícios que exibem com majestade o poder e/ou, a prosperidade da época.

A ligação do espaço com a monumentalidade dos edifícios — guardiões de obras primas, tanto de pintura como de escultura, mantém-se até meados do século XVIII.

Mais próximo da História Contemporânea, o Urbanismo sofre, com

a Sociedade Industrial (meados do século XIX), a grande viragem que havia de marcar um novo rumo. O Urbanismo acompanha o evoluir das novas correntes de pensamento e desperta para os problemas colectivos que foram o embrião das transformações políticas, sociais e económicas que, no início do século XX, alteraram a geografia política da Europa.

*Vejamos quais os principais problemas que o Urbanismo da Sociedade Industrial enfrenta e procurou resolver:*

- 1 — O crescimento demasiado rápido dos aglomerados urbanos, que se faz sem plano e de forma desordenada, em razão do êxodo das populações rurais, obrigadas a abandonar o campo, em busca de melhores salários ou por falta de meios de sobrevivência nos locais de origem.
- 2 — As deploráveis condições de habitação, a falta de salubridade e de higiene que se agravam com o aumento da densidade habitacional.

O Urbanismo sofre então, na Época Industrial, o seu primeiro impulso técnico, lançando ao engenheiro um novo desafio para que fossem encontradas as soluções capazes de melhorarem as condições de vida da comunidade.

Dada prioridade às condições primárias da vida das populações urbanas, com a construção das infraestruturas — arruamentos, águas e saneamento — só no decurso dos últimos decénios do século XX, as questões estéticas começaram a tomar a devida importância, a ideia de uma gestão integrada do crescimento urbano faz a sua aparição e com ele surge um novo profissional: o *urbanista*.

Esta nova face do Urbanismo podemos situá-la à volta de 1910, com a introdução da palavra «*planning*» em inglês, «*planung*» em alemão e «*urbanisme*» em francês, e corporiza a necessidade de uma estrutura espacial — o *espaço urbano* —

tratando a cidade como um corpo vivo, e capaz de a fazer crescer harmoniosamente com a habitação, as infraestruturas, os serviços e o equipamento social destinado à saúde, à cultura e ao lazer.

*Mas será que o Urbanismo é apenas e tão somente a ciência dos aglomerados urbanos?*

Pela *Carta de Atenas (Paris, 1943)*\*\*\* o ordenamento do território deverá ser de tal modo concebido que o torne capaz de satisfazer as quatro funções urbanas principais: habitar, trabalhar, circular e recrear.

Se nos anos 20 houve quem considerasse o «*Urbanismo como uma actividade económica voltada para o futuro*» privilegiando os mecanismos económicos que lhe estão subjacentes, essa foi a época do «*L'Homo Economicus*», mas cuja filosofia não é já consentânea com a vida dos nossos dias.

A Economia como uma das linhas mestras do Urbanismo — quem pode planificar sem um estudo económico? — é uma componente indispensável ao equilíbrio do sistema que rege o desenvolvimento urbano, mas nunca desligada da componente sociológica. Daqui, a necessidade daquilo que hoje se chama o perfil «*socioeconómico*», da população a quem se dirige o plano. A Economia deve animar a vida sem a estrangular ou sufocar. É um meio, mas não um fim.

A intervenção da Sociologia com base científica foi iniciada em Nova Iorque em 1904 e é hoje considerada uma disciplina de base, indispensável ao estudo do comportamento do homem no espaço urbano, nas suas subtis relações com o meio ambiente, tal como o é a ecologia.

---

\*\*\* *Le Corbusier, Edouard - Arquitecto suíço, naturalizado francês, foi o grande inspirador da Carta de Atenas.*

Entre nós, muito raramente se dá conta da intervenção do sociólogo na formação das equipas pluridisciplinares de

Urbanismo. Outro tanto se pode dizer da presença dos arquitectos paisagistas. Não esqueçamos que o Urbanismo pode ser uma arte sinistra, se o responsável de todo o trabalho de equipa — o urbanista — não souber encontrar a solução capaz de uma interpretação correcta de todas as componentes que intervêm na formulação dos planos.

A este propósito é de referir uma publicação suíça dos anos 50 que tem por título: *As cidades tal como as desejaríamos*. Aí se reflecte a desconfiança que, por vezes, se instala sobre os métodos científicos do planeamento, e onde os juízos de valor sobre o Urbanismo são dados por um médico, um jurista e dois teólogos.

No dizer de um autor francês, é mais importante a «sabedoria» como guia do planeamento, do que alguns métodos científicos utilizados pelos urbanistas. Citamos *La ville a besoin de sages*.

Fugindo à tradução à letra diremos: o urbanista deve ser excepcionalmente dotado de bom-senso. O urbanista não se pode desligar do concreto. É que as ideias valem tanto mais, quanto melhor se definir o seu rosto. O plano de urbanização sendo a tradução, no concreto, das ideias tem de ter rosto: o rosto humano.

O Urbanismo, não sendo uma panaceia para todos os males da comunidade, deve ser o meio de que os eleitos do poder local se devem servir, para acompanhar o evoluir da sociedade, sem dogmatismos, numa síntese permanente de todos os problemas que afectam as populações, e alcançar a melhoria das suas condições de vida física e psíquica.

A «Civilização do Homem» ou um «Novo Humanismo» é hoje um conceito ligado à ciência do Urbanismo, significando o desenvolvimento integral e harmonioso do Homem. É altura de dizer que um urbanista deve ser, antes de tudo, um humanista.

Mas quais as limitações, no espaço e no tempo, contidas na própria filosofia do

planeamento urbanístico? A primeira questão é esta:

*Podemos nós tomar decisões de fundo para as gerações que hão-de vir?*

Tudo o que é vida significa mudança. *Uma sociedade que se torne estática está condenada a morrer ou a perder a sua liberdade*. Ora, as novas gerações terão, por definição, outras aspirações, outros meios e provavelmente outras escalas de valores para julgar em matérias tão sensíveis como o social, o cultural e o estético.

Se não queremos hipotecar a vida das gerações futuras, parece-nos que devemos agir de modo a deixar-lhes possibilidades que permitam a sua própria realização, isto é, uma liberdade de escolha tão vasta quanto possível.

Devemos aceitar o passado como um valor a defender no quadro histórico, cultural e estético, reconciliando-o com as necessidades do nosso tempo. O enquadramento e a defesa desse património, no contexto de um plano de urbanização, representa o sentir da nossa sensibilidade a transmitir às gerações futuras.

São as interdependências entre o passado, o presente e o futuro que animam o plano e fazem com que certos métodos de planeamento prevaleçam uns sobre os outros: os métodos qualitativos sobre os quantitativos; o longo prazo sobre o curto prazo; a flexibilidade sobre a rigidez; o plano dinâmico e progressivo sobre os planos estáticos; o social sobre o técnico e tecnológico. *É a componente humana — motivação primeira em todo o processo de planeamento — que deve definir os objectivos, fazendo prevalecer as necessidades do homem às soluções tecnicistas*.

É dentro deste contexto que se torna indispensável a participação dos cidadãos na definição dos objectivos do plano e tomada de decisões.

Deve tornar-se claro que a democratização do processo de

Urbanismo também é condição primeira para garantir a sua função social.

Mas é indispensável que essa participação não se limite a uma pura informação, mas antes represente e suscite uma atitude activa e encorajada com seriedade. A democracia supõe um trabalho contínuo e um contacto frequente entre os eleitos, as populações e o urbanista.

No Concelho do Seixal existe um exemplo acabado de tudo quanto fica dito, sendo considerado hoje, a nível internacional, como uma referência obrigatória do Urbanismo Contemporâneo. Refiro-me ao *Plano de Reconversão de Vale de Milhaços*.

Não desejo concluir estes apontamentos de um breve percurso histórico do Urbanismo, sem deixar à reflexão de todos quantos se ocupam desta matéria qual deve ser o entendimento de um plano de urbanização. Há quem o tenha

como um elemento de trabalho acabado e rígido. Ora, um plano de urbanização não deve ser entendido com a rigidez de uma forma. A vida urbana, a vida vivida no nosso quotidiano, não cabe numa forma. O planeamento real, com rosto humano, e é esse que tem de ser discutido e aceite pela população, deve saber adaptar-se para sobreviver, e ter a capacidade de resposta para as coisas a que a população aspira, sem perda da sua identidade.

O plano deve saber traduzir a nossa identidade e a nossa cultura, não copiando figurinos que nos são alheios.

É ver o que se passa pelo País fora, em matéria de habitação, mais propriamente nas regiões de fortes taxas de imigração. Se os Portugueses tivessem tanto de cultura como de inteligência, estaríamos mais perto da Europa sem traírmos a nossa identidade. E a nossa voz far-se-ia ouvir com mais força. ■

# O PLANO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO PARA O DISTRITO DE SETÚBAL, AS AUTARQUIAS

## E O MOVIMENTO CULTURAL DA REGIÃO

*Leopoldo C. N. de Almeida\**

### 1 — Uma introdução necessária

Falar do Plano Integrado de Desenvolvimento para o Distrito de Setúbal (PIDDS) obriga previamente a abordar, ainda que muito sucintamente, a experiência de cooperação e associativismo inter-municipal que, desde o 25 de Abril, se vem constantemente alargando e consolidando.

Na fase inicial de funcionamento do Poder Local democrático as atenções principais dos autarcas e das populações concentraram-se na realização de obras públicas, particularmente das que se impunham com maior premência: infraestruturas viárias, de saneamento básico, electrificação rural, equipamentos básicos, etc.

Desde cedo que os municípios reconheceram as vantagens de cooperação naqueles domínios por dois motivos principais: maior racionalidade e utilidade dos investimentos e menores custos. A cooperação assumiu, principalmente, a forma de protocolos estabelecidos entre dois ou três municípios para a resolução de problemas específicos comuns.

Nos últimos anos tem-se assistido a uma rápida evolução das formas de cooperação. São numerosas, actualmente, as associações de municípios, as quais correspondem a formas mais avançadas de cooperação porque mais estáveis e abertas, em geral, a um leque de acções mais vasto do que acontece com os simples protocolos. Esta vaga de associativismo coincide com a crescente preocupação das autarquias face ao desenvolvimento económico e socio-cultural das populações e aos problemas, cada vez mais complexos, colocados pelo ordenamento do território.

Pode-se afirmar, sem grande erro, que as associações de municípios que se vêm instituindo pelo País prosseguem dois objectivos principais:

- criar estruturas de suporte à resolução eficaz de problemas e necessidades comuns (apoio técnico, acções de formação profissional e outros programas socio-culturais, elaboração de normas, etc.);
- desenvolver estratégias globais de desenvolvimento económico e de ordenamento do território a nível supra-municipal.

A acção da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, instituída em 1983, insere-se claramente na prossecução daqueles objectivos.

Assim, no que ao desenvolvimento económico e ordenamento do território diz respeito, a AMDS tem vindo a desempenhar um importante papel no desenvolvimento da cooperação inter-municipal, nomeadamente promovendo a troca de experiências e de informação, a uniformização de actuações, regulamentos e normas, o estudo de problemas e a dinamização de investimentos supra-municipais.

Contudo, muitos dos problemas que as autarquias enfrentam não têm origem local ou mesmo inter-municipal. Isso é particularmente claro na vida económica, dependente de múltiplos factores de âmbito regional e nacional e, cada vez mais, também dos mercados internacionais.

Já não tão evidentes para a maioria das pessoas são as inter-dependências que se estabelecem entre centros urbanos, e entre estes e os espaços rurais complementares. Tais inter-dependências, que traduzem afinal a evolução económica, exprimem-se em trocas de mercadorias, de serviços e de mão de obra entre os vários espaços de acordo com as suas complementaridades e especializações.

\* *Arquitecto, técnico do consórcio dos gabinetes HP-OA-SISMET, adjudicatário do PIDDS.*

Se nos municípios onde a actividade rural ainda é predominante se verifica uma relativa fraqueza na intensidade das relações com o exterior, já naqueles que se inserem actualmente na área metropolitana de Lisboa tal interdependência é muito forte e determinante da realidade social e económica local e das características básicas da ocupação, organização e utilização do território. Nestas condições, tem-se vindo a impor aos municípios situados nas aglomerações metropolitanas o reconhecimento de que a resolução de muitos problemas de ordenamento e de desenvolvimento económico implica uma actuação conjunta das autarquias sobre as causas que os determinam, as quais, como se viu, não têm origem dentro dos apertados limites administrativos mas ocorrem em espaços mais vastos, de dimensão regional/nacional.

## 2 — O PIDDS, a regionalização e os municípios

É dentro deste contexto que se situa a decisão da AMDS em mandar elaborar o PIDDS no final de 1986 a um consórcio de empresas — OA, Oficina de Arquitectura, SISMET, Sistemas e Métodos de Organização e Informática, HP, Hidrotécnica Portuguesa. Trata-se, conseqüentemente, de definir uma estratégia global de desenvolvimento socioeconómico, com base na mobilização dos recursos e potencialidades da região e de ordenamento territorial, devidamente articuladas entre si.

Um Plano com estas características corresponde, no essencial, às competências de planeamento das Regiões Administrativas, como se pode deduzir das propostas sobre a matéria apresentadas na Assembleia da República. Contudo, a instituição das Regiões tarda, os protelamentos têm sido sucessivos e não é possível prever quando ocorrerá, em concreto, a regionalização do País. Nestas circunstâncias, perante a dificuldade de actuação das autarquias decorrente da indefinição de um quadro

referencial do desenvolvimento e ordenamento, a decisão de elaboração do PIDDS surge plena de oportunidade, tanto mais que a adesão do País à CEE tem vindo a introduzir modificações significativas nos mecanismos de financiamento de projectos e iniciativas para o desenvolvimento local-regional e a dar origem a acções de planeamento conduzidas pela Administração Central, como acontece com a Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal, da iniciativa conjunta da CCR de Lisboa e Vale do Tejo e Direcção Geral de Desenvolvimento Regional. Neste contexto, o PIDDS apresenta-se como um contributo fundamental da região (distrito), para as iniciativas centrais de fomento de expressão regional ao identificar e compatibilizar recursos e potencialidades com os interesses e aspirações das populações e o ordenamento equilibrado do território. Neste sentido pensa-se que, na ausência de Regiões Administrativas e até à sua criação, se impõe a instituição de formas estáveis de colaboração entre os dois níveis de molde a garantir coerência e eficácia às acções em programação. O que é certo é que a elaboração do PIDDS representa, desde já, uma contribuição fundamental para o planeamento regional, independentemente da configuração que as Regiões venham a tomar no País.

Para os municípios — e retomando algumas considerações anteriores — o PIDDS constitui um quadro de referência essencial para o desenvolvimento socioeconómico e o ordenamento territorial das autarquias.

De facto, o PIDDS ao definir:

- as potencialidades e vocações de nível regional para cada município,
- as conseqüentes perspectivas de desenvolvimento em harmonia com os desejos e aspirações concelhios,
- as linhas gerais do ordenamento territorial do distrito em conexão com as perspectivas de desenvolvimento económico e os planos de ordenamento concelhio,

- as consequentes acções e formas de intervenção, designadamente as de âmbito municipal e inter-municipal e aquelas que implicam formas de colaboração entre o poder local e o poder central,

virá a preencher a grave lacuna, muito sentida pelos municípios, da inexistência de orientações de nível regional. Essa falha é particularmente relevante quando os municípios procedem ao estabelecimento dos seus Planos Directores Municipais, instrumentos de ordenamento e desenvolvimento dos territórios concelhios.

Deverá notar-se que o PIDDS não substituirá — nem pretende substituir — um futuro plano regional do distrito (ou no caso de integração deste em duas regiões distintas, a de Lisboa e a do Alentejo, partes dos respectivos planos regionais). Contudo, como plano inter-municipal que é, correspondente a um conjunto de municípios associados, permitirá a cada uma das autarquias desenvolver, muito mais facilmente do que até agora, uma política de fomento local em harmonia com o todo regional.

### **3 — O PIDDS como acto e instrumento de apoio ao movimento cultural**

O PIDDS pode e deve ser visto como um acto cultural. Esta afirmação poderá causar certa estranheza porque é pouco habitual falar-se de cultura quando nos referimos a documentos e estudos de natureza técnica. Contudo, a nosso ver, essa é uma visão restritiva da cultura, resultante da já velha oposição entre ciências e artes puras e técnicas e actividades práticas, de aplicação.

O PIDDS, de facto, enquanto documento de análise e interpretação da realidade regional através de variadas contribuições disciplinares conducentes à formulação de uma visão integrada da mesma, constituirá só por si um interessante contributo para o movimento cultural regional. Nesta perspectiva, cremos que o PIDDS, como documento de informação

sobre o distrito, poderá vir a desempenhar um papel de relevo para o conhecimento e tomada de consciência da população sobre a sua região, seus problemas e potencialidades.

A novidade da sua contribuição para aquele conhecimento reside em três aspectos ou conteúdos principais:

- as componentes disciplinares da análise da realidade, as quais integram os domínios bio-físico, recursos, património, social, económico, urbanístico, grandes infraestruturas e político-institucional;
- o diagnóstico da situação detectada, o que pressupõe uma identificação crítica da realidade e a enunciação dos problemas, carências e estrangulamentos colocados pela população, pelo meio e os resultantes da sua interactivação;
- a extensão do território objecto do estudo.

É precisamente na dimensão do espaço em análise que pensamos que residirá a originalidade do trabalho: de facto, estamos em face de um distrito que abrange, no mínimo, três sub-regiões distintas dos pontos de vista geográfico, socioeconómico e cultural. Essa heterogeneidade exige a adequada caracterização daqueles espaços e o estudo da sua inter-dependência. Por outro lado, é indispensável analisar ainda as relações do distrito e suas sub-regiões com as unidades territoriais e socio-económicas adjacentes, isto é, o Alentejo e a região de Lisboa (sub-região Norte). O PIDDS deverá ainda ser um instrumento de desenvolvimento do movimento cultural na medida em que se prevê que venha a apresentar:

- propostas de equipamentos e de acções de animação cultural,
- propostas de defesa e valorização do património cultural e natural.

As propostas basear-se-ão, naturalmente, no levantamento e análise das redes de equipamentos e acções, actualmente existentes, de nível supra-municipal. Elas

poderão envolver quer a previsão de construção de novos espaços culturais, quer a recuperação de edifícios de qualidade para tais fins, quer ainda a programação de novas iniciativas. Em qualquer dos casos o enfoque das propostas terá sempre um âmbito regional (distrital) ou sub-regional.

Prevê-se que as medidas e acções no domínio da defesa e valorização do património venham a dar uma atenção particular ao problema da protecção da frente litoral do distrito (Costa Azul) e estabelecer, conseqüentemente, uma rede de espaços naturais, base do equilíbrio ecológico e da protecção e conservação da

natureza do distrito e, ao mesmo tempo, das grandes áreas de lazer e recreio da população. Naturalmente que tal política terá de ser estabelecida em conexão com o desenvolvimento turístico da região. Pensamos ter mostrado, ainda que muito sumariamente, o interesse do PIDDS em termos de contribuição para a melhoria das condições de vida local e regional e, em particular, para o movimento cultural da região. Em próxima oportunidade contamos dar conta da evolução do estudo, referindo situações, problemas e ideias de desenvolvimento com enfoque no domínio cultural. ■



# PARA A RECUPERAÇÃO DO HIATE DE SETÚBAL.

## Algumas notas.

*Henrique Cabeçadas\**  
*Joaquina Soares\**

### Introdução

Tem vindo o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal a desenvolver uma campanha de sensibilização da opinião pública e das entidades oficiais para o interesse cultural das embarcações tradicionais do Sado e para a necessidade de implementação de medidas que visem a sua salvaguarda. A par dessa actividade de divulgação procede-se à recolha de elementos documentais, à prospecção nos esteiros do Sado com o objectivo de identificar antigas embarcações, a entrevistas com construtores navais e ao estudo do material que vai sendo reunido.

Um tipo de embarcação de proa fina e armação de cuter — o galeão do sal —, por ser bom veleiro, encontrou na actividade de recreio uma função que lhe permite sobreviver, sendo já vários os exemplares recuperados com grande fidelidade.

Situação muito diversa ocorre em relação ao hiate de Setúbal. Embarcação de raiz mais antiga, de proa bojuda, pouco bolineira, e de recuperação muito dispendiosa, não se apresenta interessante para os amadores da vela. O seu interesse histórico e raridade conferem-lhe contudo um enorme interesse regional e nacional. Foi possível proceder, até este momento, ao salvamento da proa, a parte mais característica, do hiate Sto. António, muito apodrecido e deformado. Apenas um casco, enterrado no lodo em Porto de Figueiras, com o beque e talabardão (remate da borda) visíveis, poderá ser recuperado de modo a voltar a navegar.

\* Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

Recuperação que só se concretizará caso se conjuguem esforços de diversas entidades, nomeadamente da Secretaria de Estado da Cultura. Aqui fica o nosso alerta, objectivo fundamental desta nota.

### Origem e caracterização do hiate de Setúbal

O hiate de Setúbal teve a sua origem no hiate português (1) e surgiu no final do século passado.

O hiate português (Fig. 1), designado vulgarmente por hiate, era uma embarcação de dois mastros, sem mastaréus, com vela grande e traquete, envergadas em caranguejas. À proa envergava duas velas de estai amuradas num longo gurupez muito arrufado, apoiado sobre o beque e prolongado por um pau de bujarrona.

Uma gravura de Lisboa (Fig. 2), dos inícios do séc. XVIII(2), mostra dois navios com velas de carangueja que, pelos patilhões laterais e bandeiras parecem holandeses sugerindo que este tipo de vela ainda era raro em Portugal. O hiate português ainda não teria surgido. O termo hiate poderá ter resultado da designação holandesa jacht, por via popular marítima. Só mais tarde, no final

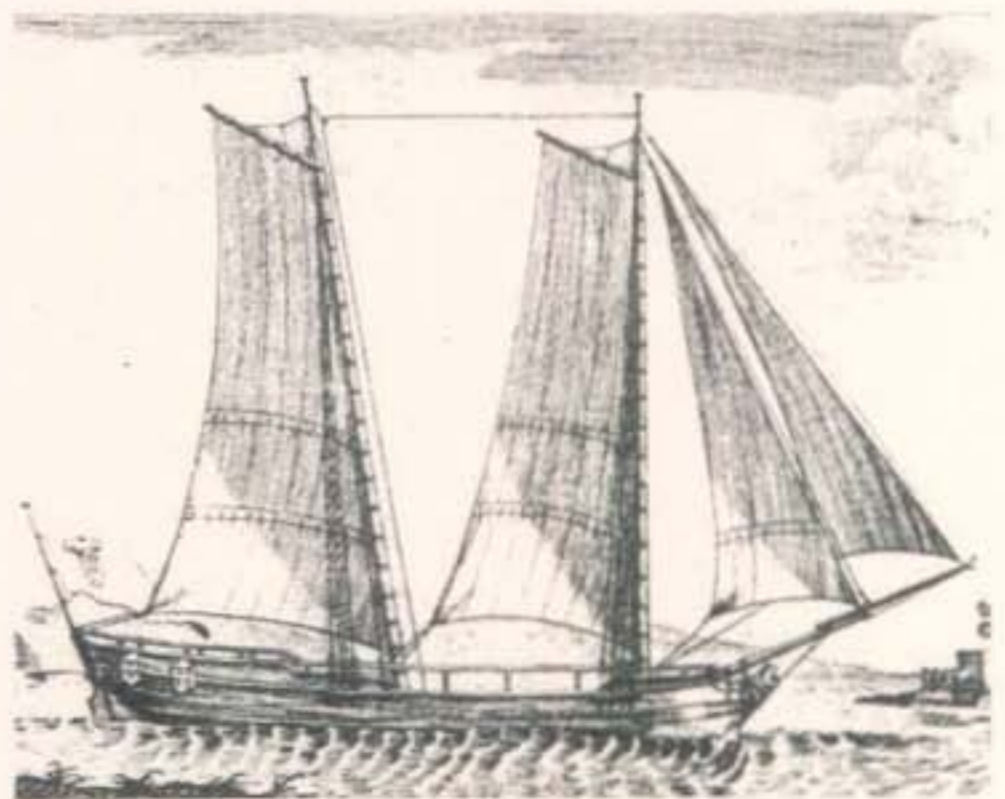


Fig. 1 — Hiate Português. Seg. João de Souza, 1785.

do séc. XIX, com o desenvolvimento do desporto náutico<sup>(3)</sup> aparecerá em Portugal a palavra inglesa yacht a designar uma embarcação de recreio. É, pois, possível que o hiate português, do séc. XVIII, tenha surgido por influências provenientes do Norte da Europa <sup>(4)</sup>, região com a qual os portos de Lisboa e Setúbal mantiveram intensas e continuadas relações comerciais. Pelo que respeita a Setúbal, a sua produção salineira determinou aquelas relações comerciais ao longo de vários séculos, desde a primeira dinastia, séc. XIV <sup>(5)</sup>. O hiate implantou-se fortemente em Setúbal. A sua presença é assinalada, em 1758<sup>(6)</sup>, pelos párocos das freguesias de S. Sebastião, S. Julião, N.ª Senhora da Ajuda (extinta), Santa Maria da Graça e S. Lourenço de Azeitão, conforme transcrições que se seguem:

— «Tem este rio capacidade para nelle ancorarem folgadoamente da boca da Barra para dentro até a ponta da Coutada de Santa Catharina, que fazem

duas legoas para cima de quinhentas Náus segundo a vulgar openião dos praticos, fora as embarcações da terra, que são immenças assim Hyates, como barcos da marinha, Lanxas do alto, Catrayas Chinxas, Chinxoros, Moletas de Tataranha, Caboeiras, Saveiros, e Lanchas de todo o genero de pescado, assim da costa como do rio.»

— «(...) este rio he navegavel que por elle navegão muito a vontade não só barcos da marinha mas tambem Hyátes athe o Porto del Rey, de São Bento, aonde vão buscar os trigos sevádas, e mais mantimentos que vem da provincia do Alemtejo, assim para esta Vila, como para a Corte, e cidade de Lisboa, (...);

— «He porto de mar, e na bahia em que se mete o rio Sadão cabem dozentos navios, os que a frequentão são Suecos, Dinamarquezes, Irlandezes, e todas as nações do norte, que vem tomar cargas de sal. As embarcasoins da terra são hiates, que transportão sai, e pescaria para a Galiza, e barras do Reino. Lanxas



Fig. 2 — Vista do porto de Lisboa. Séc. XVII/XVIII (anterior ao terramoto de 1755). De notar a presença de dois navios com vela de carangueja que pelos pavilhões laterais e bandeiras parecem holandeses.

do alto, chinchas de pescaria, e barcos do serviço ordenario, e de transportarem sal das marinhas para os Navios.»;

— «(...) tem porto de mar em sitio ameno e aprazível por natureza; passeio agradável, em tempo sereno, lizonja do gosto e desafio da gula: as embarcações que frequentam o d.º porto sam yates, barcos de pesca, e de navego, e navios mercantes, tem capacidade p.ª admittir em si duzentos navios»;

— «He navegavel em navios até esta terra; em hiates até Alcacere; e até o Porto de Rey em embarcações menores»;

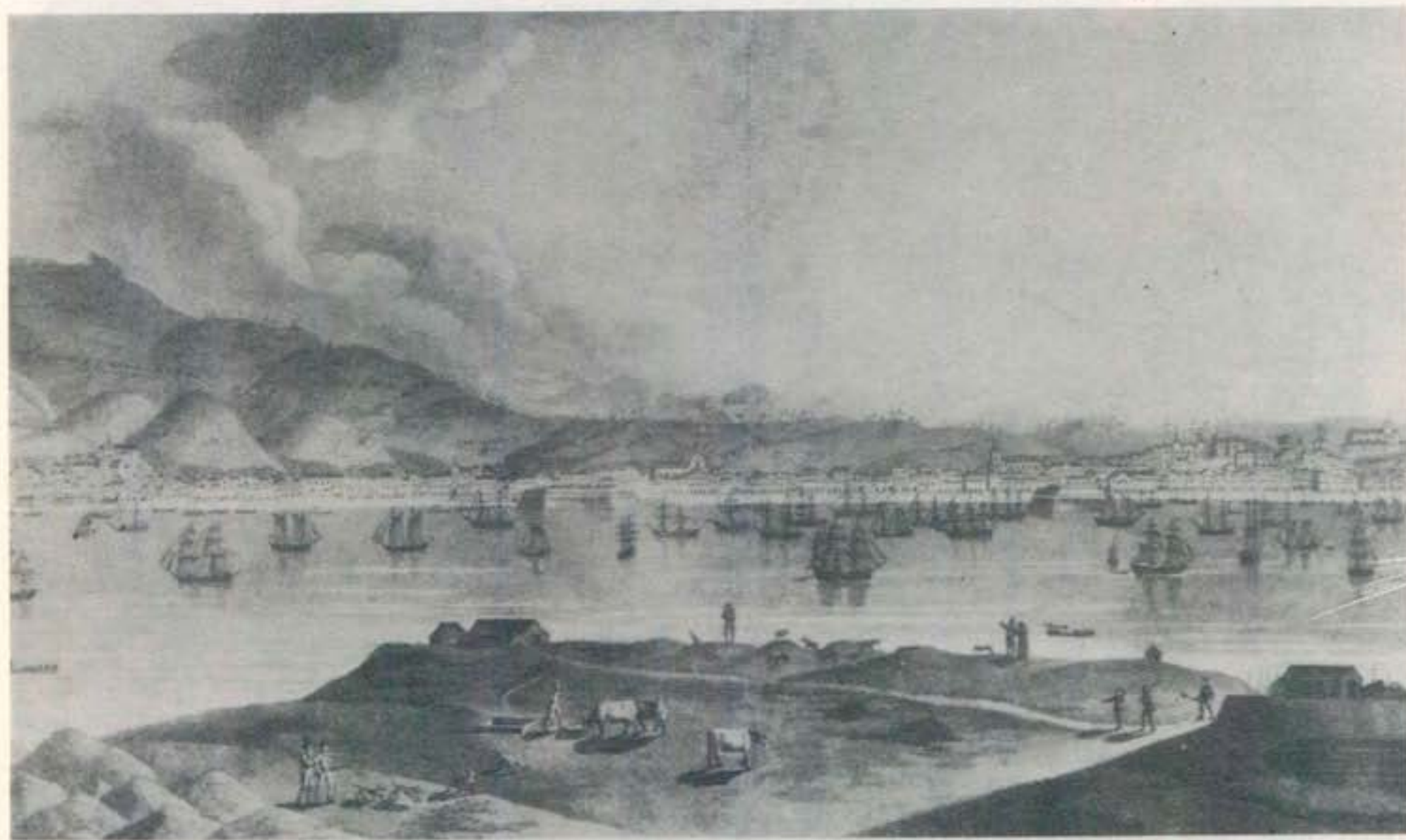
— «Chega esta freguesia athe o porto de Arrabida, que fas legoa, e meia e he huma praia de area Branca, que fas como huma meia lua, e fica entre a fortaleza de Arrabida, que pertence a esta freguesia, e esta com boa fortificaçam, e a Torre de Oitam, que fica na barra de Setubal donde pertence, e he anciada donde se refugiam algumas embarcasoins como lates, Caravelas, e outras desta qualidade, e pode admetir mais de quatro centas, mas a esta anciada, por conta dos baxos nam admite as de Alto Bordo».

Das referências ao hiate, produzidas em meados do séc. XVIII, podemos deduzir da sua presença no Sado, realizando

transporte de sal, pescado e outras mercadorias para Lisboa, outras barras do Reino e Galiza. Subia o rio até Alcácer do Sal e, com dificuldade, podia atingir Porto Rei. O hiate é também considerado embarcação da terra, pertencente pois à frota mercante do porto de Setúbal. É-nos ainda revelada a existência de barcos da marinha (distintos(?) do hiate), cuja função (transporte de sal das marinhas para o porto) virá a ser absorvida pelo menos a partir dos finais do séc. XIX, pelo hiate. De salientar, por fim, que a grafia utilizada é muito diversa: Hyate, hiate, yate, iate, facto que pode ter resultado de recente assimilação do termo por via popular.

Adoptámos a grafia hiate por ser a que mais se generalizou e porque permite estabelecer a distinção entre o tipo de embarcação de que nos estamos ocupando e os iates de recreio.

O hiate ou hiate português foi bastante



Collecção de gravuras portuguesas (Reprodução)

Perspectiva da Vila de Setúbal

ESTAMPA N.º 20

**Fig. 3 — «Perspectiva da Villa de Setúbal, tirada da Casa do Trapixe em Troia». Gravura de T. d'O. Banha. 1827. Observe-se o elevado número de hiates.**

utilizado no comércio marítimo ao longo da costa ocidental portuguesa no decurso do séc. XVIII e em grande parte do séc. XIX. Na costa algarvia, o caíque, embarcação tradicional, mais pequena e rápida do que o hiate sobretudo na bolina, servia melhor os interesses de uma navegação local e regional, processada em um meio mais calmo do que o litoral ocidental. Assim, em 1864<sup>(7)</sup> existiam, na costa algarvia, 73 caíques e 25 hiates. No mesmo ano, o hiate representava 50% dos navios de arqueação inferior a 100 m<sup>3</sup> na frota mercante portuguesa. Em Setúbal, que poderíamos chamar «porto de hiates», esta embarcação detinha 95% em tonelagem do total da sua frota. O número das suas unidades (31) era idêntico ao que detinha o porto de Lisboa, com 15 vezes mais tonelagem. Duas gravuras representando a baía de Setúbal, uma de 1813<sup>(8)</sup> e outra de 1827<sup>(9)</sup> (Fig. 3), mostram hiates, entre navios de pano redondo, caíques e pequenas embarcações. A representação de uma marinha da autoria de Maia Alcoforado<sup>(10)</sup>, de 1877, ilustra uma embarcação de dois mastros, razoavelmente fantasiada, designada por «hiate saleiro».

A construção do caminho de ferro, a partir de 1860 e o aparecimento do navio a vapor (sobretudo no último quartel do séc. XIX) retiraram ao hiate a preponderância que detinha no comércio marítimo. Esta embarcação persistirá, contudo, no estuário do Sado, onde uma navegação fluvial e costeira de pequeno curso a continuava a reclamar. O hiate Pardal, construído em 1840 só viria a ser abatido em 1950. O hiate Estefânia navegou até 1970.

Será a partir dos finais do séc XIX e inícios do séc. XX que o hiate irá perdendo as características de embarcação de mar, ao adaptar-se a uma navegação essencialmente fluvial. Surge então a variante hiate de Setúbal<sup>(11)</sup> (Figs. 4,5,6 e 7): casco com a mesma proa bojuda (sem alterações em relação ao hiate português) de beque, mas com pequeno gurutep, quase horizontal (5° a 7°), sem pau de bujarrona e sem o respectivo aparelho,

característicos do hiate português. Quando aquele aparelho surge, com cabresto frouxo, sem patarrazes e com a rede de guarda mancebos reduzida a estribos que aparentam patarrazes, tem carácter vestigial (Fig. 8), perdida que foi a sua função. O beque termina em voluta esteriotipada. A popa é ogival (com delgados mais finos que os da proa), com leme por fora. O convés é corrido (sem o tombadilho do hiate português), com duas grandes escotilhas de carga pela ré de cada mastro e duas pequenas escotilhas, uma à proa e outra à popa, para alojamento da companhia. Este casco possui uma estrutura interna complexa e robusta. Dimensões: L. total — 15 a 19 m.; boca — 4,3 a 5,2 m.; pontal — 1,5 a 1,7 m.

Arma dois mastros da mesma altura, com uma vela de carangueja em cada mastro e uma a duas velas de estai no mastro da vante. O hiate de Setúbal apresenta o mastro da vante vertical e o da ré com acentuado caimento para a ré, 10°, como o primitivo hiate.

A enxárcia é constituída por dois ovéns, por cada mastro e por borda, rondados por bigotas. O mastro da vante é espiado por um a dois estais, conforme o número de velas de proa (nos últimos anos apenas uma).

Os topos dos mastros são ligados entre si por um cabo, o vergueiro. Os mastros podem apresentar-se prolongados por varas de combate.

As velas de carangueja, sem retranca,



Fig. 8 — Pormenor de beque e gurutep de Hiate de Setúbal com o respectivo aparelho. Foto de H. Kérisit.

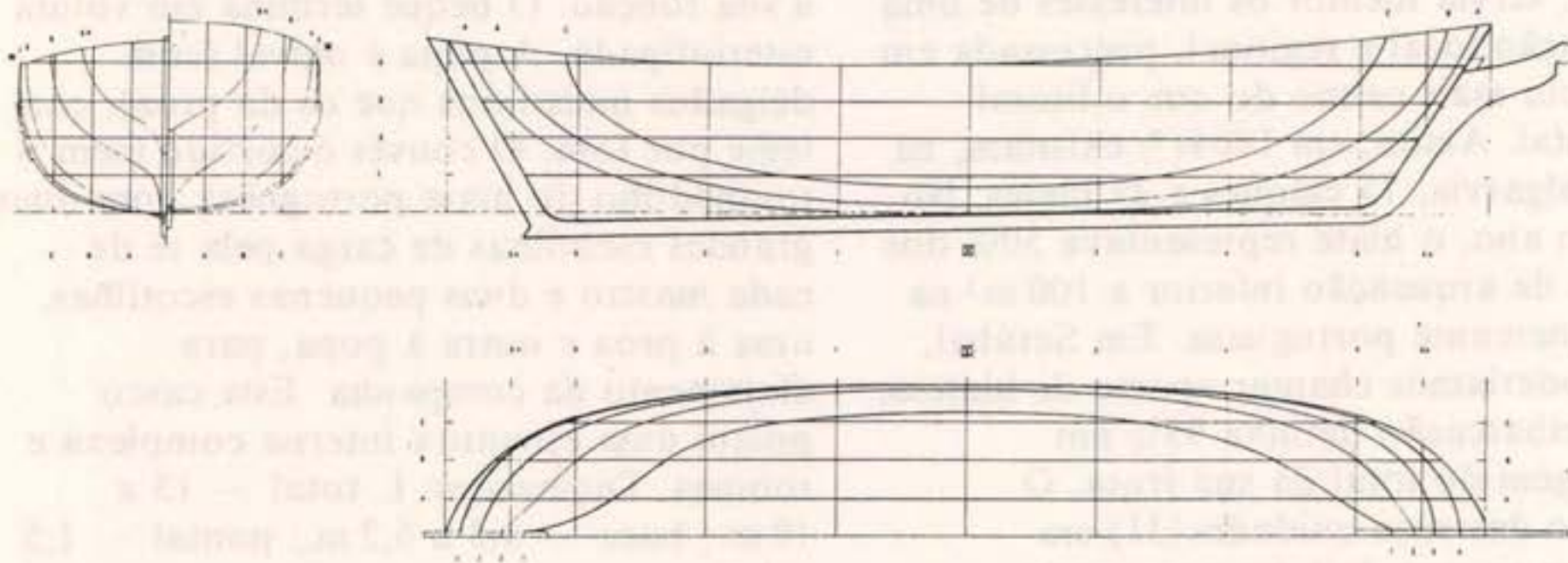


Fig. 4 — Plano geométrico de Hiate de Setúbal. Red. ca 308 x. Museu de Marinha.

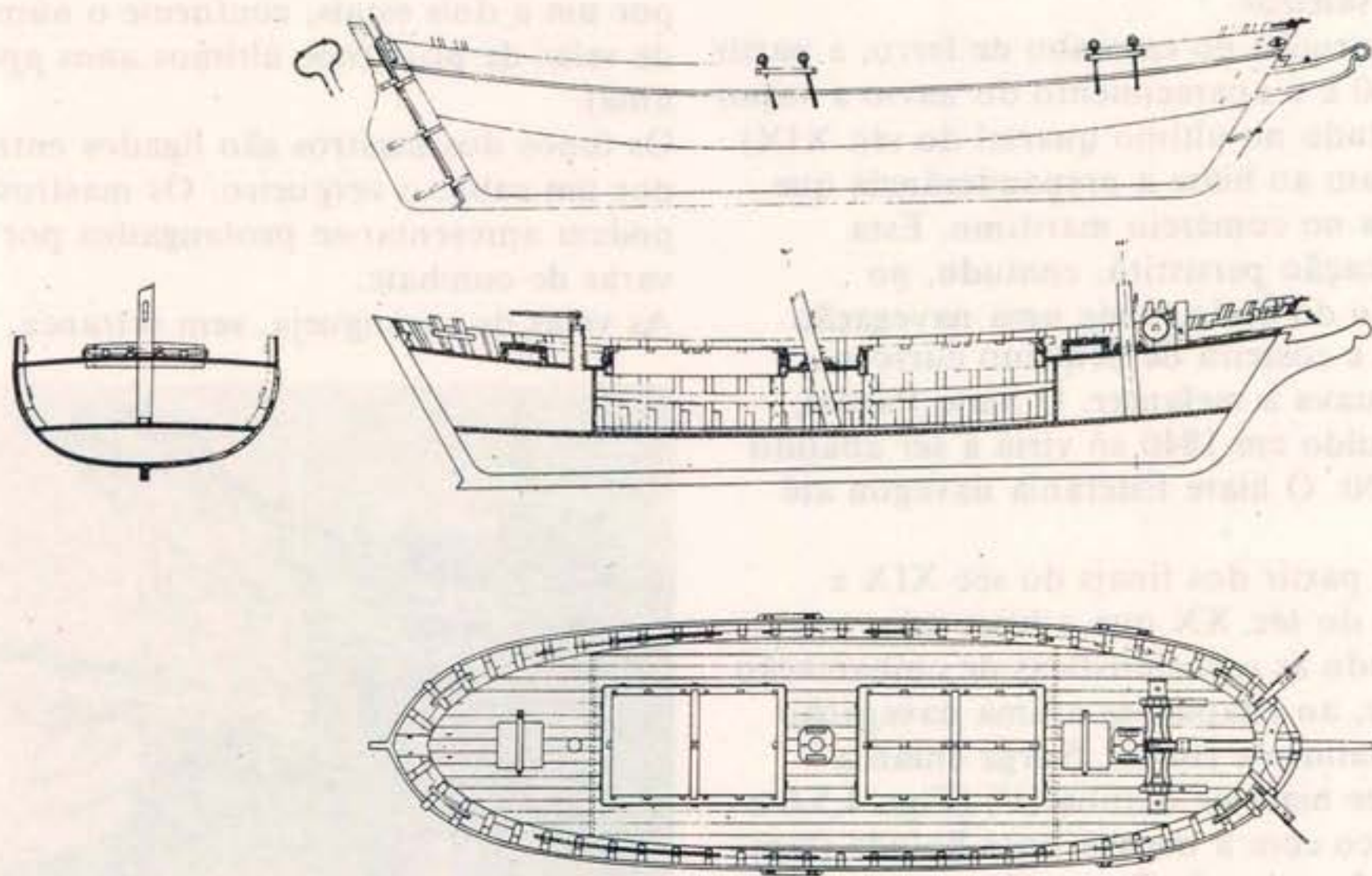


Fig. 5 — Desenhos de Hiate de Setúbal. Red. ca 308 x. Museu de Marinha.



**Fig. 6 — Hiate de Setúbal navegando a todo o pano. Foto de Américo Ribeiro. 1960.**



**Fig. 7 — Hiate de Setúbal ancorado no Porto de Setúbal. Foto de Américo Ribeiro. 1940.**

possuem duas a três ordens de rizes e o pano grande caça com uma talha que corre num varão «berimbau» fixado no topo do cadaste.

As velas de carangueja envergavam nos mastros com arcos de castanho e as de proa envergavam nos estais com garrunchos. A redução do pano fazia-se pois por rizes; as velas grande e de traquete ferravam para as caranguejas arreadas para o convés.

O «Diligente», talvez pelo facto de ter sido motorizado, continuou a realizar navegação costeira, conservando todo o seu aparelho oceânico pelo menos até ao fim da 2ª Guerra Mundial.

### Do hiate de Setúbal ao Laitau

O hiate de Setúbal deu origem, no estuário do Sado, sem se extinguir, a uma outra embarcação, de casco idêntico e de um único mastro, com armação de cuter — o laitau (Fig. 9).

Alguns hiates foram assim, por supressão de um mastro, transformados em laitaus. Este termo é utilizado apenas em Setúbal e poderá ser uma corruptela da palavra inglesa «lighter», batelão, cuja função frequentemente desempenhavam.

### Recuperação da proa do hiate Sto. António

A noção actual de que a proa de um navio deve ser fina não era evidente no princípio do séc. XIX. As proas eram rombas e bojudas, devido ao receio de a proa se afundar na vaga, na navegação à popa. Pelo contrário, as popas tinham formas mais finas do que as das proas.

Apesar da desconfiança com que foram recebidos os primeiros grandes navios (1830 a 1840) de proa fina, o certo é que na segunda metade do séc. XIX as proas bojudas, antigas, foram deixando de se construir e desaparecendo.

Apenas por inexplicável conservadorismo, elas se mantiveram em alguns tipos de navio.

Foi este o caso do Hiate Português e seu sucessor «Hiate de Setúbal» que, sofrendo alterações de pormenor, chegou aos nossos dias com a forma de proa



Fig. 9 — Laitau navegando no Sado. Foto de Américo Ribeiro. 1972.

primitiva, mais cheia que a popa.

O pano de boca do Teatro D.<sup>a</sup> Amélia, de 1895, da autoria de João Vaz, com alguma fantasia, mostra um hiate navegando a par de um «galeão a remos», embarcação introduzida nos finais do séc. XIX. Dois conceitos de arquitectura naval em confronto: um casco de proa bojuda, tradicional, oferecendo resistência ao mar, e um casco de proa fina, apto a cortar velozmente as águas, inscrito numa nova era.

O hiate Sto. António, posteriormente laitau Malagueira, foi talvez o último a ser construído; remonta a 1908.

Tinha as seguintes dimensões de sinal:

Comprimento de sinal	.....	13,3	m.
Boca	.....	3,9	m.
Pontal	.....	1,4	m.
Total, arqueação bruta	.....	17,4	m.
			ton. Moorson

Fig. 10 — Vista de estibordo do hiate Sto. António.



Era um pequeno hiate, pois a tonelagem média deste tipo de embarcação era de 25 ton. Em 1930 foi-lhe retirado um mastro, ficando transformado em «laitau», com o nome de «Malagueira», sob o registo S 214 TL (Fig. 10). A popa apresenta ainda os varões de escota correspondentes às duas armações (Fig. 11). Cerca de 1970 foi definitivamente abandonado no esteiro do Sampaio na Marateca, próximo do lugar das Pontes, entre Setúbal e Águas de Moura.

No Verão de 1986 o casco apresentava-se com as obras mortas apodrecidas (Figs. 12 e 13), especialmente o convés, parcialmente desaparecido. O casco, sem convés, começava a abrir como um bivalve, sendo mesmo já difícil servir para reconstituição da forma.

A parte em melhor estado era precisamente a típica proa, ao estilo do séc. XVIII, que pela sua raridade merecia ser salva. Como já foi dito, há ainda um exemplar de hiate enterrado no lodo, que parece estar em muito melhor estado e poderá vir a ser recuperado integralmente. Assim, decidiu-se retirar a proa com o seu beque, o que resultou numa difícil

operação dedicadamente executada pela Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal com utilização de máquinas de movimentação amavelmente cedidas por outras entidades, nomeadamente a E.D.P., a Junta Autónoma do Porto de Setúbal, a Câmara Municipal de Setúbal. Depois de longa discussão assentou-se em que a peça a recuperar teria 4 m. de comprimento, incluindo o beque e seria transportada em camião. Pesava apenas 4 toneladas mas foi difícil de lingar devido à forma e à extrema fragilidade da peça. Assim, à maneira das embarcações de recreio, utilizaram-se cintas largas de lona e espalha-cabos. Restavam como principais dificuldades a aproximação de um guindaste de capacidade suficiente e a movimentação do camião com uma carga de 4 m. de largura e 6,5 m. de altura (Figs. 14 e 15), através de um pinhal até à cidade. Actualmente, a proa encontra-se guardada em um espaço coberto cedido pela Junta Autónoma do Porto de Setúbal.

A experiência de salvamento da proa do hiate Sto. António veio mostrar que recuperar integralmente o hiate



Fig. 11 — Vista do interior da popa do hiate Sto. António. Observam-se os dois varões de escota correspondentes à armação de hiate (o mais exterior) e à armação de laitau.



Fig. 12 — Vista da proa do hiate Sto. António. O casco, em avançado estado de destruição, começava a abrir como um bivalve.

identificado em Porto de Figueiras (Figs. 16 e 17) não é tarefa fácil, mas possível; é talvez a última oportunidade de fazer voltar a navegar na costa portuguesa um hiate, embarcação mantida quase inalterável desde o séc. XVIII. ■

(1) SOUZA, João de, 1785, *Caderno de todos os Barcos do Tejo tanto de carga e transporte como de pesca*.

(2) Informação gentilmente fornecida pela Dr.<sup>a</sup> Irisalva da Nóbrega Moita: — Gravura de madeira, do século XVII ou XVIII antes do terramoto de 1755, pois mostra-nos o Paço da Ribeira com o Torreão Filipino, mandado fazer por Filipe I de Portugal e cujo arquitecto foi Filipe Terzi; vemos também o passadiço, por onde a família real embarcava, saindo directamente do Paço da Ribeira; o palácio dos Corte-Real, etc. Tudo foi destruído pelo terramoto. No topo o título: LISBONE, numa fita. Em baixo, à esquerda e à direita 28 remissas e no centro: LISBONE, VILLE, CAPITALE DU ROYAUME DE PORTUGAL/SITUÉE À L'EMBOUCHURE DU TAGE. À PARIS CHÈS CHÈREAU RUE S. JACQUES AU COQ. Dim: 520x350 e é o n.º 56 de um álbum ou colecção.

(3) BRAGANÇA, Carlos de, 1897, *Campanha Oceanographica do Yacht «Amélia»*.

Fig. 13 — Hiate Sto. António. Pormenor da vante, deixando perceber o avançado estado de deterioração da madeira.



(4) Pelo menos a partir de 1416 aparece na Holanda a vela de espicha e estai, precursora da carangueja e estai. Esta armação aparece no Tamisa (Barges of Thames) em 1600. O jacht holandês, nesta época, tinha um mastro com vela de carangueja (a novidade em Portugal?), gávea (redondo), dois estais, gurutuz, castelo de popa e patilhões laterais. Os ingleses (com excepção dos «barges» do Tamisa) substituíram, mais tarde, os patilhões por quilha profunda. Ver cf. OLIVEIRA, Braz de, 1903, *Aparelho — Manobra e Navios*.

(5) RAU, V., 1951, *A exploração e o Comércio do Sal de Setúbal. Estudo de História Económica. I.*

(6) CLARO, R. Peres, 1957, *Setúbal no século XVIII. As informações paroquiais de 1758*, Setúbal.

(7) Diário do Governo, 28 de Agosto de 1864. Navios mercantes nacionais.

(8) LANDMANN, 1813, *Town and harbour of Setúbal*, Londres, ed. T. Cadell e W. Davies, Strand.

(9) D'O. BANHA, 1827, *Perspectiva da vila de Setúbal — vista da Casa do Trapixe no sítio da Tróia*. — Dedicada à Sereníssima Senhora Dona Isabel Maria, Regente de Portugal e Algarves, Lisboa, grav. B. Comte.

(10) RAU, V., 1951, *A exploração e o Comércio do Sal de Setúbal. Estudo de História Económica. I.*

(11) CABEÇADAS, H., SOARES, J. e GUERRA, A., 1986, *Embarcações Tradicionais do Sado*, Setúbal, ed. Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

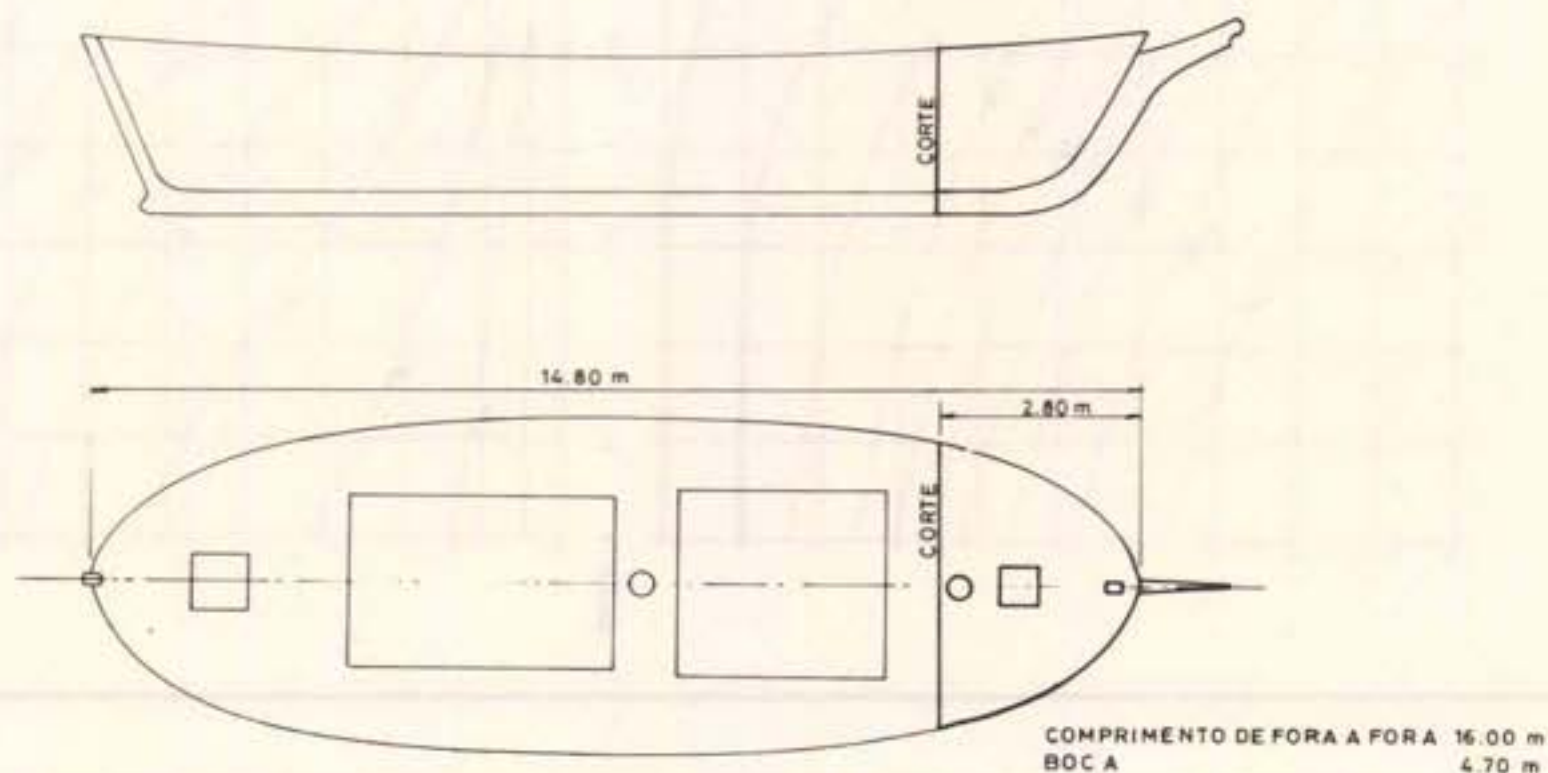


Fig. 14 — Plano e corte longitudinal esquemático do hiate Sto. António com a delimitação do sector recuperado.

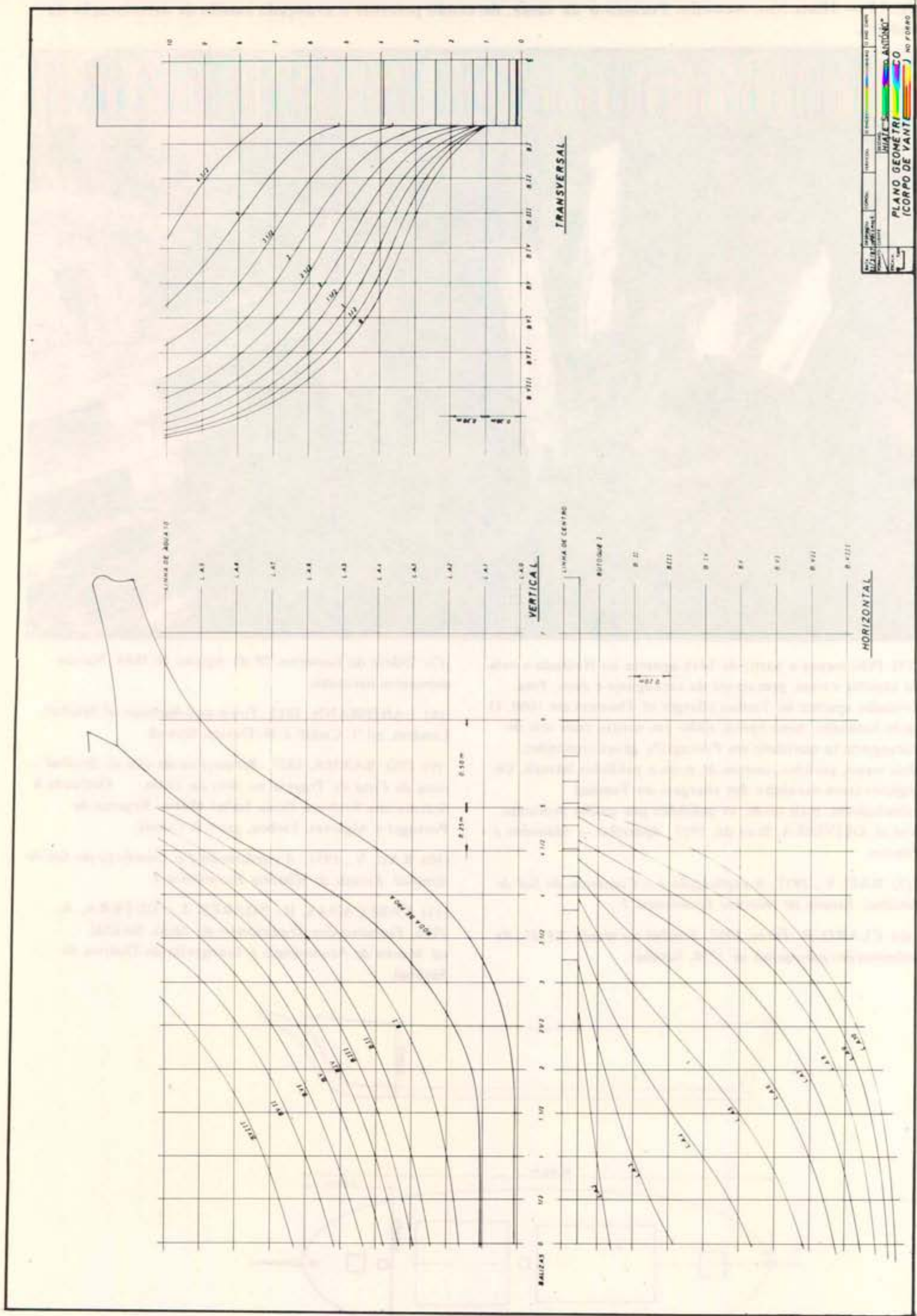


Fig. 15 — Plano geométrico da proa do hiate Sto. António realizada por Álvaro Pescaria que acompanhou activamente todo o processo de recuperação da proa do hiate.



Fig. 16 — Vista de cima, do hiate enterrado no lodo do Porto de Figueiras.



Fig. 17 — Pormenor do beque do hiate de Porto de Figueiras.

# MUSEUS DE COLECTIVIDADES: DEFESA DE UM PATRIMÓNIO, CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DO ASSOCIATIVISMO

*Alberto Pereira Ramos\**

Em Portugal, diz-se, somos pouco sensíveis à defesa do património nacional, nos seus variadíssimos aspectos, e por isso temos poucos museus e não visitamos os existentes com a frequência que seria devida e conveniente. Nós achamos que não é um caso de sensibilidade mas sim de cultura e educação. Actualmente a situação vai-se alterando devido à conjugação dos esforços de algumas entidades, a um certo cuidado no trabalho com a juventude e, naturalmente, a uma evidente alteração das mentalidades no após 25-de-Abril.

Os museus são um repositório dos mais variados documentos: despojos arqueológicos, fotografias, velhos instrumentos de música, máquinas, taças, medalhas, cartazes, cartas, fitas, bandeiras, peças de mobília, armas, peças de vestuário ou peças de utilização caseira, bilhetes de qualquer espectáculo, programas de festas, partituras musicais, ferramentas, etc., etc. Ao guardarem-se estes documentos num museu está-se a defender um património importante e simultaneamente a prepararem-se as bases que servem aos estudo da História.

Organizar um museu é assunto sério que hoje se entrega a especialistas. No caso de entidades como as colectividades de cultura e recreio, a organização de algo que se relaciona com o passado, e neste caso estão os museus, é tarefa de que se encarregam pessoas com alguma sensibilidade para estas coisas. É um

trabalho que exige carinho, respeito pelo passado, paciência. É um trabalho que se faz com a preocupação de recolher toda a espécie de documentos que é possível encontrar, muitas vezes sem se saber precisamente para que servirão alguns. Na falta de conhecimentos especializados há que falar com quem saiba, há que visitar museus, há que ler bibliografia sobre o assunto.

Conhecemos muitas colectividades e sabemos que na maioria delas não há a mais pequena preocupação com esta actividade. Pode-se até dizer que quando os documentos antigos não são simplesmente destruídos, como coisas inúteis, são arrumados em locais pouco convenientes, como sótãos e caves. Como a maioria das instalações são velhas, a água e o fogo se encarregam de inutilizar grande parte. Recordamos que, não há muito tempo, numa colectividade de Lisboa, centenária e com grandes tradições, um incêndio destruiu toda a existência. Para o futuro ficará apenas a memória dos mais velhos, a transmissão oral de alguns factos e com os anos tudo se desvanecerá na névoa do tempo.

No nosso distrito, tão rico em colectividades e outras associações, o panorama também não é brilhante. Sendo a realidade almadense a que melhor conhecemos, podemos afirmar que só a Academia Almadense tem o seu museu organizado. A Incrível Almadense (SFIA) e a Filarmónica da Piedade (SFUAP) têm a sorte de ter, cada uma delas, um sócio de grande dedicação que fazem uma recolha sistemática de documentação, António Henriques, da SFIA e António Matos, da SFUAP. Agora é preciso que as Direcções das respectivas colectividades arranjem os espaços e as condições para que os museus sejam uma realidade.

---

\* *Dirigente associativista.*

Regressando à Academia Almadense podemos dizer que lemos algumas actas de assembleias gerais e verificámos que já em 22.12.942 um homem chamado José Carlos de Melo, sócio da Academia Almadense e grande entusiasta pelo associativismo da sua terra, disse que era preciso constituir um museu da colectividade. Consta da respectiva acta: «Este mesmo associado (José Carlos de Melo) apresentou ainda uma interessante exposição sobre a criação de um Museu Histórico da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, que é do teor seguinte: — Considerando que há necessidade de reconstruir o passado associativo desta Academia; considerando que ninguém melhor que os próprios sócios cooperando nesta obra podem prestar, com os valiosos elementos que conservam em seu poder, as indicações necessárias ao fim em vista. Por consequência, é preciso que, dentro desta Academia exista uma entidade que tenha a seu cargo essa missão, a Assembleia Geral resolve:

Primeiro — Criar o Museu Histórico da AIRFA;

Segundo — Integrar este serviço na Biblioteca, onde deve ser instalado;

Terceiro — À entidade encarregada deste serviço incumbe:

a) Fazer recolher, por oferta ou empréstimo, das entidades, sócios e colectividades, todos os elementos que se relacionam com a Academia.

§ único — Quando a cedência tenha lugar por empréstimo devidamente autorizado pelo proprietário, arquivar-se-á uma cópia.

b) Organizará por verbetes o Dia da Academia;

c) Catalogará com todo o cuidado e zelo, todos os elementos que seja possível colher das entidades oficiais, particulares, associativas ou sócios;

d) Facilitar o estudo destes elementos aos sócios desta Academia com a promessa, dos consultantes, da oferta de melhores esclarecimentos.» (1)



ABRIL/1987 — Aspecto do Museu da AIRFA

Curiosamente, José Carlos de Melo, que era tio do escritor Romeu Correia,<sup>(2)</sup> não foi tomado muito a sério e parece que até foi forçado a ouvir diálogos pouco amáveis e a suportar brincadeiras de gosto duvidoso, por ter tido tão correcta ideia e por a ter expressado em público através de uma proposta, aliás aprovada, na Assembleia Geral da «sua» colectividade.

Anos mais tarde, Fernando Pinto, outro homem curioso pelas coisas do passado, grande académico e associativista, tomou o encargo de começar a recolher elementos, fez algum trabalho de sistematização do seu arquivo e expôs numa sala da Academia alguns objectos que constituíram o embrião do actual Museu.

A ideia de manter e desenvolver um museu não morreu com Fernando Pinto<sup>(3)</sup>. Com mais ou menos entusiasmo, de acordo com as disponibilidades de tempo ou a sensibilidade dos responsáveis, a recolha manteve-se e em

1984, devido a condições mais favoráveis, foram ganhas novas forças e foi possível iniciar um trabalho de inventariação de todos os documentos, que já atingem elevado número. Ao mesmo tempo tentase evitar que se deteriorem os documentos mais velhos que já se torna difícil manusear sem se estragarem. Este novo entusiasmo tem sido recompensado pela compreensão de vários sócios que têm tido a atenção de ofertarem documentação que tinham em seu poder e que constitui um valioso contributo para a história dos 92 anos da Academia Almadense e do próprio concelho. Trabalhar na organização de um museu tem as suas vantagens e por vezes, até dá prazeres inesperados. Assim, a necessidade de ler velhos papéis, desde actas até simples prospectos de propaganda, proporciona conhecimentos interessantes sobre a vida da colectividade, sobre o ambiente das localidades, sobre as condições económicas e sociais dos sócios, etc.



ABRIL/1987 – Aspecto do Museu da AIRFA

Quando um dia se começar a escrever a história da Academia Almadense, haverá um museu capaz de prestar uma boa ajuda sob muitos aspectos, visto estar organizado de forma a servir vários fins. O espaço destinado ao museu, uma sala no último andar do edifício do belo Cine-Teatro, não é muito grande e está saturado, pois os espécimes expostos são já em número apreciável e tendem a crescer. Espera-se que dentro de poucos anos seja possível duplicar a área destinada a esta actividade da AIRFA. No momento actual e numa fase de trabalho já relativamente avançada, há que investir mais. É necessário atender à conservação de alguns espécimes, especialmente fotografias — já se conseguiu recuperar quatro retratos que estavam quase irreconhecíveis —, e também por ser conveniente fotografar todas as peças existentes, o que é trabalho moroso e dispendioso. Quanto à segurança deste património foram

tomadas medidas tendentes a evitar que alguns «coleccionadores» levem recordações para casa.

O citar aqui este exemplo é uma forma de dar a conhecer uma realidade da vida associativa de Almada mas também de incentivar outras colectividades a iniciarem esta urgente tarefa de defesa de um património valioso. As autarquias do distrito devem, por sua vez, entusiasmar e esclarecer os dirigentes das colectividades de modo a que, com o apoio dos Pelouros da Cultura, dêem atenção a esta «nova» actividade onde podem vir a ser interessados os jovens e também os mais idosos. ■

---

(1) Respeitou-se, rigorosamente, a redacção da acta.

(2) Romeu Correia, contista, romancista e dramaturgo é, ele o diz, um fruto das colectividades. É sócio de Mérito da AIRFA.

(3) Fernando Pinto faleceu em 02/07/80, tinha 73 anos e era sócio de Mérito da AIRFA.

# A PRIMEIRA FESTA DA ÁRVORE REALIZADA EM PORTUGAL — SEIXAL 27 DE MAIO DE 1907

*Manuel Lima\**

Pensa-se ter sido em 1872 que no Estado de Nebraska, E.U.A., surgiu a ideia de um «Arbor Day» dedicado à divulgação dos benefícios que as árvores oferecem e ao significado cívico da sua plantação. Em Portugal foi em 27 de Maio de 1907 que pela primeira vez se realizou uma verdadeira festa de culto pela árvore à semelhança do que então já se fazia em muitos outros países.

Foi na Vila do Seixal, no Campo dos Mártires da Liberdade, que com a participação das crianças das Escolas oficiais, acompanhadas dos seus professores, foram então feitas as plantações.

Esta festa realizada no Seixal há oitenta anos foi presidida pelo Professor Borges Grainha, grande animador nacional da celebração e teve a presença da Comissão Organizadora local constituída por António Augusto Louro, Alfredo dos Reis Silveira, D. José Maldonado, António Jorge Evangelista, Eduardo Figueiredo, Padre António Coutinho e Professora D. Júlia Pinto.

Esta iniciativa de defesa e enriquecimento do património natural espalhou-se rapidamente pelo país, graças à acção da Liga Nacional de Instrução, à Academia de Estudos Livres e ao Jornal *O Século*. A 20 de Dezembro de 1907 celebrou-se pela primeira vez em Lisboa a Festa da Árvore, também em cerimónia onde participaram as crianças das Escolas, plantando 38 árvores na rua Alexandre Herculano.

Interrompida por motivos políticos esta comemoração viria mais tarde, após o 25 de Abril, a ser reeditada, e do dia da Árvore passou-se ao Dia da Floresta, comemorado a 21 de Março.

## Seixal, concelho com tradição no culto da árvore

O concelho do Seixal era coberto primitivamente por uma floresta indígena tipicamente mediterrânica, onde abundavam como árvores, o sobreiro, o



1.<sup>a</sup> Festa da Árvore no Seixal – Grupo de crianças das Escolas Oficiais, plantando árvores no Campo dos Mártires da Liberdade

\* Professor da Escola Secundária Corroios-1. Técnico no âmbito do património Natural da C.M.S.

carvalho, o pinheiro manso, o zambujeiro e o medronheiro e ainda como arbustos, o carrasco, a aroeira, a urze e o folhado. Esses montados originais constituíam excelentes coutadas para os nossos primeiros reis e fidalgos.

No entanto, esta floresta espontânea mediterrânica cada vez mais explorada com o decorrer dos séculos foi-se transformando em charneca árida durante a idade média.

Pensaram os nossos reis a partir do reinado de D. Fernando reflorestar estas terras com a introdução do pinheiro bravo, originário da Flandres, que se tornou espécie predominante. O eucalipto só foi introduzido no século XIX sendo actualmente e depois do pinheiro bravo a segunda espécie mais abundante.

Hoje não é possível falar da história dos Municípios da margem Sul do Tejo, nos quais está incluído o Seixal, sem fazer uma alusão às matas, sobretudo aos pinhais tão importantes desde os tempos mais remotos na economia local.

Ainda hoje a toponímia do concelho do Seixal é reveladora dessa importância; lugares podemos aqui encontrar com os nomes de Pinhal dos Frades, Pinhal das Freiras, Pinhal da Aroeira, Pinhal do Arneiro ou Pinhal da Mata.

Foi das matas da margem Sul que durante muitos séculos se forneceu lenha, ramas e carvão a Lisboa.

As indústrias de fogo como os fornos de vidro, de cal, de cerâmica ou de pão existentes na capital eram alimentados pelas lenhas desta banda.

Também destas matas foram exportados toros de madeira para escorar as galerias das minas de carvão inglesas.

O Seixal é igualmente um concelho com muitas tradições na construção naval. Desde a idade média que nas praias do rio Judeu se instalaram estaleiros, e com as madeiras das suas matas, sobre e pinho, se construíram muitos barcos que não só navegaram no Tejo como fizeram parte da epopeia dos descobrimentos.

Nas quintas senhoriais do Seixal predominavam como árvores de fruto, a oliveira, a figueira e os citrinos. Nos

jardins destas quintas foram plantadas muitas espécies exóticas trazidas dos novos mundos descobertos. Palmeiras, pimenteiras, dragoeiros ou magnólias ainda hoje podem ser vistas em quintas como as da Princesa, da Fidalga ou da Trindade.

Ainda nos nossos dias as indústrias ligadas à exploração das matas e floresta são significativas neste concelho.

Nele está instalada a única unidade transformadora de resinas a Sul do Tejo e é o Seixal um dos maiores centros manufactores de cortiça do país. ■



Plantação de árvores com a participação das Escolas Primárias em 1987

## LINGUAGEM REGIONAL — SANTIAGO E SINES

Manuel João da Silva\*

Desde há alguns anos a esta parte nos dedicamos à defesa ou melhor a «guardar» o que existe do falar regional do lugar onde habitamos.

O nosso interesse neste campo foi motivado pelo facto de nos apercebermos que as expressões genuínas dos meios rurais, principalmente, vão caindo em desuso porque foram expulsas por uma linguagem, oficialmente admitida como correcta, que a rádio, a televisão e a escola levam a toda a parte.

Pela acção dos agentes citados, nota-se uma forte tendência para a extinção do vocabulário que o povo criou, e a sua substituição por uma linguagem mais erudita, mais uniforme e incaracterística. Além de estarmos sensibilizados para a missão de que nos encarregámos: defender do esquecimento a linguagem popular, achamo-nos bem colocados para o trabalho que nos propomos realizar, visto que até aos 30 anos fomos daqueles que, com a enxada ou com a foice, lidámos ao lado doutros trabalhadores rurais, no tempo que o vocabulário regional era usado em toda a sua pureza.

Por isso pudemos publicar a pequena obra *«Riqueza Tradicional dos Falares Regionais»*, com a força e a realidade de quem estava lá no lugar onde os episódios sucederam, sofreram nesse tempo, num trabalho forçado com um horário em que o sol nos mandava trabalhar logo que aparecia no Oriente e só nos mandava para casa depois de se «afogar» no Oceano Atlântico.

Por isso não precisamos andar de porta em porta de papelinho na mão a tirar apontamentos para recolher o falar

regional. Ele está ainda bem presente na nossa memória.

A *«Riqueza dos Falares Regionais»* foi, por assim dizer, o primeiro volume duma colecção que pretendemos publicar.

Pronto a entrar na tipografia, temos o *«Mastro da Fonte Lobo»* com mais cerca de 400 expressões populares que não encontrámos registadas nos dicionários por nós consultados.

Só essas merecem uma atenção especial e o respectivo tratamento.

E o nosso registo continua, visto que já temos em projecto mais obras no género: *«Os Lobos na Região»* em fase de acabamento; *«Os Ganhões»*, *«Os Mendigos»*, *«Os Funerais...»*

Tudo isto são costumes praticamente hoje desaparecidos, mas que ainda existem pessoas que deles podem dar vivo testemunho.

Tudo isto é contado em forma dialogada na linguagem rural da época.

Falemos agora um pouco da origem do vocabulário dos meios rurais, a que os dicionaristas «ainda não deitaram a mão». Pouco sabemos a este respeito.

No entanto, cremos que esta linguagem pode ter várias origens:

O isolamento é o maior entrave do progresso. E o homem do campo, onde o analfabetismo era quase a 100%, sem meios de Comunicação Social, sem estradas nem veículos para se deslocar, certamente que as pessoas viviam num «clã» onde o tempo tinha parado.

Nestas condições, o vocabulário teria forçosamente de ser restrito, e não seria suficiente para todas as necessidades de comunicação, daí a intervenção de novos vocábulos.

Além disso conhecemos pessoas que «por graça» ou para se tornarem originais, têm uma tendência para formar expressões a

\* Professor e autor do livro *«Riqueza dos Falares Regionais»*.

seu gosto. É o idioleto. Por imitação o idioleto começa a divulgar-se no meio. Que por sua vez pode dar origem ao dialeto.

Se uma pessoa não tiver um bom desenvolvimento vocabular e prática na articulação vocabular durante a infância ou adolescência, difícil se torna a pronúncia de palavras novas, na idade adulta.

Geralmente deturpadas, essas palavras chegavam aos camponeses por intermédio dos rapazes que vinham da tropa ou das raparigas que iam «servir» para a cidade. Daí as corruptelas. Ou então, pela lei do menor esforço, inventavam-se palavras de fácil articulação a que se dava o mesmo, ou significado diferente.

Fenómeno igual se observa na linguagem infantil quando a criança, não podendo imitar a linguagem do adulto, inventa a sua forma de comunicação. Assim já ouvimos crianças pronunciar:

*Plela* = laranja; *laró* = livro; *cacá* = sapato; *bé* = avó, etc. Onde não há qualquer semelhança com o vocabulário original. Outra origem de novas palavras vinha dos poetas populares que, por necessidades de

rimas, inventavam vocábulos para «calhar no verso», que depois ficavam a ser usados.

Um factor importante na formação da linguagem foi o meio ambiente. Eram as coisas que mais impacto tinham na vida das populações, que serviam de tema para os seus ditos.

Um exemplo:

O burro era, por excelência, o companheiro do camponês pobre, servindo como meio de transporte ou puxando a charrua nos trabalhos agrícolas.

Daqui o facto de termos já na nossa colecção cerca de 40 ditos referentes a este animal tão sóbrio, útil e paciente.

Eis alguns:

«P'ra nã m'encher de cabelos, nã quero a burra»

«O mal dos nossos burricos é que ensinam a gente a alvetar»

«Burro segue o tê caminho».

Muitas outras frases do género existem a respeito do cão, do lobo, da ovelha, etc. Mas hoje ficamos por aqui.

Reconhecemos que no nosso trabalho não há rigor científico. Ele é apenas produto da nossa experiência e observação. ■

# O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO

  
Lucília Salgado\*

## I — Desenvolvimento e participação das Associações

Antes de começarmos a tratar do papel das associações no desenvolvimento cumpre esclarecer a que tipo de desenvolvimento nos referimos. Para além de nos situarmos no quadro da distinção já clássica entre *desenvolvimento e crescimento*, entendemos que desenvolver é algo que abarca a globalidade dos indivíduos e das sociedades, não se podendo privilegiar um campo sem atingir os outros — o desenvolvimento socioeconómico interliga-se com o cultural, assim como desenvolver a personalidade do indivíduo aparece de mão dada com vários aspectos de ordem social. Implica ainda concepções de bem-estar, de possibilidade de criar, de produzir, de usufruir quer se trate de pessoas, de grupos, de comunidades, de regiões, de países...

Embora outras concepções de desenvolvimento tenham tido que reconhecer este pressuposto entendemos que não é possível existir desenvolvimento sem *participação* dos interessados. A democracia só existe com participação e parece que o grande salto histórico que na presente crise vivemos encontra, a vários níveis de desenvolvimento, a sua significação na necessidade de maior e mais alargada implicação do cidadão na sua vida individual e colectiva. Progressistas que somos, é esta a nossa opção.

Uma das razões que tornou quase que pacífica esta constatação da necessidade de participação encontra-se nos «bloqueios» que as populações terão oposto aos vários tipos de projectos de desenvolvimento que, duma maneira ou de outra, implicava as suas vidas. Estes bloqueios aparecem, muitas vezes,

mesmo quando se pretende implicar as populações dando-lhes a conhecer o projecto. A atribuição destas dificuldades a razões de tipo linguístico ou mesmo cultural, não pode deixar esconder um outro tipo de questões: as relações institucionais, expressas em representações, atitudes e comportamentos estabelecidas entre os proponentes e as populações envolvidas.

A desigualdade referida atribui-se ao facto de que qualquer técnico não tem para as populações a imagem de uma pessoa apenas (que, realmente não é) mas representa uma instituição poderosa, anónima. O indivíduo ou o grupo encontra-se indefeso face a esse poder. Seria necessária, pelo menos, a possibilidade de estabelecer um diálogo instituição a instituição. Apesar das autarquias serem hoje instituições de diálogo com as populações, teremos que reconhecer que elas não nascem do seio das populações, que se movem numa lógica estabelecida exteriormente, incontrolável no sistema cultural das relações quotidianas. As únicas instituições criadas pelas necessidades de grupos e comunidades são as Associações. Os seus responsáveis são conhecidos (têm uma cara), os seus participantes sabem-se mexer nos seus espaços, sabem controlar as relações existentes. Os poderes «desviantes» que alguma inércia possa gerar são facilmente entendidos e desmontados.

Na Associação, que é sua, o sócio sente-se pessoa, valorizado. Ora, nas relações de poderes estabelecidas por instituições burocráticas ou por certas dinâmicas de desenvolvimento, as populações são reiificadas (tratadas como coisas, como números) e, com um outro discurso, inferiorizadas. Se atendermos à constatação de Levi-Strauss de que nenhuma cultura será capaz de produzir algo válido se não se sentir superior, perceberemos facilmente o insucesso de

\* Professora na Escola Superior de Educação de Setúbal.

tantos projectos quer nos domínios socioeconómicos quer mesmo educativos ou culturais.

As Associações não apenas permitem e facilitam a participação (porque esta implica uma compreensão global dos processos) como as relações estabelecidas são de superioridade (dos valores locais, dos *ser* e dos *ter*) das populações envolvidas. A possibilidade de diálogo encontra aqui um quadro referencial comum que estabelece canais de interrelação com o exterior.

Apesar de existirem hoje Associações muito diferentes nas suas características (desde os objectivos às regras de funcionamento) e nas pessoas e grupos envolvidos, não deixam de verificar a lógica acima enunciada, porque se criam para defesa de interesses comuns, entendidos pelos que neles se envolvem.

## II — Contributos das Associações para o desenvolvimento. Relembrar.

Ao contrário do que acontece em alguns países, há em Portugal uma grande tradição associativa aparecendo ligada à resolução de inúmeros e diversos problemas das populações. Relembremos, a título exemplificativo:

No *campo cultural* as Associações permitiram (e permitem) não apenas a defesa e o desenvolvimento da nossa cultura como, nesse quadro, o acesso ao conhecimento, ao saber, às expressões produzidas exteriormente. Cite-se, no primeiro caso, todo o trabalho de pesquisa e desenvolvimento da nossa música popular (e até erudita), das danças, dos falares e culturas regionais, do artesanato, das indústrias locais, etc. O que hoje é reconhecido como Património Nacional partiu das acções e pressões exercidas pelas Associações sobre os poderes públicos. Igual exemplo se passou em relação ao Património Natural: foram as Associações ecológicas e outras menos específicas mas com esta preocupação que iniciaram um processo a que os responsáveis nacionais tiveram que aderir

e responder.

No acesso às culturas exteriores e/ou às trocas culturais no interior do país, foram as Associações que, não só nos anos em que tais trocas eram dificultadas e mesmo reprimidas, organizaram Bibliotecas, Cine-Clubes, Colóquios, Exposições, espectáculos de Música, Teatro, excursões culturais, etc. Se hoje o nível cultural da população portuguesa não é tão baixo, agradecimentos públicos sejam prestados às Associações.

No *campo educativo*, temos igualmente exemplos bastante relevantes. Indiquemos três:

Foram as Associações de trabalhadores emigrantes que organizaram os primeiros cursos de Língua e Cultura portuguesa, para os seus filhos escolarizados em Escolas estrangeiras. Hoje, esses cursos foram completamente assumidos pelo Ministério da Educação e integrados no sistema de ensino.

Foram as Associações que se lançaram no processo de Alfabetização e Educação de Adultos. A sua actividade foi tão importante que a Lei 3/79 a reconhece, o Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos inspira as suas recomendações pedagógicas nas práticas associativas e o Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (órgão da Assembleia da República) reconhece às Associações um lugar importante no seu seio. No campo teórico do conhecimento educativo, as práticas de educação popular desenvolvidas no campo associativo foram em 1976 reconhecidas por uma Portaria do M. E. como actividades de Educação Permanente, exemplificadas e consagradas no livro de Alberto Melo e Ana Benavente «Educação Popular em Portugal — 1974/76». Neste sentido, fizeram emergir um outro modelo de aprendizagem que permite hoje, em Portugal, fundamentar críticas e propor alternativas em alguns aspectos do sistema formal de Ensino.

Um outro campo de intervenção das Associações no domínio Educativo refere-se à organização de actividades de

Animação Socioeducativa para a infância e juventude. Embora os poderes públicos comecem agora timidamente a reconhecer o interesse educativo de tais actividades, a sua existência nas Associações verifica-se há já muitos anos, tendo mesmo permitido uma certa reflexão pedagógica (ver Revista Intervenção) hoje de grande actualidade. Perante as dificuldades de inovação com que se debate o actual sistema de Ensino, forçados seremos a reconhecer às Associações um papel determinante na Educação e Desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens.

Apesar de muitos não verem nas colectividades senão sítios de jogar às cartas ou beber uns copos, as Associações têm sido de grande importância no desenvolvimento do *Bem-Estar* das populações. Elas foram e são ainda locais de convívio, de resistência à alienação do quotidiano das fábricas, da televisão, do isolamento em arranha-céus despersonalizados. São locais de encontro, de comunicação, de festa, de solidariedade. A saúde psíquica da população portuguesa deve muito às Associações. A título de exemplo, poder-se-ia propor aos poderes públicos, hoje tão preocupados com a inserção social dos jovens, um estudo sobre a maneira com que se dá a sua inserção natural nas Associações.

Ainda nesta área seria injusto não referir o incremento de actividades desportivas de crianças e adultos. Os grandes clubes poderão explicar onde foram sempre arranjar os seus melhores elementos, embora não possamos dizer que seja aqui que se situa o grande mérito das Associações mas sim nas efectivas actividades que promovem.

A nível *socioeconómico*, para além da solidariedade que permite, em situações de crise, que muitas pessoas continuem a existir embora em subsistência, as Associações formal (organização de colóquios, debates com responsáveis) ou informalmente (através de conversas, trocas de experiências) têm tido importante intervenção positiva. Sabemos

que muitas cooperativas (elas próprias associações) nasceram de estruturas associativas. Alguns empregos são criados igualmente a partir destas estruturas. Igualmente a resolução de problemas sociais provocados por um certo tipo de desenvolvimento tem encontrado resposta nas estruturas associativas. Referimos, a título de exemplo, problemas relacionados com a habitação, a terceira idade, a saúde e higiene colectiva, a defesa do consumidor, etc., etc.

Uma área que tem merecido pouca análise e nos parece das mais importantes refere-se à *formação de Recursos Humanos*.

Que escola formou os autarcas com mais capacidade de resolução dos problemas das populações senão a participação a vários níveis (organização, gestão, intervenção) nas lides associativas? Um estudo, mesmo não exaustivo, demonstraria que muitos dos técnicos que assumem as suas profissões de âmbito social, com responsabilidade, sem comodismos mas com luta pela capacidade de realização tiveram a sua formação em tarefas associativas. Igualmente, muitos jovens viram despontar vocações e orientações profissionais, aprenderam capacidades e desenvolveram atitudes fundamentais, enquanto profissionais e cidadãos, na participação na vida associativa.

### III -- Perspectivas de Desenvolvimento e Associativismo

Segundo alguns autores do desenvolvimento as perspectivas de produção e distribuição social estão a mudar, mudarão com a saída da presente crise económica: as grandes unidades industriais empregadoras de centenas e milhares de operários desqualificados, de grande consumo energético e alta poluição, serão substituídas por pequenas unidades industriais, de elevada produtividade, baixo consumo energético, exigindo grande autonomia e competência do seu pessoal. Igualmente se esperam novas vias de iniciativa produtiva,

esperando-se o aparecimento de actividades locais. As Iniciativas Locais de Emprego, propagadas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional parecem vir neste caminho.

No entanto, muitos bloqueios têm surgido, devido até à incapacidade de se verem os problemas globalmente, de falta de debate com as populações implicadas. Como se demonstrou, as Associações puderam evidenciar a sua eficácia de resolução e capacidade de diálogo quando chamadas à participação.

Iniciativas Locais de Empregos, Projectos de inserção social e profissional de jovens, de desenvolvimento local, de reconversão da agricultura, de desenvolvimento turístico ou ainda de melhoria do nível de saúde e higiene, de desenvolvimento cultural e educativo, de abertura das escolas aos problemas das regiões nomeadamente dos próprios alunos, veriam facilitada a sua resolução com o recurso ao Associativismo.

No entanto, muito está ainda por fazer. As Associações, ao contrário do que acontece noutros países, em vez de serem consideradas *partenaires* de grande valor público, prestam serviços ao país em situações de subsistência, entendendo-se os subsídios acordados pelos serviços públicos como um favor prestado e, nalguns serviços estatais, quase que como uma esmola. Mesmo quando a Lei reconhece um determinado tipo de actividades os poderes públicos dificilmente aceitam transformá-lo no apoio devido. A título de exemplo referimos a Lei 3/79 de Eliminação do Analfabetismo que diz expressamente: «O Estado reconhece e apoia as iniciativas existentes no domínio da alfabetização e Educação de Base de Adultos, designadamente as das associações de educação popular, de colectividades de cultura e recreio, de cooperativas de cultura, de organizações populares de base territorial, de organizações sindicais, de comissões de trabalhadores e de organizações confessionais» (Art.º 1º). Vejamos o que se passou: em primeiro lugar determinou-se que só seria

concedido apoio a quem fizesse Alfabetização (restringiu-se a Educação de Base); depois, para uma Associação ter apoio deveria ter estrutura reconhecida pelo notário (eliminou-se a possibilidade de inscrição na DGEA/DGEP que existia anteriormente); teria ainda de ter parecer da autarquia (o que cria problemas políticos e não reconhecimento em algumas zonas); as Coordenações Distritais da DGEA / M. Educação dariam ainda o seu parecer e, por último, exigiu-se ainda... o parecer do Governador Civil. Num certo ano, no Distrito de Lisboa, só instituições de cariz religioso seriam subsidiadas. Ultimamente, a perca de perspectiva associativa expressa no PNAEBA e na Lei 3/79 atinge o cume ao encarar as associações como se fossem estruturas formais de ensino, exigindo, para atribuir subsídios, um número mínimo de participantes por curso e dando prioridade a participantes com menos de 25 anos! O Estado acabou não reconhecendo, de facto, as actividades associativas neste domínio.

Ao contrário do que acontece na Europa, nomeadamente em países da Europa do Norte, as Associações são reconhecidas e consideradas *partenaires* indispensáveis. Em França, a Lei de Inserção dos Jovens na Vida Activa (16/18) foi quase deixada à realização das Associações. Na Bélgica, todos os anos vem expressa no Orçamento Geral do Estado a dotação concedida às Associações existindo regulamentação que especifica os modos de atribuição. As Associações são tidas nestes países como importantes factores e neste momento até motores de Desenvolvimento. Basta ver a facilidade de constituição de Associação que a Lei de 1901 regula em França. Neste país, antes do Projecto de Regionalização ter passado, já existiam Associações de base regional — nomeadamente de Coordenação Regional de determinadas actividades — constituídas por conjuntos de instituições ou profissionais actuando numa área.

Num momento de grande risco para Portugal, de, ao estarmos inseridos na CEE, encetarmos um certo tipo de

desenvolvimento acelerado deixando de ser o que somos, quer se perca ou ganhe a corrida, deveríamos olhar para as nossas Associações como base de sustentação. Só elas serão capazes de abordar os

problemas globalmente participando no nível económico mas sem perder de vista o cultural e educativo e, sobretudo, o bem-estar das populações implicadas. Em suma: defendendo os nossos interesses. ■

# OS LIVROS DE REGISTOS PAROQUIAIS E O DISTRITO DE SETÚBAL (II)

Sua importância para a História Económica,  
Social e Religiosa: Séculos XVI-XIX

*Alexandre M. Flores\**

A listagem dos Livros de Registos Paroquiais que a seguir se apresenta encontra-se no Arquivo Distrital de Setúbal (Artigo iniciado na revista n.º 3):

## BARREIRO

### \* Freguesia de Santa Cruz:

- Baptismos: 1618/1910 - Livros: 1/90  
*Obs.:* Os L. mistos n.ºs 1/4 (1616/1772) contêm assentos de casamentos datados de 1616 a 1772; de óbitos de 26.07.1616 a 27.06.1618, de 15.04.1634 a 18.07.1646, de 22.01.1684 a 28.12.1690, de 4.02.1693 a 19.02.1694, e de 1771 a 1772. Os L. mistos n.ºs 5/6 (1823/1838) contêm ainda assentos de óbito datados de 1824 a 1835. No L. misto n.º 2 (1657/1695), os assentos de baptismos estão compreendidos nos períodos de 11.04.1657 a 22.12.1677, e de 6.01.1685 a 15.02.1695. O L. n.º 20 contém uma curiosa notícia alusiva ao tremor de terra ocorrido às 7 h. da manhã, no dia 11.11.1858.
- Casamentos: 1706/1910 - Livros: 1/71  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1616 a 1772, nos L. de Baptismos 1/4 (mistos).
- Óbitos: 1695/1910 - Livros: 1/67  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 26.07.1616 a 27.06.1618, de 15.04.1634 a 18.07.1646, de 22.01.1684 a 28.12.1690, de



Igreja de Santa Cruz no Barreiro

4.02.1693 a 19.02.1694 e de 1771 a 1772 nos L. de Baptismos 1/4 (mistos).

### \* Freguesia de Coina:

- Baptismos: 1665/1844 - Livros: 1/5  
*Obs.:* O L. misto n.º 5 (1823/1844) contém assentos de óbitos datados de 1857 a 1860.
- Casamentos: 1679/1843 - Livros: 1/3
- Óbitos: 1731/1845 - Livros: 1/2  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1857 a 1860 no L. de Baptismos 5 (misto).

\* *Bibliotecário-arquivista.*

#### \* Freguesia do Lavradio:

- Baptismos: 1609/1910 - Livros: 1/77  
*Obs.:* Os L. mistos n.ºs 1/2 (1609/1654) contêm assentos de casamentos datados de 1606 a 1644, e de 1664 a 1706; de óbitos de 1606 a 1635, e de 1636 a 1674.  
Os L. mistos n.ºs 3/29 (1865/1883) contêm tb. assentos de casamentos e de óbitos.
- Casamentos: 1708/1910 - Livros: 1/37  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1606 a 1644 e de 1664 a 1706 nos L. de Baptismos 1/2 (mistos); e de 1865 a 1883, tb. nos L. de Baptismos 3/29 (mistos).
- Óbitos: 1708/1910 - Livros: 1/40  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1606 a 1635 e de 1636 a 1674 nos L. de Baptismos 1/2 (mistos); e de 1865 a 1883, tb. nos L. de Baptismos 3/29 (mistos).

#### \* Freguesia de Palhaes:

- Baptismos: 1683/1910 - Livros: 1/49  
*Obs.:* Os L. mistos n.ºs 1/22 contêm assentos de casamentos datados de 1854 a 1859, e de 1867 a 1881.
- Casamentos: 1704/1910 - Livros: 1/45
- Óbitos: 1703/1910 - Livros: 1/44

#### \* Freguesia de Telha:

- Baptismos: 1753/1831 - Livro: 1
- Casamentos: 1761/1829 - Livro: 2 (misto).
- Óbitos: 1761/1826 - Livro: 2 (misto).

### GRÂNDOLA

#### \* Freguesia da Azinheira de Barros:

- Baptismos: 1624/1887 - Livros: 1/37  
*Obs.:* Os L. mistos n.ºs 1/3 (1624/1712) contêm tb. assentos de casamentos datados de 1625 a 1719, e de óbitos de 1633 a 1716.  
A partir do ano de 1868 aparece tb. o registo de Baptismos da Freguesia de S. Mamede, nos livros da Azinheira de Barros.



Igreja Matriz de Grândola

- Casamentos: 1720/1881 - Livros: 1/27  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1625 a 1719 nos L. de Baptismos 1/3 (mistos).
- Óbitos: 1716/1881 - Livros: 1/28  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1633 a 1716 nos L. de Baptismos 1/3 (mistos).

#### \* Freguesia de N.ª Sr.ª da Assunção:

- Baptismos: 1573/1881 - Livros: 1/45  
*Obs.:* Os L. mistos n.ºs 1/8 contêm assentos de casamentos datados de 1573 a 1792. Os L. n.ºs 2, 4, 5 e 6 contêm assentos de óbito de 1602 a 1718.  
O L. n.º 10 (1618/1697) contém curiosas referências sobre um relato de Milagres (fls. 27), à praga de pulgão nas vinhas e invasões francesas.
- Casamentos: 1703/1881 - Livros: 1/29  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1573 a 1792 nos L. de Baptismos 1/8 (mistos).
- Óbitos: 1626/1881 - Livros: 1/34  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1602 a 1718 nos L. de Baptismos n.ºs 2, 4, 5 e 6 (mistos).

Os primeiros 2 livros (1626/1639) do priorado da Igreja Matriz de Grândola, registam os encargos de missas, capela e devoção, incluindo o nome, data e local e os encargos dos defuntos.

\* **Freguesia de Melides:**

- Baptismos: 1782/1881 - Livros: 1/27
- Casamentos: 1771/1881 - Livros: 1/24
- Óbitos: 1809/1881 - Livros: 1/24

\* **Freguesia de Santa Margarida da Serra:**

- Baptismos: 1662/1881 - Livros: 1/27
- Casamentos: 1657/1881 - Livros: 1/27
- Óbitos: 1661/1881 - Livros: 1/28

\* **Freguesia de S. Mamede do Sadão:**

- Baptismos: 1662/1881 - Livros: 1/14  
*Obs.:* Os L. mistos n.ºs 1/3 contêm assentos de casamentos datados de 1662 a 1823; e de óbitos de 1664 a 1843.
- Casamentos: 1844/1881 - Livros: 1/5  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1662 a 1823 nos L. de Baptismos 1/3 (mistos).
- Óbitos: 1717/1881 - Livros: 1/11  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1664 a 1843 nos L. de Baptismos 1/3 (mistos).



Igreja da Moita

## MOITA

\* **Freguesia de N.ª Sr.ª da Boaviagem:**

- Baptismos: 1692/1884 - Livros: 1/85
- Casamentos: 1703/1884 - Livros: 1/70
- Óbitos: 1717/1910 - Livros: 1/73  
*Obs.:* O ano de 1833 contém assentos dos novos e antigos irmãos da Irmandade das Almas.

\* **Freguesia de Alhos Vedros:**

- Baptismos: 1599/1910 - Livros: 1/79  
*Obs.:* Os L. mistos n.ºs 1/3 contêm assentos de casamentos datados de 1599 a 1712, e de óbitos de 1599 a 1627. Os L. mistos n.ºs 17/27 contêm assentos de casamentos e de óbitos de 1865 a 1871.
- Casamentos: 1712/1910 - Livros: 1/62  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1599 a 1712 nos L. de Baptismos 1/3 (mistos), e de 1865 a 1871 nos L. de Bapt. 17/27 (mistos).
- Óbitos: 1627/1910 - Livros: 1/64  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1599 a 1627 no L. de Baptismos 1 (misto); e de 1865 a 1871 nos L. de Bapt. 17/27 (mistos).

## MONTIJO

\* **Freguesia de Aldeia Galega do Ribatejo:**

- Baptismos: 1572/1910 - Livros: 1/103  
*Obs.:* Os L. mistos n.ºs 1/5 (1572/1688) contêm assentos de casamentos datados de 1569 a 1688; e de óbitos de 1569 a 1687. Os L. n.ºs 83/92 contêm índices e os n.ºs 93/103 as tutelas.
- Casamentos: 1688/1910 - Livros: 1/84  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1569 a 1687 nos L. de Baptismos 1/5 (mistos). Os L. n.ºs 72/75 contêm índices.
- Óbitos: 1688/1910 - Livros: 1/79  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1569 a 1687 nos L. de Baptismos 1/5 (mistos). Os L. n.ºs 68/71 contêm índices.



Igreja Matriz do Espírito Santo. Em 1.º plano Coreto da Praça da República (Montijo)

**\* Freguesia da Canha:**

- Baptismos: 1765/1910 - Livros: 1/60
- Casamentos: 1797/1910 - Livros: 1/54
- Óbitos: 1838/1910 - Livros: 1/56

**\* Freguesia de Sarilhos Grandes:**

- Baptismos: 1771/1910 - Livros: 1/65  
*Obs.:* O L. misto n.º 1 (1771/1845) contém assentos de casamentos datados de 1771 a 1846.
- Casamentos: 1847/1910 - Livros: 1/60  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1771 a 1846 no L. de Baptismos n.º 1 (misto).
- Óbitos: 1769/1910 - Livros: 1/60

**PALMELA**

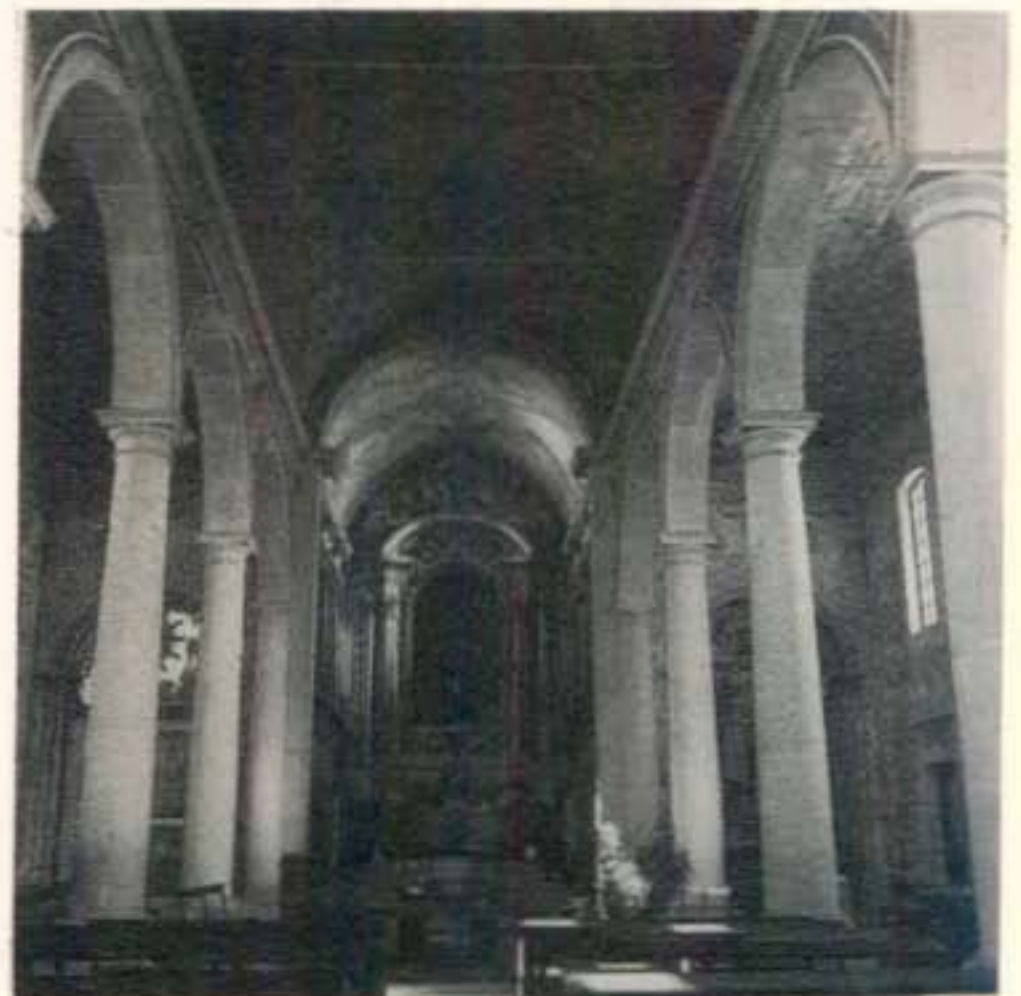
**\* Freguesia de St.ª Maria:**

- Baptismos: 1643/1859 - Livros: 1/11  
*Obs.:* O L. misto n.º 1 contém assentos de casamentos e de óbitos datados de 1650 a 1667.

- Casamentos: 1668/1855 - Livros: 1/6  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1650 a 1667 no L. de Baptismos n.º 1 (misto).
- Óbitos: 1668/1856 - Livros: 1/6  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1650/1667 no L. de Baptismos n.º 1 (misto).

**\* Freguesia de São Pedro:**

- Baptismos: 1608/1910 - Livros: 1/81  
*Obs.:* Os L. mistos n.ºs 1 e 2 (1608/1668) contêm assentos de casamentos datados de 1607 a 1630 e de 1655 a 1675; de óbitos de 1607 a 1630, e de 1655 a 1667.
- Casamentos: 1631/1910 - Livros: 1/71  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1607 a 1630 e de 1655 a 1675 nos L. de Baptismos n.ºs 1/2 (mistos).
- Óbitos: 1632/1910 - Livros: 1/69  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1607 a 1630 e de 1655 a 1667 nos L. de Baptismos n.ºs 1/2 (mistos).



PALMELA – Interior da Igreja Matriz de S. Pedro

**\* Freguesia de Marateca:**

- Baptismos: 1682/1910 - Livros: 1/49  
*Obs.:* O L. misto n.º 1 (1682/1714) contém assentos de casamentos datados de 1683 a 1707.
- Casamentos: 1711/1909 - Livros: 1/41  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1683 a 1707 no L. de Baptismos n.º 1 (misto). Nos anos de 1881 e 1884 não houve casamentos como é atestado pelo pároco, nos livros não iniciados.
- Óbitos: 1711/1909 - Livros: 1/44

**SANTIAGO DO CACÉM**

**\* Freguesia de S. Tiago:**

- Baptismos: 1800/1881 - Livros: 1/20
- Casamentos: 1756/1881 - Livros: 1/18
- Óbitos: 1854/1881 - Livros: 1/14

**\* Freguesia de Abela:**

- Baptismos: 1819/1881 - Livros: 1/24
- Casamentos: 1863/1881 - Livros: 1/19
- Óbitos: 1813/1881 - Livros: 1/23

**\* Freguesia de Alvalade:**

- Baptismos: 1822/1881 - Livros: 1/24
- Casamentos: 1794/1881 - Livros: 1/23
- Óbitos: 1794/1881 - Livros: 1/24

**\* Freguesia de Cercal:**

- Baptismos: 1805/1881 - Livros: 1/27
- Casamentos: 1733/1881 - Livros: 1/25
- Óbitos: 1760/1881 - Livros: 1/25  
*Obs.:* No L. n.º 1 (1760/1771), a fls. 47 começaram a lavrar os termos das Eleições da Confraria das Almas.

**\* Freguesia de N.ª Sr.ª do Roxo:**

- Baptismos: 1798/1844 - Livro: 1

- Casamentos: 1764/1840 - Livro: 1  
*Obs.:* No final do livro tem um assento datado de 1843.

- Óbitos: 1814/1844 - Livro: 1

**\* Freguesia da Santa Cruz:**

- Baptismos: 1755/1881 - Livros: 1/8  
*Obs.:* O L. misto n.º 1 tem assentos de casamentos datados de 1756 a 1822, e de óbitos de 1755 a 1813.

- Casamentos: 1823/1881 - Livros: 1/8  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1756 a 1822 no L. de Baptismos n.º 1 (misto).

- Óbitos: 1813/1881 - Livros: 1/8  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1755 a 1813 no L. de Baptismos n.º 1 (misto).



Igreja Matriz de Santiago do Cacém

## SEIXAL

### \* Freguesia de Santo André:

- Baptismos: 1748/1881 - Livros: 1/27
- Casamentos: 1775/1881 - Livros: 1/23
- Óbitos: 1775/1881 - Livros: 1/24

### \* Freguesia de S. Bartolomeu:

- Baptismos: 1775/1881 - Livros: 1/23
- Casamentos: 1771/1881 - Livros: 1/22
- Óbitos: 1775/1881 - Livros: 1/23

### \* Freguesia de S. Domingos:

- Baptismos: 1817/1881 - Livros: 1/26  
*Obs.:* O L. misto n.º 1 tem assentos de casamentos e de óbitos datados de 1861 a 1862.
- Casamentos: 1803/1881 - Livros: 1/24  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1861 a 1862 no L. de Baptismos n.º 1 (misto).
- Óbitos: 1803/1881 - Livros: 1/25  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1861 a 1862 no L. de Baptismos n.º 1 (misto).

### \* Freguesia de S. Francisco da Serra:

- Baptismos: 1773/1881 - Livros: 1/25
- Casamentos: 1773/1881 - Livros: 1/23
- Óbitos: 1772/1881 - Livros: 1/24



Igreja Matriz do Seixal

### \* Freguesia de N.ª Sr.ª da Conceição:

- Baptismos: 1734/1910 - Livros: 1/70
- Casamentos: 1734/1910 - Livros: 1/66
- Óbitos: 1734/1910 - Livros: 1/65

### \* Freguesia da Amora:

- Baptismos: 1609/1910 - Livros: 1/70  
*Obs.:* Os L. n.ºs 1 e 2 contêm assentos de casamentos e de óbitos datados de 1608 a 1694.
- Casamentos: 1694/1910 - Livros: 1/63  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1608 a 1693 no L. de Baptismos n.º 1 (misto).
- Óbitos: 1694/1910 - Livros: 1/63  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1608 a 1694 no L. de Baptismos n.º 1 (misto). Falta o livro do ano de 1867.

### \* Freguesia da Arrentela:

- Baptismos: 1581/1910 - Livros: 1/75  
*Obs.:* Os L. mistos n.ºs 1/4 contêm assentos de casamentos datados de 1581 a 1701 e de óbitos de 1581 a 1692.
- Casamentos: 1701/1910 - Livros: 1/57  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1581 a 1701 nos L. de Baptismos n.ºs 1/4 (mistos). O L. n.º 5 (1787/1814) é de Esponsais ou Termos de Consentimentos.
- Óbitos: 1692/1910 - Livros: 1/62  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1581 a 1692 nos L. de Baptismos n.ºs 1/4 (mistos).

### \* Freguesia de Corroios:

- Baptismos: 1582/1836 - Livros: 1/2
- Casamentos: 1717/1839 - Livro: 1
- Óbitos: 1663/1838 - Livros: 1/2

**\* Freguesia de Paio Pires:**

- Baptismos: 1802/1910 - Livros: 1/57
- Casamentos: 1803/1910 - Livros: 1/52
- Óbitos: 1803/1910 - Livros: 1/55

**SESIMBRA**

**\* Freguesia de N.ª Sr.ª da Consolação:**

- Baptismos: 1606/1910 - Livros: 1/64
- Casamentos: 1624/1910 - Livros: 1/52
- Óbitos: 1678/1910 - Livros: 1/51



SESIMBRA – Igreja Paroquial de S. Santiago

**\* Freguesia de S. Tiago:**

- Baptismos: 1613/1910 - Livros: 1/58  
*Obs.:* O L. misto n.º 1 não tem assentos de baptismos, mas de casamentos de 1571 a 1632, e de óbitos de 1612 a 1619.

O L. misto n.º 2 contém assentos de baptismos de 1613 a 1619 e de 1639 a 1687; e de óbitos de 1619 a 1651.

O L. n.º 3 contém assentos de baptismos de 1575 a 1638. O L. n.º 58 (1892) é de Legitimações.

- Casamentos: 1633/1910 - Livros: 1/50  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1571 a 1632 no L. de Baptismos n.º 1 (misto).

- Óbitos: 1579/1910 - Livros: 1/47  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1612 a 1619 no L. de Baptismos n.º 1 (misto), de 1619 a 1651 no L. de Baptismos n.º 2.

**\* Hospital:**

- Óbitos: 1898/1909 - Livros: 1/12

**SETÚBAL**

**\* Freguesia de N.ª Sr.ª da Anunciada:**

- Baptismos: 1581/1910 - Livros: 1/75  
*Obs.:* Não existem livros dat. de 1861 a 1869. O L. n.º 75 (1879) é de Perfilhações.

- Casamentos: 1590/1910 - Livros: 1/61

- Óbitos: 1695/1910 - Livros: 1/55

**\* Freguesia de St.ª M.ª da Graça:**

- Baptismos: 1571/1910 - Livros: 1/70  
*Obs.:* O L. n.º 21 (1861) possui Legitimações dat. de 1870.

- Casamentos: 1572/1910 - Livros: 1/59

- Óbitos: 1674/1910 - Livros: 1/55

**\* Freguesia de S. Julião:**

- Baptismos: 1564/1909 - Livros: 1/58

- Casamentos: 1566/1909 - Livros: 1/44  
*Obs.:* O L. misto n.º 1 (1566/1607) tem assentos de óbito datados de 1568 a 1584.

- Óbitos: 1671/1909 - Livros: 1/43  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1568 a 1584 no L. de Casamentos n.º 1 (misto).

**\* Freguesia de S. Sebastião:**

- Baptismos: 1595/1910 - Livros: 1/67  
*Obs.:* O L. n.º 8 (1759/1767) contém o assento de baptismo do poeta Bocage (a fls. 176v.), dat. de 29.IX.1765.
- Casamentos: 1635/1910 - Livros: 1/56
- Óbitos: 1667/1910 - Livros: 1/55

**AZEITÃO (1)**

**\* Freguesia da Vila Fresca:  
(S. Simão)**

- Baptismos: 1691/1910 - Livros: 1/47

- Casamentos: 1678/1910 - Livros: 1/43
- Óbitos: 1678/1910 - Livros: 1/45

**\* Freguesia da Vila Nogueira:  
(S. Lourenço)**

- Baptismos: 1589/1910 - Livros: 1/61  
*Obs.:* Os L. mistos n.ºs 1/5 contêm assentos de casamentos dat. de 1589 a 1709, e de óbitos de 1587 a 1709.
- Casamentos: 1709/1910 - Livros: 1/54  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1589 a 1709 nos L. de Baptismos n.ºs 1/5 (mistos).
- Óbitos: 1709/1910 - Livros: 1/52  
*Obs.:* V. tb. os assentos datados de 1587 a 1709 nos L. de Baptismos n.ºs 1/5 (mistos).



Vista panorâmica da Praça de Bocage, em Setúbal. Em 1.º plano, à direita, a Igreja de S. Julião. Anos 60



SINES – Igreja Matriz

## SINES

### \* Freguesia de S. Salvador:

- Baptismos: 1802/1881 - Livros: 1/26
- Casamentos: 1811/1881 - Livros: 1/23
- Óbitos: 1801/1881 - Livros: 1/25

---

(1) Actualmente, pertence ao conc. de Setúbal.

---

**Nota:** Esta listagem dos Livros Paroquiais com as respectivas datas existentes no Arquivo Distrital de Setúbal não exclui melhoramentos.

## Bibliografia consultada:

### Fontes manuscritas:

Arquivo Dist. de Setúbal: Livros Paroquiais.

### Fontes impressas:

- ALCOCHETE, Nuno Daupias de — *Registo Paroquial*, in «Dic. Hist. Portugal», sob a dir. de Joel Serrão, vol. V. Porto: Liv.ª Figueirinhas, 1979.
- ALCOCHETE, Nuno Daupias de — *Considerações acerca do valor dos Assentos Paroquiais anteriores à lei do Registo Civil de 1911*, in «Lumen», vol. XXIX, 1964.
- ALMEIDA, Fortunato de — *História da Igreja em Portugal*, vol. III. Barcelos, 1970.
- AMORIM, Norberta — *Método de Exploração dos Livros de Registos Paroquiais...* Lisboa: Pub. do Centro de Estudos Demográficos, 1980.
- CABRAL, António Machado de Faria Pina — *Da Instituição dos Registos Paroquiais em Portugal*, Sep. de «Arqueologia e História», vol. X. Lisboa, 1932.
- COSTA, P<sup>o</sup> Avelino de Jesus — *O Registo Paroquial e o seu tratamento arquivístico*. Coimbra, 1974.
- FLEURY, Michel; HENRY, Louis — *Des Registres Paroissiaux à l'Histoire de la Population. Manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*. Paris, 1976.
- GARRETT, António de Almeida — *Tendências Demográficas da População Metropolitana*, in «Congresso do Mundo Português», T. I, vol. XVII.
- GUILLARD, Achille — *Eléments de Statistique Humaine ou Démographie Comparée*. Paris, 1855.
- GUILLAUME, P.; POUSSOU, J.-P. — *Démographie Historique*. Paris, 1970.
- HENRY, Louis — *Manuel de Démographie Historique*, 2.<sup>a</sup> ed. Paris: Liv.ª Droz, 1970.
- NOUSCHI, A. — *Initiation aux Sciences Historiques*. Paris: F. Nathan Editeur, 1967.
- PORTO, João — *Movimento Demográfico e Problema Económico*. Lisboa, 1962.
- SANTOS, Geralda Maria M. Ferreira dos — *A Freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1700-1729: ensaio de demografia histórica*. Lisboa: Pub. do Centro de Estudos Demográficos, 1979.

# A ACTIVIDADE BIBLIOTECÁRIA E ARQUIVÍSTICA E A SUA RELEVÂNCIA NO CONTEXTO SOCIOCULTURAL DO DISTRITO DE SETÚBAL\*

*Luís Marques\*\**

Desde a sua criação — em Outubro de 1982 — que uma das preocupações fundamentais da Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS) tem sido a inventariação do património, não apenas na perspectiva da defesa do legado histórico-cultural ou salvaguarda da identidade cultural, mas igualmente como meio para facilitar o acesso e fruição das populações aos bens e objectos que testemunham as suas raízes culturais e para ajudar a programar o próprio desenvolvimento.

Dada a dispersão e exiguidade dos materiais então disponíveis, tornou-se, desde logo, imperioso, preparar e iniciar um Levantamento Cultural capaz de mostrar em profundidade como é que as comunidades de diferentes épocas aqui viveram e como evoluiu o seu povoamento.

Tarefa de grande vulto, se repararmos que pretende obter gradual e paulatinamente elementos representativos sobre a arqueologia e a história; tradições orais e artesanais; alfaías agrícolas e piscatórias; medicina popular e cautelas supersticiosas; trajes, danças, música e instrumentos musicais populares; património cultural edificado e artístico; festas tradicionais, etc..

Para corresponder a tal intento, colocou-se como tarefa básica prioritária, uma inventariação sistemática da bibliografia sobre o distrito, i.e., a obtenção da bibliografia periódica e não periódica editada pelas entidades (públicas ou privadas) distritais, municipais e locais,

bem como, a bibliografia crítica possível de levantar, existente em bibliotecas de outras zonas, em especial, na B.N.L.

Este labor principiou com o lançamento de uma pesquisa bibliográfica geral, como ponto de partida para tarefas posteriores, contando durante os meses de Julho, Agosto e Setembro de 1982 com a preciosa ajuda de meia centena de «jovens dos tempos livres», organizados em grupos de trabalho, com o apoio local dos bibliotecários municipais e de acordo com um programa previamente elaborado pela AMDS.

A pesquisa bibliográfica começou por incidir sobre livros, relatórios, estudos, artigos de jornais e revistas, etc., procurando-se recolher «tudo» o que se escreveu sobre o distrito.

A cada membro do grupo de trabalho foi, na ocasião distribuída uma lista dos concelhos e freguesias e temas específicos a pesquisar. Foram-lhes igualmente ministrados algumas noções gerais, nomeadamente, quanto ao facto de existir na biblioteca a visitar o «ficheiros por assuntos» (ideográfico) e o «ficheiro por títulos» (didascálico), ambos de fácil consulta, e as publicações de bibliografia sobre os mais diferentes temas e regiões, enciclopédias, dicionários, guias, manuais, etc..

Seria sobre as obras indicadas nesses ficheiros que os jovens pesquisadores após procederem à sua leitura fariam o respectivo registo, utilizando o sistema de fichas bibliográficas. A pesquisa bibliográfica geral, à medida que se veio a concretizar, beneficiando da colaboração e entusiasmo, obteve em contrapartida, algum cepticismo. Mas essa experiência um pouco hesitante nos seus primeiros momentos, veio a fundir-se num processo imparável de aprofundamento e organização que, sem ser inesperado, ultrapassou as melhores expectativas.

\* Comunicação apresentada no «Encontro sobre a Função Social das Bibliotecas de Leitura Pública», realizado no auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro, nos dias 9 e 10 de Dezembro de 1986.

\*\* Técnico Superior, responsável pelos assuntos culturais da AMDS.

E aqui cabe distinguir a Câmara Municipal de Alcácer do Sal e a intervenção esforçada e competente de Rita Caldas (sua bibliotecária) que se prestaram a colaborar neste âmbito, não só nos quatro concelhos do Alentejo como noutras regiões do distrito.

O método de recolha, cedo começou a tornar-se o fulcro aglutinador e em 1983 os bibliotecários e responsáveis das bibliotecas municipais baseados na experiência realizada puderam, assim, encetar uma discussão mais técnica e consequente.

Ao texto de apoio metodológico «Pesquisa Bibliográfica Geral», da nossa responsabilidade, veio juntar-se a «Proposta para uma Metodologia de Trabalho» (só de fontes impressas), da autoria de Alexandre Flores, bibliotecário da Câmara Municipal de Almada e o «Guia de Apoio Metodológico dos JTL» de Arnaldo Pereira, assistente no Departamento de História na Faculdade de Letras, como contributo adequado para fazer avançar a inventariação.

A clarificação das etapas imediatas de actuação, originou uma definição mais completa dos objectivos e noções fundamentais de heurística bibliográfica e critérios de classificação, e permitiu fazer, entre outras coisas, uma separação nítida entre a bibliografia manuscrita e a bibliografia impressa, tendo-se optado por esta última agrupando a periódica e a não periódica.

Para além disso, um melhor conhecimento dos fundos e catálogos existentes no Arquivo Distrital de Setúbal, devido às informações prestadas por Dinis Cosme, na altura, seu director, foi também altamente benéfico, sobretudo quanto à documentação inventariada englobando os fundos notarial, paroquial, misericórdias, autarquias, judicial, diversos e pergaminhos.

Presentemente, encerrada a pesquisa bibliográfica geral, concluídos os ficheiros, definidos os critérios gráficos e técnicos conformes com a regra portuguesa de catalogação aprovada em 1984, informatização de toda a

informação bibliográfica recolhida — que permitirá o acesso aos dados e sua actualização permanente — concretizar-se-á, a curto prazo, um excepcional serviço prestado à população do Distrito e ao país, através da edição da *Bibliografia Geral do Distrito de Setúbal - Contribuição*.

A ainda escassa, mas positiva experiência acumulada nos últimos anos — de que não são alheias as reuniões periódicas de todos os bibliotecários e responsáveis das bibliotecas municipais — tem permitido encarar-se mais favoravelmente a biblioteca municipal como um equipamento cultural da maior importância, capaz de prestar um imprescindível serviço à comunidade.

A sua ligação com o meio em que se insere, tem ajudado a descobrir e a incentivar o gosto pela leitura, bem como, a dessacralizar a imagem corrente da biblioteca como um espaço solene e sorumbático, sem qualquer significado local, distante por isso, dos verdadeiros interesses socioculturais da população.

Visando reforçar de modo mais directo a função social das bibliotecas de leitura pública, têm ocorrido a promoção e coordenação de iniciativas diversificadas. Exemplo marcante foi a realização do 1.º *Seminário sobre a Animação de Bibliotecas Públicas* efectuado em Setúbal, em Novembro de 1984, cujas conclusões referiam, entre outras, a necessidade de definição de uma política nacional de leitura pública, bem como a dinamização do funcionamento das bibliotecas existentes.

Também merecedor de destaque foi a publicação pela AMDS, em 1985, do *Roteiro das Bibliotecas e Arquivos Históricos Municipais*, ilustrado com aspectos gerais das instalações e de espécimes valiosos e raros que — de uma forma sucinta — mostra ao público em geral — e aos estudiosos e especialistas — o património bibliotecário-arquivístico da região através da história, estrutura e orgânica das bibliotecas e arquivos, o seu plano de instalações e a tipologia genérica dos seus fundos; o perfil dos seus utilizadores, bibliografia activa e passiva

disponível e actividades de extensão cultural desenvolvidas.

Ao organizar uma *Exposição sobre a Imprensa Operária do Distrito* — ao que se sabe, a primeira que teve lugar em Portugal — acompanhada de uma publicação compreendendo uma listagem da imprensa operária e uma cronologia da história do movimento operário do distrito, a AMDS pretendeu homenagear a luta do operariado fabril e rural e a sua significativa contribuição para a cultura popular de toda esta região.

Recentemente revalorizada, constituindo-se em regime itinerante, esta exposição procura chamar a atenção e dignificar um sector da imprensa periódica com vasta e indesmentível influência nos nossos domínios social e cultural.

Em 1984, os municípios do distrito começaram a promover o recenseamento das *Bibliotecas e Arquivos Públicos e Privados Locais* por intermédio de um inquérito englobando escolas, colectividades de cultura e recreio, empresas, sindicatos, organismos oficiais, associações culturais, etc., que permitiu recolher dados preciosos para a sua caracterização aproximada. Tal propósito — representando um incentivo para a investigação científica, a defesa do património documental e bibliotecário, a dinamização das bibliotecas e arquivos (designadamente pela divulgação dos seus fundos, condições de acesso e utilização) culminará, em breve, numa apropriada publicação.

Por outro lado, a importância da organização e dinamização dos *Arquivos Históricos Locais* é insofismável, sejam municipais, de misericórdias ou de outras instituições, pois essa memória escrita das populações, se estiver disponível, facilita a inserção nos problemas específicos do seu meio a estudantes, professores e habitantes em geral.

Este foi um dos domínios em que a AMDS e as Câmaras Municipais se dispuseram ultimamente a actuar, apesar da especificidade do assunto e das naturais demoras indispensáveis à preservação e disponibilização pública de tal acervo. De momento, tem lugar a

elaboração do diagnóstico da situação com o objectivo de avaliar as ideias ou as intenções relativas a cada arquivo municipal e à sua utilização; características e seu estado de conservação; formas de acondicionamento do material arquivístico e necessidades quanto a recursos humanos com formação apropriada, vindo a surgir posteriormente as indispensáveis e ajustadas soluções destinadas à sua implementação.

Por último, seja-nos permitido mencionar o *Dia das Bibliotecas de Leitura Pública*, criado pelos municípios do distrito em 1985.

Comemoração única no País, tem a assinalá-lo este ano com maior relevância o presente Encontro sobre a Função Social das Bibliotecas de Leitura Pública.

Mas mais do que realçar o ineditismo ou pioneirismo destas iniciativas, importa frisar o espírito autárquico aqui prevaiente que aponta para o prosseguimento da reflexão e da acção de valorização da actividade bibliotecária e arquivística, na medida em que persiste em detectar faltas, elaborar projectos, acompanhar os progressos que nestes domínios se registem e em sensibilizar sectores e organismos estatais para a responsabilidade que lhes cabe na salvaguarda ou apoio das bibliotecas e arquivos históricos como riqueza social dinâmica, inestimável e insubstituível. Neste esforço de procura e de interpretação do passado regional, a actividade bibliotecária e arquivística assume indiscutível relevância; principalmente se se pretende descobrir as transformações, os sinais e momentos de viragem que constituíram as etapas da evolução humana e as suas repercussões no distrito. Por seu intermédio, muito beneficiará a investigação e defesa da cultura material e das artes e entre estas as tradições artesanais. Pela sua acção, o conhecimento da história e da cultura locais será fomentado e ajudar-se-à a evitar a destruição dos mais autênticos valores patrimoniais e a manter viva a diversidade cultural destas várias sub-regiões. ■

# Animação cultural



## O CENTRO CULTURAL EMMERICO NUNES SINES\*

Tem-se assistido ao longo dos últimos anos a uma prática política dos diversos poderes, que tem privilegiado sobretudo, com alguma legitimidade é certo, aspectos ditos basilares das populações. Tal atitude tem sobreposto as questões sócioeconómicas às questões de natureza cultural.

Assim, verifica-se um empenhamento constante para fornecer alimentos, saneamento básico, o melhoramento de estradas, etc.

O homem, contudo tem mais necessidades; são conhecidas desde os tempos mais remotos manifestações de natureza bem diferente das preocupações pura e simples da satisfação alimentar. Assiste-se neste momento, a nível internacional a uma viragem significativa

em termos de enquadramento político, de toda esta problemática, em países como a França, Grécia, Espanha, etc.

Infelizmente para nós portugueses, ainda não vislumbramos a nível do poder central esta tomada de atitude; a comprová-lo estão as verbas que se atribuem para a cultura e a sua percentagem relativamente a outras rubricas.

É óbvio que investir numa fábrica, na agricultura, na indústria, e de um ponto de vista primário é bem mais rentável que apoiar a produção e difusão do livro, do cinema, dos museus, das bibliotecas, etc. Da situação caracterizada se vêm dando contas as Autarquias e face ao desinteresse do poder central por estas questões, tomam aos poucos em mãos a



Fachada do Centro Cultural Emmerico Nunes

\* A Comissão Instaladora do Centro Cultural Emmerico Nunes.

responsabilidade da criação de apoios às associações, grupos diversos, à defesa do património, ao estudo da história local, etc., etc.

Vem a propósito citar o exemplo da Câmara de Sines que perante a situação descrita e numa tentativa de ultrapassar a inércia verificada criou uma casa de cultura a que se chamou Centro Cultural Emmerico Nunes tendo entregado a sua gestão a uma comissão autónoma que se encarregou já de elaborar um documento que servirá de suporte à sua acção futura. Do citado documento citaremos as áreas que abrange e sobre as quais pretendem actuar:

### 1 — Dinamização sócio-cultural

- Proceder junto e com o movimento associativo concelhio ao levantamento exaustivo das actividades das colectividades e de propostas.
- Preparação e apoio de propostas a concretizar conjuntamente.
- Procurar apoios em organismos oficiais e privados para viabilizar as acções.

### 2 — Património e Ambiente

- Defesa do património e ambiente
- Levantamento cultural
- Ambiente e ecologia

### 3 — Animação artística

- Literatura
- Artes Plásticas
- Audio Visuais
- Música
- Teatro

Para a realização deste projecto ambicioso, mas que nos surge como o resultado de uma reflexão sobre as carências e realidades locais, contamos obter a colaboração de todos quantos estão empenhados na transformação da sociedade actual e preparar o futuro. Nomeadamente as escolas, associações diversas, grupos autónomos, indivíduos, jovens e menos jovens.

# Artes e Letras



## 9.<sup>a</sup> ARTE... ENFIM!

Luiz Beira\*



VEDES ESTAS ARMAS? POIS DIZEI AO XA' DA PERSIA QUE É NESTA MOEDA QUE O REI DE PORTUGAL COSTUMA PAGAR AOS QUE OUSAM PEDIR TRIBUTO AOS SEUS VASSALOS!

«AFONSO DE ALBUQUERQUE», SEGUNDO O  
TRAÇO DO NOSSO GRANDE MESTRE E  
ESTILISTA FERNANDO BENTO

O tema é complexo (para além de altamente sedutor) e que vamos a ver se, resumidamente e numa linguagem popular, consigo esticar este «terrível» novelo... Acontece apenas que «Banda Desenhada» será termo errado ou incorrecto e que «9.<sup>a</sup> Arte» será (é) classificação errada. Mas o pior será ainda a função da mediocridade de um certo sector social e cultural (incluindo o de Portugal), que menospreza esta linguagem-Arte ou a relega, por criminosa apatia ou inconsciência, a pueris «histórias aos quadrinhos».

Simples e rápido: a Banda Desenhada já não é taxativamente desenhada, gráfica e artisticamente, em formato «banda» ou «tira». Muito menos «aos quadrinhos»! Faça-se honra aos brasileiros, que ainda dizem: «aos quadrinhos». Muito mais certo! Cada «boneco» é um quadro pequeno (logo, quadrinho) e não um quadrado pequeno (quadrado); que nunca a «bêdê» foi feita geometricamente aos quadrinhos à laia de esquema de tabuleiro de xadrez!

E essa coisa de 9.<sup>a</sup> Arte, porquê?!...

Se eu lembrar aqui que, há alguns poucos anos atrás, escrevi uns quatro longos artigos deste tema para o diário de Lourenço Marques (hoje Maputo) «A Tribuna» e que perante isso (por exemplo), a grande e esquecida poetisa Edith Arvellos me disse:

— Luiz, parabéns! Não sabia nada dessa bonecada e quase a desprezava. Li os teus artigos. Eram resumidos, mas abriram-me os olhos. Descobri uma Arte, talvez com tanta força como o pensar da alma humana milenária que a Poesia sempre transmite...

Feliz fiquei, mas mais felizes deviam e devem ficar, os incompreendidos banda-desenhistas. Sobretudo os de Portugal! Mas, 9.<sup>a</sup> Arte, desde quando?... Hoje, toda a Arte avança e se modifica. Já ninguém cria Poesia como Camões ou Dante, já ninguém pinta como Ticiano ou Da Vinci, já ninguém compõe como Chopin ou Tchaikovsky... E a perene e distinta força humana, ante radiações atómicas e impostos fiscais, reside nos

eternos padrões (mesmo evolutivos) dos pintores, dos poetas, dos compositores, dos actores, dos escultores, dos bailarinos, dos banda-desenhistas, etc. E o resto, como diria a shakespeariana personagem «Hamlet», é o Silêncio (ou o Nada).

A suposta Pré-História (pinturas rupestres, por exemplo), a Antiguidade (hieróglifos e «Livro dos Mortos» de Egipto, por exemplo), a era Clássica (Coluna de Trajano em Roma, por exemplo), a época Medieval (a famosa tapeçaria de Bayeux, por exemplo), a Renascença (os vitrais das igrejas, por exemplo) e os novos tempos, sempre aplicaram o processo artístico e de arquivo: a força de Arte da... Banda Desenhada. Hoje, ela já não é a Arte apenas, pois «malgré les artistes», tornou-se (em altas percentagens paralelamente aplicadas) num famigerado e especulado comércio-indústria. E este aspecto magoa muito. Oh, se magoa!...

Chegado aqui, entraria numa extensão de conjecturas que dariam volume aquilatado ao dos dicionários. Não há espaço para



UMA MELANCOLIA SUAVE SE ERGUA LENTAMENTE NO SEU CORAÇÃO, DEBAIXO DAQUELE CÉU PURO, NAQUELA ATMOSFERA BALSÂMICA. A IMAGEM SERENA E LUMINOSA DE HERMENGARDA BURGUEU A SEUS OLHOS, SEMELHANTE À APARIÇÃO DO ANJO DA ESPERANÇA NAS TREVAS DO CONDENADO.

O CLÁSSICO LITERÁRIO «EURICO, O PRESBÍTERO» DE ALEXANDRE HERCULANO FOI PRIMOROSAMENTE ADAPTADO A BD PELO GRANDE ARTISTA JOSÉ GARCÊS

tal... Que se marque pois a mais que justa posição de que a 9.<sup>a</sup> Arte existe e que é fundamental apreciá-la ou, pelo menos, deitar-lhe um olhar cultural mais atento.

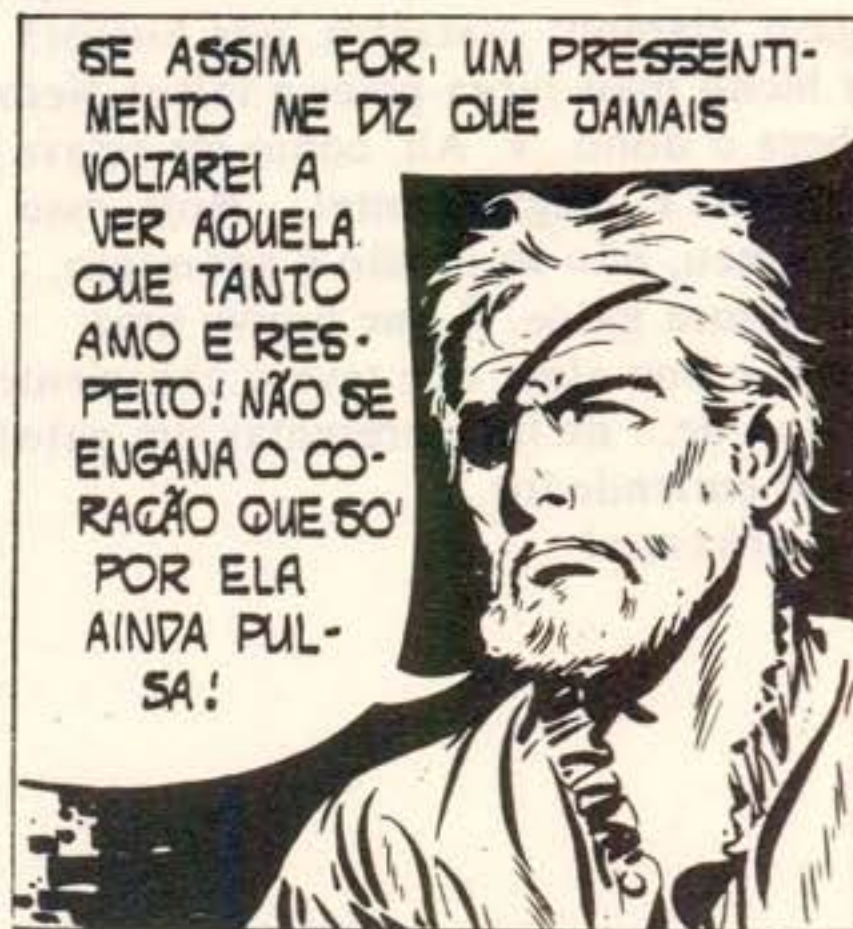
Importante será já denunciar uma certa «imensidão» de artistas Portugueses da 9.<sup>a</sup> Arte (de ontem até hoje, e apenas alguns) Portuguesa: Rafael Bordalo Pinheiro, Stuart de Carvalhais, Fernando Bento, José Garcês, José Ruy, Fernandes Silva, Ricardo Netto, Bixa, Júlio Gil, Vitor Péon, Maria Violante Aguiar, José Antunes, Marcello de Moraes, Artur Correia, António Barata, Manuela Torres, Carlos Roque, Baptista Mendes, Augusto Trigo, André, Eugénio Silva, Eduardo Teixeira Coelho, Eugénio Roque, António Carichas, Jaime Cortez (naturalizado brasileiro), Victor Mesquita, Vassalo de Miranda, José Pires, Zenetto, Catherine Labey (de origem francesa), Duarte, João Neves, Carlos Zíngaro, Vasco Colombo, Arlindo Fagundes, Fernando Relvas, Carlos Alberto, Jorge Colombo, Ilberino de Sousa, José Manuel Soares, Isabel Lobinho, Nuno Amorim, Fernando Clemente, José Projecto, Luís Louro, José Abrantes, Filipe Abranches, Renato Abreu, Marcela Costa, Cristina Morganiço, Monteiro Neves, Vítor Teodósio, Zé Parreira, Zé Paulo, Armando Servais Tiago, Carlos Dias, Estrompa, Luvi, Carlos Barradas, Francisco Lança, Luís Nunes, João Galante, Diferr, Pedro Daniel, Nuno Nisa, RA (Rui Alves), Pedro Morais, Rui Filipe Carvalho, A. Martinez, José Ramos, Fernando Jorge Costa, Pedro, Vítor Borges, Luís Poças, etc., etc... Afinal, não é assim tão curta esta («parca») lista de valores da 9.<sup>a</sup> Arte Portuguesa... Mas, quem a sabe, a conhece, a saboreia e a segue?...

O «Tio Patinhas» ou «Mandrake» aos quadrinhos, não são 9.<sup>a</sup> Arte! E muito menos essa coisa aviltante (e às vezes avidamente procurada) que é a série pornográfica «Karzan».

A 9.<sup>a</sup> Arte, traço e texto, traço-texto e cor, e por aí fora..., serve e aplica e engloba o Didactismo, como História, como Cultura, como Recreio, todas as

Artes.

Admitamos que este meu primeiro artigo sobre a 9.<sup>a</sup> Arte e neste local — necessariamente (ou «noblesse oblige») — tem o doce cunho de artigo-introdução. Não é pois nada fácil, e seria estupidamente idiota, tentar facilitar aqui tamanho tema. Mas, enquanto não volto à carga, a bons avisados leitores cultos, aconselho (por exemplo): «Los Comics —



«CAMÕES» PELO TRAÇO DE CARLOS ALBERTO, TALVEZ A MAIS BELA ADAPTAÇÃO A BD SOBRE A VIDA DO ÉPICO, DAS VÁRIAS QUE TÊM SIDO FEITAS

Un Arte Del Siglo XX» de Javier Coma, «La Bande Dessinée» de Annie Baron-Carvais, «Sociologia das Histórias aos Quadrinhos» de Jacques Marny, «La Bande Dessinée» de Pierre Fresnault-Deruelle, «A Banda Desenhada» de Jean-Bruno Renard, «Comment On Devient Créateur de Bandes Dessinées» de Philippe Vandooren e «Filosofia da Banda Desenhada» de André Jean Paraschi. São volumes-ensaio importantes e relativamente fáceis de encontrar ainda nas livrarias nacionais. Pontos altos a fazer pensar e a criar salutares polémicas. Ventos fortes a abrir fechadas e estúpidas janelas, também.

De qualquer modo, enfim, a 9.<sup>a</sup> Arte ou Banda Desenhada, tem já o seu lugar justo e mundial: é Arte!

Não é à toa e levianamente que no doce e amargurado distrito de Setúbal há

frequentes exposições de Banda Desenhada: Miratejo, Seixal-Amora, Setúbal, Almada, Barreiro, Montijo, cumuladas pelas já tão internacionalmente famosas jornadas (semanais/anuais) de Banda Desenhada de países de expressão oficial latina na Sobreda da Caparica... Não sejamos tolos a amesquinhá-la (à 9.ª Arte) ante a nossa mesquinha mediocridade. (Lembro-me agora daquele meu amigo agoirento que ao ouvir elogios ao gato, clamou: —«Gatos, que horror! Que bicho mais larga-pelos e falso! Nem conhece o dono...». Ah, como ele estava a ser imbecil e insignificante!... Hoje, esse amigo meu, não só já não é agoirento, como adora gatos. É que houve uma simples e boa alma que teve o consciente trabalho de... de lhe apresentar um gato). A bom emtendedor... Até à próxima!



«D. JOÃO E CEBOLINHA», EXEMPLO DA NOSSA BANDA DESENHADA HUMORÍSTICA, SOB TRAÇO DE ARTUR CORREIA, GRANDE PILAR DESTESector DA NOSSA 9.ª ARTE

# O FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA DE TRÓIA

Mário Ventura Henriques\*

De 31 de Outubro a 8 de Novembro decorreu em Tróia, e noutras localidades o terceiro *Festival Internacional de Cinema*, manifestação cultural do Distrito que é já a mais importante do País no seu género, mas também aquela que goza de maior repercussão no estrangeiro.

Manifestação aberta às cinematografias de todo o mundo — foram em número de trinta as que estiveram representadas este ano —, o Festival de Cinema de Tróia revelou uma vez mais as virtualidades de uma arte que é das mais comunicativas e das que proporcionam um mais fácil e frutuoso diálogo entre os povos. A exibição de mais de uma centena de filmes — a grande maioria dos quais não tem acesso aos circuitos comerciais de distribuição — constituiu, como já acontecera nos Festivais anteriores, a prova cabal da vitalidade do Cinema e das suas potencialidades como meio de conhecimento do mundo em que vivemos. O Festival introduziu este ano critérios mais rigorosos nas suas secções competitivas: Tema Livre, em que só foi seleccionado um filme de cada país concorrente; Primeiras Obras, como forma de distinguir novos realizadores; O Homem e a Natureza, em que abundaram os filmes documentais de qualidade sobre o Meio Ambiente e a protecção do património natural. Algumas ante-estreias mundiais — em que se destacaram os filmes do brasileiro Hermano Penna, "A Fronteira das Almas", e do húngaro Pall Erdoss, "Tolerância" —, demonstraram que o Festival de Tróia já obteve em todo o mundo o prestígio suficiente para que alguns realizadores o escolham como local de apresentação das suas obras.

A presença do juri da FIPRESCI (Federação Internacional da Imprensa e Crítica Cinematográfica), que pela primeira vez distinguiu um festival

português da especialidade, é outro dos factos que demonstram a sólida implantação do certame de Tróia a nível internacional. E, como consequência deste facto, foi já significativa a presença de grande número de jornalistas estrangeiros, que por sua própria iniciativa estiveram em Tróia a fazer a cobertura dos trabalhos do Festival. Presenças tão importantes como as do jornal "Le Monde" ou a revista "Les Cahiers du Cinéma", são demonstrativas da real importância que esta manifestação cultural da Costa Azul soube conquistar em apenas três anos.

Também este ano se fortaleceram as iniciativas visando a maior difusão cultural do Festival. Independentemente das exibições de películas em várias localidades do Distrito e em Lisboa (nos cinemas Amoreiras e Quarteto), destaca-se a presença considerável de jovens das escolas secundárias do Distrito nas sessões da manhã do Festival, dedicadas aos filmes sobre "O Homem e a Natureza". A organização, para aprofundar os efeitos culturais dessa participação, decidiu abrir um concurso de textos entre os jovens que estiveram em Tróia.

Outro facto prestigiante, não apenas para o festival como para toda a Região, foi a realização em Tróia de uma reunião



"Anayurt Otel'i", de Omer Kavur (Turquia)

\* Escritor e membro da Comissão Organizadora.

européia — com a participação de trinta representantes de todos os países da CEE —, para formarem o *Centro Europeu de Meios Audiovisuais para a Infância e Juventude*. Trata-se de uma nova instituição que conta com o apoio da Comissão das Comunidades Europeias e de prestigiosas instituições culturais, e que está destinado a ter um papel decisivo na divulgação das obras europeias destinadas à infância e juventude, até à data preteridas em favor das produções norte-americanas.

De entre a abundante e variada programação do Festival, destacamos as retrospectivas das obras dos realizadores Nikita Mikhalkov (URSS) e Omer Kavur

(Turquia), os quais estiveram presentes em Tróia. Uma mostra de cinema independente italiano, serviu para demonstrar a vitalidade e qualidade das obras cinematográficas que não passam pelos grandes produtores, e são, muitas vezes, realizadas à custa das maiores dificuldades.

O *Festival Internacional de Cinema de Tróia* voltou a ser apoiado — como acontecera nas edições anteriores — pela Região de Turismo da Costa Azul, Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal e Câmara Municipal de Grândola, e desta vez também pela Câmara Municipal de Setúbal.



“Adeus a Matiora”, de Elen Kleimov (URSS)

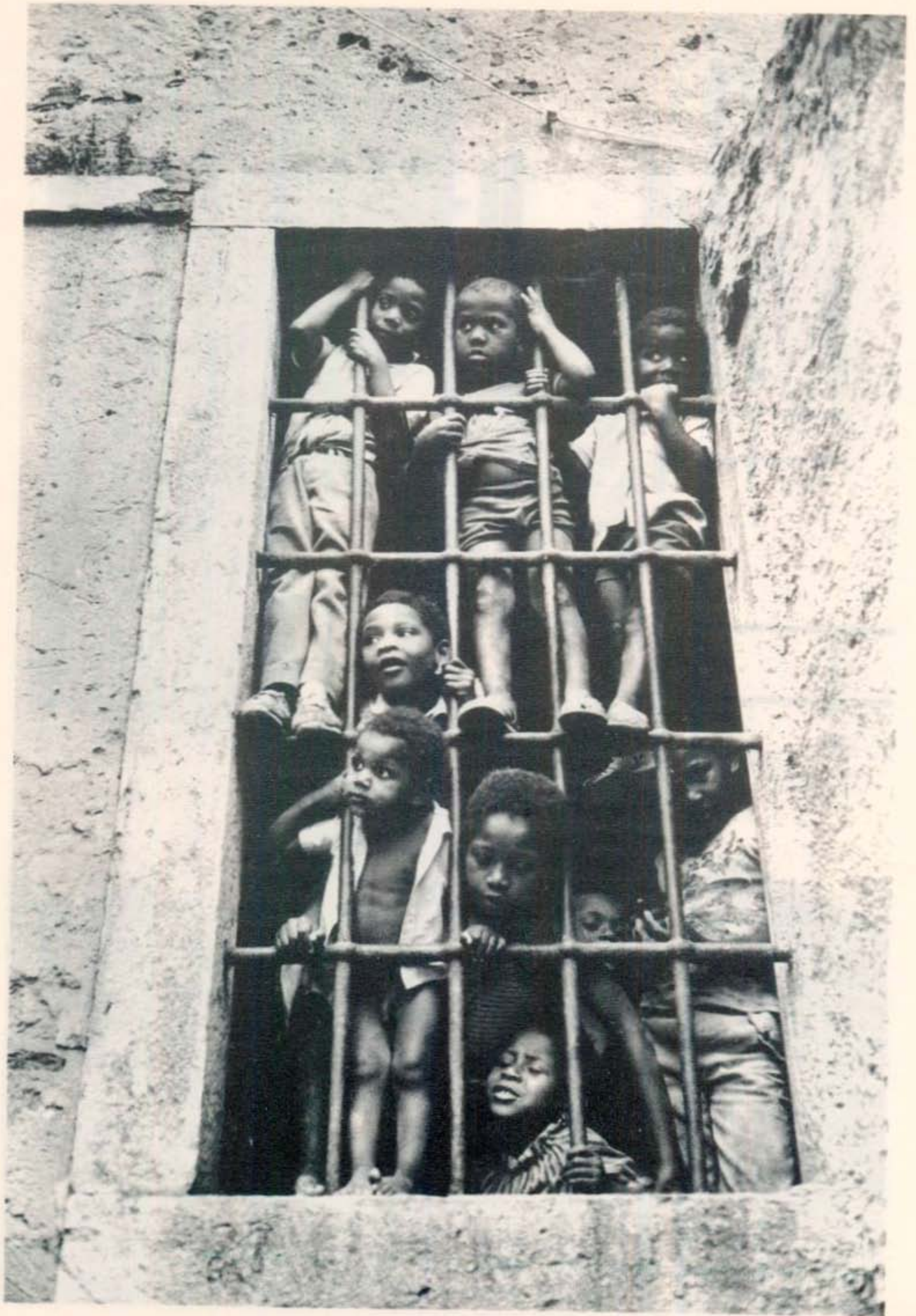
# Fotografías de Rogério











# RAÚL CARAPINHA

*Fernanda Zeferino \**

Alcochete é pequena vila sobranceira ao Tejo, namorada fiel e imorredoura deste rio, que quase lhe moldou a vida. Não fosse ele, com toda a sua beleza e magnitude de grande senhor, e esta vila contaria, nos anais da sua história, um destino completamente diferente. As suas gentes ter-se-iam visto obrigadas a ocupar-se de outros afazeres.

Os gestos milenários inerentes à rapação do sal ficaram gravados nas pregas dos rostos sofridos da sua população.

Na terra regada com o próprio suor, têm vindo os Alcochetanos a semear e colher produtos, os quais em tempos idos, atravessavam todos os dias o rio, nas fragatas da esperança, indo abastecer a capital.

Desse rio-mar, doce-salgado, imensa fonte de vida e de aventura, se foi extraíndo, através dos tempos, o milagroso pescado, enquanto os homens, na sua ânsia de comunicação e da descoberta de novas façanhas, se iam afastando, progressivamente, da costa, adquirindo a coragem, a prática e o gosto pela arte de marear.

Nasceu neste torrão abençoado aquele rei<sup>(1)</sup> que tinha dentro de si a vocação, a sensibilidade e a ventura da grandeza da obra que imortalizou o povo português. Mas a História desta vila ribeirinha, que no século XVI, foi a mais populosa<sup>(2)</sup> de todas as povoações localizadas na margem esquerda do estuário do Tejo, não termina aqui!

Alcochete conta, entre os seus muitos filhos, com homens e mulheres de grande valor.

Hoje, impõe-se recordar a figura notável de um desses Alcochetanos, que fez questão de legar ao mundo obras, cujo valor artístico, paisagístico e histórico constituem um testemunho indesmentível de que pertencemos a um povo sobejamente rico em génios.

Refiro-me a Raúl Carapinha, homem dotado de grande sensibilidade, cuja simplicidade e modéstia pautaram a sua vida de artista.

Raúl Carapinha nasceu em Alcochete em 11 de Fevereiro de 1876, em pleno reinado de D. Luís.

Filho de Manuel da Fonseca Carapinha e de Gertrudes Maria Carapinha, ficou órfão de pai ainda de tenra idade.

Numa época em que se verificava com bastante frequência o êxodo de grande parte de portugueses desprovidos de recursos económicos, para terras do Brasil, também o pequeno Raúl Carapinha, com apenas 8 anos de idade (1884), abandona a sua terra natal, a sua mãe e irmãos, os seus companheiros de brincadeiras, para se ir acolher na casa que lhe viria a abrir todas as perspectivas para o futuro — «A Real Casa Pia de Lisboa».

Aluno n.º 1469 da distinta Instituição, que na altura ocupava as instalações do Mosteiro dos Jerónimos, encetou, com o seu apoio, uma brilhante carreira.

Em 1891 matriculou-se na Academia Real de Belas Artes, tendo obtido ao longo dos seus cursos de «Desenho Geral» e «Pintura Histórica», tendo gozado, segundo ele, do privilégio de ter sido discípulo dos mestres: José Simões Almeida, Alberto Nunes, Tomás da Fonseca e Veloso Salgado.

Ainda em 1899, entrou para funcionário da Câmara Municipal de Lisboa, com a categoria de desenhador.

Ao serviço da Autarquia Lisboeta, Raúl Carapinha efectuou trabalhos de grande vulto e inegável valor artístico.

Está neste caso a Estufa-Fria, maravilhosa

\* Responsável pelos Serviços Socioculturais da Câmara Municipal de Alcochete.

pérola situada no coração da capital, pequeno oásis verdejante que se impõe pela sua beleza e poesia ao amontoado de blocos de cimento e faixas de negro alcatrão.

Conta ainda na sua vasta obra com a concepção do braço da cidade de Lisboa (1920), acompanhamento da execução do estandarte municipal e execução da bandeira municipal, trabalhos que lhe valeram a atribuição de mais um louvor, em sessão pública, da Câmara Municipal de Lisboa, em 20 de Setembro de 1920.

Por último, impõe-se que citemos a grandiosidade da obra pictural que este artista e cidadão português fez questão de legar à sua Pátria.

A obra pictural de Raúl Carapinha marca uma época, um estilo, uma forma, tal como ele, simples e nobre de julgar a natureza e os homens.

Em 1900 participou numa exposição em Paris com o óleo «Lisboa vista do Parque Eduardo VII».

Foi sócio fundador da Sociedade Nacional de Belas Artes, com o n.º 38, desempenhando por várias vezes o cargo de vogal de direcção.

Participou em todas as exposições organizadas pela S.N.B.A., tendo sido contemplado com diversas medalhas.

Participou nas exposições do salão do Estoril e na exposição internacional do Rio de Janeiro, recebendo várias medalhas e distinções.

Participou nas exposições realizadas no Grémio Artístico, local onde funciona o Museu de Arte Contemporânea, citando ele várias vezes o elevado orgulho que sentia ao expor ao lado de artistas tão consagrados como: o próprio Rei D. Carlos, Silva Porto, Malhoa, Veloso Salgado, João Vaz, Carlos Reis, Columbano, Ayres de Campos e outros.

Os seus quadros figuram no «Museu de Arte Contemporânea», «Museu da Cidade», «Museu Grão Vasco em Viseu», «Museu de Évora», departamentos do Estado, Salão Nobre da Câmara Municipal de Alcochete, além dos que são propriedade de particulares e da riquíssima galeria que legou a sua filha, colecção que está prometida ao Museu Municipal de Alcochete, num gesto bonito e responsável da D. Maria Eugénia Carapinha, tendente a perpetuar, através das gerações vindouras, o nome do grande artista que foi seu pai.

Raúl Carapinha, apesar de possuir um rico e digno curriculum artístico e profissional, forjado ao longo da sua vida de labor, nunca manifestou o mínimo laivo de vaidade.

Quando era entrevistado fazia questão de frisar que devia a sua formação à Real Casa Pia de Lisboa e ao seu Provedor, o Par do Reino Francisco Simões Margiochi.

Quando em 1935, com 59 anos de idade, foi alvo de flagrante injustiça, aquando da reestruturação do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Lisboa, humildemente pediu a sua aposentação sem reivindicar nada àquela autarquia que tanto lhe ficou a dever.

O exemplo da sua multifacetada vida e obra é algo de tão transcendente valor cultural e artístico que, só por si, deve ser, muito justamente, considerado motivo de orgulho para o povo português. ■

---

(1) Em 31 de Maio de 1469, nasceu em Alcochete o Rei D. Manuel I.

(2) Em pleno séc. XVI, Alcochete foi a povoação ribeirinha, a sul do Tejo, com maior número de população, atingindo 680 habitantes.

# ALFABETIZAÇÃO

Maria José Dias\*

Alfabetização, troca de conhecimentos entre os vários elementos de um grupo indiferente ao nível cultural de cada um. Alfabetização, fonte mais antiga onde os mais novos matam a sua sede.

E pode acontecer, como aconteceu, este diálogo rico de sabor humano, de sofrimento vivido, de dor contida que brota espontânea no convívio são de um grupo que já é uma família!

— A propósito de transportes... Esta carreira fluvial de que o texto fala, foi retirada por burrice do povo alcochetano, segundo se diz!

— Se fosse agora, não o «tiravam» de cá.

— A minha opinião, é a que eu disse quando me perguntaram... O barco, não faz cá falta nenhuma. Quando quero ir a Lisboa, meto-me no autocarro e vou apanhar o barco ao Montijo.

Um barco que só levava meia dúzia de pessoas!...

— Parece-me que não foi a opinião mais acertada. Afinal a terra ficou mais pobre no sentido de transportes! Por pouca gente que utilizasse o barco nessa época, era vosso.

— Há outras coisas que fizeram mais falta... Olhe, a senhora ainda há-de ver aquele pontão, que é uma coisa bonita e que faz falta à gente para os nossos barcos, cair todo e ninguém o reparar.

— Mas isso pertence ao Porto de Lisboa!

— Mas o Porto de Lisboa é que já deu autorização à Câmara para o arranjar e nada.

— Se assim é, o que duvido que esteja bem contado, é pena que o seja, mas isso não vai diminuir o valor do barco que vocês deixaram fugir!

— Não era nosso, era um Cacilheiro!

— Mesmo assim, não era o barco mas era a carreira, e lá porque nós somos só cinco agora lá em casa, não vamos deixar que a sexta cadeira seja usurpada pelo vizinho do lado com a desculpa que nunca nos fará falta!

— Eu estou de acordo com o que a senhora diz. O barco devia ficar: E não era tão bonito ver o rio como era dantes, cheio de barcos com velas? — «Retirarem» tudo à gente... Esta gente do Porto de Lisboa, não presta para nada, não faz nem deixa fazer!

— Calcule a senhora que no Verão quando andávamos a recolher o lixo na praia... que as raparigas dos tempos livres limpavam, apareceu lá um tipo todo inchado, com uma chapa no peito que dizia Porto de Lisboa, veio perguntar-me quem era o responsável por aquele trabalho, e eu respondi que era eu. Sabe o que ele me disse?

Que me metesse no que era meu, que ali quem mandava era ele e eu não tinha nada que andar ali a limpar.

— Até aquele rapaz que tem ali aquela barraquinha de «boídas», no Verão, para limpar uns metros ali à volta, teve que pagar uma quantidade de contos! — Gatunos! Até para limpar é preciso pagar!

— Pois é, mas se fosse agora não levavam o barco.

A luz faltou, não se podia continuar a leitura do texto e o grupo já aquecido pela conversa do barco, começou a invocar a época triste, passada em Alcochete, na altura da greve dos salineiros!

Eu era novita quando se deu este acontecimento, o meu pai também trabalhava nas marinhas, mas vivíamos numa estrema do concelho e, pouco desperta para o problema, pouco me apercebi do desenrolar dos acontecimentos. Não perdi a oportunidade de os pôr a falar.

\* Professora, Coordenadora concelhia do curso de Alfabetização.

— Também me lembro disso, mas o que soube foi muito pouco, recordo-me da minha mãe que recomendava ao meu pai que não abrisse a boca no trabalho, nem na taberna, pois a viuvinha ou a Mita como chamavam à carrinha da pide, todas as noites parava nas redondezas e em Alcochete já muita gente tinha sido presa.

!!! As palavras brotaram...

entrechocavam-se... todos queriam falar ao mesmo tempo!

Dois alentejanos, no grupo, escutavam calados.

Os outros iam dizendo:

— A senhora não calcula: era uma tristeza! Os homens tinham medo de vir a casa, as mulheres tinham medo de abrir as portas quando alguém batia.

Eu lembro-me de andar escondido nas vinhas, debaixo das cepas... quando algum se mexia já pensávamos que eram eles que vinham prender a gente, e afinal eram outros a esconderem-se também!

— Que idade tinhas tu? Já eras homem?

— Tinha os meus dezasseis anos, o meu irmão é que era mais velho.

— Eu estive três meses sem vir a casa.

— O senhor também trabalhava nas marinhas, senhor Carlos?

— Trabalhei sempre... Até vir para os serviços da Câmara. Naquele dia vinha a chegar a casa e «dezeram-me»: — Foge, que anda aí a Pide a prender neles. — Eu arranjei uma sandes de torresmos para comer pelo caminho, fui direito ao Montijo para apanhar o barco do Montijo para Lisboa, às cinco horas.

Quando lá cheguei, tinha o barco acabado de partir. Entrei na taberna do Caracol, não sei se a senhora conhece, pus-me a comer o pão, e ia pedir o copo de vinho, olhei para a porta e a carrinha do Falcate a parar: misturei-me no grupo que lá estava, despercebidamente... estavam a cozer caracóis e eu quando pude saí, fui apanhar o outro barco para Lisboa.

Em Lisboa fui a pé até aos Olivais.

Quando lá cheguei e contei o passado, «recolheram-me» e fiquei sempre com eles. Dormia numa barcaça e um dia «vierem» ter comigo e «dezerem-me»: ó Alcochete,

queres ir trabalhar com a gente p'ra estiva descarregar um barco de algodão em rama?

Ainda me lembro do que foi o meu almoço! Dobrada com feijão branco!

— Não te «havia» de lembrar, um almoço desses!

— Mas quem era essa gente, senhor Carlos? O senhor já os conhecia, mas donde?

— Daqui. Eram camaradas nossos pescadores que viviam lá!

Passei o resto do tempo a trabalhar com eles, ia sempre ao camarão, cheguei a andar com 1.000\$00 na algibeira! Comi sempre com eles e nunca me descontaram nem um tostão! O cozinheiro era um «grande Homem», com muitos cabelos no peito, parecia um porco espinho, mas dizia sempre: — Aqui há sempre comer para a gente!

— Mas os Olivais, nessa altura, era uma zona muito pobre, onde viviam?

— Dentro dos barcos. Vivíamos todos lá. Só quando chegou a festa do Barrete Verde é que foi muito triste, ainda sinto esta tristeza e as lágrimas a virem cá dentro. O pessoal veio todo para a festa e eu tive medo, fiquei lá; mas a minha mulher foi lá e levou duas galinhas e passou-se. Quando ela «veio-se» embora, eu não aguentei e sem ela saber, vim também e ainda cheguei a casa primeiro que ela, vim pelo Barreiro. Quando cheguei a casa e bati à porta, a minha madrastra ainda teve medo de abrir, só quando eu falei e ela conheceu a voz, é que então lá abriu a porta.

— Mas como é que tudo isto acalmou, depois dessas peripécias todas?

Respondeu-me um outro, uma resposta que eu considero como maravilhosa e rica de sentido.

— Acalmou... Porque houve GENTE, a dizer a essa GENTE, que a gente não era dessas coisas!

— É pá, foi o Dr. Elmano!

— O Dr. Elmano? «Atão» tu nunca ouviste dizer aos outros que o Dr. Elmano, lá dentro, mudava de farpela e dava porrada como os outros?

— Quem era o Dr. Elmano?

— Era um pirata, era o «Presidente da Câmara», mas havia mais: o Leites, esse nunca mais aqui parou, quando foi o 25 de Abril, ali naquela casinha ao lado da escola, estava cheia de papelada da Pide, ele era informador e acusou um camarada nosso que era comunista, e foi preso, o Chico Floreano.

— E o Falcate, como era?

— É homem mau! Sabe como é que ele fazia para obrigar a confessar, às vezes até «confessavam» o que não faziam... Punha-os de joelhos em cima duma vassoura deitada no chão a fazê-la rolar e quando iam ao chão, vá de pontapé.

— Haviam também os guardas das Fazendas que tinham muito má fama. Lembram-se um chamado Isidro?

— Esses? Às crianças é que faziam pior! Foi a vez de um dos alentejanos contar um caso passado em Mora, com uma criança que andava à «boleta», para a mãe vender a fim de comprar pão. Este caso não o narro aqui por me ser muito penoso pensar nele e ainda mais descrevê-lo.

— Mas essa gente não tinha medo? Eles iam para velhos e as crianças cresciam cheias de ódio por eles!

— Eles nunca pensaram, minha senhora, eles tinham o poder nas mãos e nunca pensaram que isto desse esta volta. Alguns até morreram de desgosto! E os que ainda há, que a gente conhece-os (seguiram-se alguns nomes) vivem remoendo.

— Olhe, quer ver a senhora, eu comprei um barquito para a pesca por 300\$00 a um homenzinho lá daquele lado, o

Falcate, meteu-me a mim e à minha mulher, um dia inteiro num quarto sem comer nem beber para a gente confessar onde tinha ido buscar o dinheiro!

— Vá lá, ainda os pôs os dois juntos!

— A gente ia buscar o *comerzinho* à mãe do Zé Boieiro que era uma mãe aí para a malta toda, só pagávamos quando tínhamos, e eu pedi aqueles 300 mil réis emprestados a uma família minha amiga, e o malandro queria é que eu confessasse que os tinha roubado.

— Gente má!

— «Atão», quando eles prendiam as pessoas, não olhavam a nada. Ao pai do Joaquim Boieiro, um velho de mais de 70 anos, perguntaram-lhe assim: Seu velho ordinário, porque é que não foi trabalhar? E ele respondeu: — O quê, são horas de ir almoçar?

— Arma-te em esperto que levas um murro que te parto os cornos! E ele — Vou buscar a cabaça do vinho?

— A outros era seu cara de vaca, seu velho dum cabrão (a senhora desculpe).

— À vontade.

Já passava da hora de terminar a aula... A luz tinha voltado e nós não nos tínhamos apercebido! Chovia lá fora... Abençoada chuva que tinha feito faltar a luz!

Aproveitei algumas frases da conversa e expliquei-lhes que umas eram do tipo interrogativo, outras informativas afirmativas, outras informativas negativas, outras ainda imperativas e nem me esqueci das exclamativas!!!! ■

## JOSÉ AFONSO: O HOMEM E A OBRA

*J. Jorge Letria\**

O desaparecimento de José Afonso não só criou um vazio irreparável no quadro amplo da música e da poesia portuguesas como veio acentuar a precariedade do trabalho cultural neste país de centenários e póstumas homenagens onde é comum deixar morrer primeiro para depois, com pompa e circunstância, se poder carpir e lamentar. Foi assim com o autor de «Grândola, Vila Morena». Tem sido assim com outros criadores culturais de reconhecida importância, cuja morte funciona como pretexto para póstumos e tardios elogios.

José Manuel Cerqueira Afonso dos Santos foi um criador e um inovador. Partiu da ruptura com um determinado tipo de música tradicional para a criação de novas formas musicais capazes de trazer consigo os sinais inconfundíveis da exigência ética e do rigor artístico. Por isso marcou com o seu trabalho e com o vigor do seu exemplo cívico as gerações que ouviram a sua música e se habituaram a encontrar nela a identidade de um povo e a firmeza das posições de princípio perante a vida e perante o mundo, com as suas contradições, conflitos e perspectivas de mudança. De tal modo foi decisivo o seu contributo que é possível produzir-se hoje esta afirmação de fundo: a música que actualmente se faz em Portugal e que é uma das mais avançadas e melhores da Europa não existiria, pelo menos com a qualidade que a caracteriza, se não tivesse havido liminarmente o trabalho de José Afonso.

O criador de «Cantigas do Maio» nunca permitiu que a sua obra se afastasse de duas matrizes fundamentais: o povo, em cuja cultura mergulha as suas raízes, e a realidade quotidiana com as nuances, as fontes de permanente inspiração. Foi com ele que a canção progressista

deixou o círculo estreito da universidade para se instalar nos meios populares, através dos cineclubes, das colectividades

e das fábricas onde, antes de Abril, se desenvolviam intensos processos de luta por melhores condições de trabalho. Em tudo o que fez e disse nunca Zeca Afonso deixou de associar o rigor estético à exigência ética, daí resultando a força e a perenidade indiscutíveis do seu exemplo, que fora de Portugal, e designadamente em Espanha, foram sublinhados antes e depois da sua morte com notáveis manifestações culturais.

### O Homem e o Artista

Licenciado em Histórico-Filosóficas com uma tese sobre o escritor e filósofo francês Jean-Paul Sartre, foi expulso do ensino oficial em 1967, quando se encontrava colocado no Liceu de Setúbal. De 1964 a 1967 foi docente na cidade da Beira, Moçambique, de onde também foi afastado do ensino pela administração colonial.

A escola primária frequentou-a em Aveiro e Belmonte, tendo frequentado o liceu e a universidade em Coimbra, cidade que desempenhou, graças à actividade cultural e estudantil que nela se desenvolvia, um papel fundamental na pesquisa e criação de novas formas musicais.

Antes de se tornar conhecido como intérprete do chamado fado de Coimbra, foi elemento destacado do Orfeão Académico, com o qual fez várias viagens e actuações no estrangeiro.

Professor do ensino secundário, no final da década de 50, interrompe a actividade musical temporariamente para dar aulas em Mangualde, Aljustrel, Lagos, Faro e Alcobaça.

É em Faro que no princípio da década de 60 conhece Zélia, que viria a ser sua companheira até ao final da vida.

Também a sua experiência de ensino foi, do ponto de vista pedagógico e humano, profundamente inovadora e libertadora, dando aos alunos condições de expressão e de trabalho pouco comuns na época.

Essa foi uma das razões que determinaram o seu afastamento pela

\* *Jornalista. Poeta e ensaísta.*

ditadura fascista. Do que foi, com ele, a relação professor-aluno, ainda hoje muitos homens e mulheres deste país se recordam.

### **Da balada ao canto popular**

Da fase inicial da sua carreira ficaram, gravados em «singles» e «LPs», alguns temas memoráveis que marcam a transição, primeiro do fado de Coimbra para a balada e, depois, da balada para aquilo que viria a ser, com toda a sua pujança e força comunicativa, a canção popular da década de 60, de que José Afonso foi o mais importante criador e indiscutível pioneiro.

É longo o caminho percorrido desde «Balada de Coimbra» (1958) até «Cantos Velhos, Rumos Novos» (1969). Nessa altura já Zeca Afonso era, mais do que o cantor popular, o agitador e o propagandista da liberdade e da esperança, assumindo-se como cantor a tempo inteiro e levando às colectividades, aos bairros populares, aos cineclubes e aos convívios estudantis a força transformadora da palavra cantada.

O final da década de 60 e os primeiros anos da década seguinte são, do ponto de vista da criação musical e poética, grandes momentos na vida e na obra de José Afonso, como fica demonstrado pela audição sempre oportuna dos albuns «Traz Outro Amigo Também», «Cantigas do Maio», «Eu Vou Ser Como a Toupeira» e «Venham Mais Cinco».

Distinguido várias vezes com os prémios anuais da Casa da Imprensa pela qualidade musical e poética, o cantor viu o seu nome ser censurado nos órgãos de informação por ordem da ditadura que teimava em ver nela a «subversão» e a «agitação».

O seu nome, como de resto o de outros cantores, constava de «listas negras» existentes nos governos civis de todo o País. Essas listas determinavam quem podia e não podia cantar nos espaços públicos, desde as salas de espectáculos às praças.

Apesar das proibições, das apreensões de discos e da cega perseguição à sua obra e

à repercussão do seu exemplo cívico, Zeca e os cantores que integravam o movimento cujas bases ele lançara cantaram em centenas de lugares onde milhares de vozes se juntavam exigindo a liberdade e a mudança que Abril viria trazer a um povo cansado de mordaza, de guerra e de silêncio imposto.

Várias vezes detido pela PIDE-DGS, o cantor soube manter sempre a firmeza e a dignidade que faziam dele um exemplo para a juventude, para os outros cantores progressistas e para largas camadas da população unidas pelos ideais libertadores.

Com a esperança de um canto novo na bagagem, esteve, antes de Abril, em França e em vários pontos do território espanhol. Essas actuações tornaram-no popular e admirado, justificando, em larga medida, o modo como os artistas progressistas e o povo daquele país lamentaram a sua morte e souberam louvar a qualidade inigualável da sua obra.

### **De Abril para o futuro**

Em 29 de Março de 1974 José Afonso está presente num espectáculo promovido pela Casa da Imprensa, no Coliseu dos Recreios, para a entrega dos prémios de imprensa correspondentes ao ano de 1973. Até ao derradeiro momento a realização do espectáculo foi posta em causa pela polícia da ditadura. Mas era tal a afluência de público e o entusiasmo que demonstrava que a proibição não chegou a consumir-se, tendo José Afonso e outros cantores ficado, no entanto, impedidos de cantar a maior parte das canções que tinham programado para o espectáculo.

A memorável sessão dessa noite concluiu-se com o público e os cantores a interpretarem, unidos num coro impressionante, «Grândola, Vila Morena» que, menos de um mês depois, viria a ser a senha do movimento libertador dos capitães de Abril.

Com Abril, a sua obra torna-se conhecida internacionalmente, primeiro através da

canção-símbolo do movimento libertador, depois através da descoberta gradual da sua obra anterior. Mas José Afonso não pára. Canta em vários países, em vários continentes, mostrando ao público e à crítica a qualidade de uma obra que já conseguira ultrapassar as apertadas fronteiras deste pequeno país do sul da Europa.

Em 1975 grava o LP «Coro dos Tribunais» a que se segue, no ano de 1976, «Com as Minhas Tamanquinas». Entretanto recebe na RFA o Prémio Internacional de Folclore, justo reconhecimento de quase duas décadas de pesquisa e de trabalho infatigável.

Um pouco por toda a parte é sublinhada a qualidade da sua obra poética e musical, transformada, nalguns casos, em tema de teses universitárias.

Voltou a cantar em África, continente ao qual nunca deixou de estar ligado afectiva e artisticamente, e que é um referencial de boa parte da sua obra.

Em 1981 dá-se o reencontro com o fado de Coimbra através de um álbum com

velhos temas, que é calorosamente acolhido pelo público e pela crítica. Entretanto surgem os primeiros sinais da doença que em Fevereiro deste ano virá a vitimá-lo. Ainda assim, José Afonso realiza nos coliseus de Lisboa e do Porto em 1983 as actuações que assinalam o final da sua actividade ao vivo. Da sessão realizada em Lisboa a 29 de Janeiro resulta um duplo álbum intitulado «José Afonso ao Vivo no Coliseu». Seguem-se-lhe «Como se Fora seu Filho», em 1985, e «Galinhas do Mato», em 1986, este último já com o recurso à voz de cantores seus amigos.

Antes e depois da sua morte, em Portugal, Espanha e noutros países desencadeou-se um amplo movimento de solidariedade, testemunho da importância de uma vida e de uma obra que são património nacional e universal.

Na hora da morte José Afonso pediu que não houvesse luto. Em vez dele houve um imenso adeus, que também foi acto de esperança e de público reconhecimento. ■

## TEJO QUE LEVAS AS ÁGUAS

*Eufrásio Filipe\**

O rio Tejo, é um quadro vastíssimo de memórias soberbas muitas tarefas e serviços prestados que os Homens têm registado ao longo das gerações — um quadro vastíssimo de potencialidade que os Homens têm obrigação de descobrir e redescobrir em nome da Vida e do Futuro.

O rio Tejo não é apenas belo para os olhos, não serve apenas para a fruição dos poetas — é um caminho, incomensurável património histórico e recurso natural que a todos pertence e nem todos se esforçam para recuperar e preservar.

O Concelho do Seixal tem tudo a ver com o rio Tejo. As povoações ribeirinhas e suas gentes, determinaram o concelho que fomos e o concelho que somos — um concelho de trabalhadores que tem atraído gente de trabalho.

Às pressões de desenvolvimento demográfico, por efeito do incremento industrial, o acesso a Lisboa e à marginal atlântica da península de Setúbal, a gestão democrática do Poder Local tem dado respostas concretas ao construir as infra-estruturas básicas para a elevação da qualidade de vida e bem estar das populações.

A baía natural do Seixal, é cada dia que passa, o rossio magnífico que queremos vivificar, pólo central da cultura patrimonial de um concelho com mais de 150 anos de existência, contributo importante para a salvação do Tejo. Vivem na baía natural do Seixal vastos sapais e esteiros com elevada capacidade de oxigenação das águas. A baía constitui abrigo para a protecção e nidificação de muitas espécies, autênticas maternidades, parques infantis e centros ornitológicos. A renovação diária das águas com a consequente redistribuição de energia e nutrientes no constante pulsar das marés, são indispensáveis para o equilíbrio biológico e a

dinâmica ecológica do território destas zonas.

No concelho do Seixal o Tejo corre-nos as veias como no poema de Manuel da Fonseca, como no tempo dos calafates — que o tempo das fragatas, varinos e faluas, é dos nossos dias, nas embarcações recuperadas pela Câmara, ao dispor das populações, ou no eco-museu municipal onde se constroem e expõem miniaturas. A baía natural do Seixal (em regeneração pelo Poder Local) constitui um autêntico museu vivo, parte da história natural do rio Tejo, local privilegiado e apetecido para os olhos sensíveis, para a prática dos desportos náuticos, inesgotável de requisitos para o desenvolvimento do turismo e do progresso social. A Câmara Municipal tem entendido e declarado publicamente, que o desenvolvimento económico dos recursos naturais não constitui um pecado mortal se forem respeitadas as leis da natureza, os valores culturais da população. Neste sentido temos desafiado a iniciativa privada a investir na criação de novos equipamentos. O Poder Local democrático, que está a construir uma cidade ao contrário, isto é, a partir das infra-estruturas e do equipamento social, tem proporcionado ao Estado e aos agentes económicos, condições para que assumam as suas responsabilidades no desenvolvimento do concelho e da região. Na verdade, não basta ao Poder Local recuperar as margens da baía, recuperar as habitações das localidades ribeirinhas, adquirir e reconstruir moínhos de maré, descobrir e recuperar o forno romano de Corroios, projectar a reconstrução da capela quinhentista situada junto do moínho de maré em funcionamento, fomentar os desportos náuticos, defender a indústria da construção naval, o transporte fluvial de passageiros para Lisboa, incentivar a investigação científica da fauna e flora, condóminos da nossa baía. Na verdade, o município do Seixal, com cerca de 90 km<sup>2</sup>, tem toda a sua população abastecida de água potável nas melhores condições de quantidade e qualidade, recolha total de resíduos sólidos e seu tratamento. Esta realidade, sendo

\* *Presidente da Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal e da Câmara Municipal do Seixal.*

positiva, não basta. Não basta e já é muito, elaborarmos o Plano Geral de Saneamento Básico do Concelho e adjudicarmos projectos de construção de estações de tratamento de esgotos, (uma de âmbito inter-municipal), se sabemos que o Ano Europeu do Ambiente só poderá ser cumprido com eficácia, se o Homem despertar do sistema em que vive.

O rio Tejo terá o futuro garantido logo que sejam coincidentes as vontades do Poder Central e das populações ribeirinhas. O rio Tejo não carece de barcos com energia nuclear. Nem o Tejo nem as populações. O rio Tejo tem energia suficiente para respirar por guelras e pulmões. O Seixal luta por esta vida. Resistimos com as águas do rio.

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

*Arlindo Mota\**

### **História do Concelho do Seixal. Património Industrial — Moinhos de Maré.**

**Autor: J. C. Maia Nabais**

**Edição da Câmara Municipal do Seixal  
(1986).**

A Câmara do Seixal prossegue o seu projecto de divulgação da história do Concelho, com a publicação do livro «Património Industrial - Moinhos de Maré» de António J.C. Maia Nabais. Por razões óbvias, a análise centra-se fundamentalmente nos moinhos de maré construídos na área do Concelho do Seixal, tendo tomado como modelo o Moinho de Corroios, único exemplar, sublinha o autor, que chegou até nós a funcionar com todo o equipamento tradicional.

Bem documentado, com indicação exhaustiva de bibliografia, um índice de estampas e um índice geral, eis um livro extremamente útil pela informação que carrega numa área ainda relativamente carenciada de investigação.

### **ACTAS DO I ENCONTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA URBANA**

Volume publicado pelo I.P.P.C. em 1986. Trata-se de importante repositório das intervenções de Arqueologia Urbana efectuadas em Portugal e em Espanha e apresentadas durante o Encontro Nacional de Arqueologia Urbana organizado pelo Museu de Arqueologia Urbana organizado pelo Museu de

Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, entre 24 e 26 de Maio de 1985. De salientar as seguintes comunicações, relativas ao Distrito de Setúbal:

— «Intervenções de salvamento em Almada», por Maria Fernanda Gomes e Luís Pequito Antunes;

— «Intervenção Arqueológica na Igreja Paroquial de Corroios», por Jorge Raposo;

— «Ocupação Pré-Romana de Setúbal: Escavações Arqueológicas na Travesa dos Apóstolos»; por Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva;

— «Sedimentologia das camadas da base de alguns cortes estratificados da Cidade de Setúbal», por João Luís Cardoso;

— «Intervenção arqueológica na Vila do Torrão: Ocupação Calcolítica», por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares.

«**EMBARCAÇÕES TRADICIONAIS DO SADO**», da autoria de Henrique Cabeçadas, Joaquina Soares, António Joaquim Guerra, foi editado pelo Museu de Arqueologia e Etnologia do Distrito de Setúbal com o patrocínio de Navigomes, Navipor e Setenave, em Abril de 1986. É o primeiro trabalho publicado sobre as embarcações mais características do Sado, nos últimos 100 anos, e fornece um quadro histórico da importância do rio como factor de organização do espaço.

### «**A IMAGEM DA MULHER NA LITERATURA ORAL DO TORRÃO**»,

da autoria de Joaquina Soares, foi editado em 8 de Março de 1987 pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal com o patrocínio da Junta de Freguesia do Torrão. Constituiu a análise de uma parcela da rica literatura

oral do Sul do Distrito de Setúbal que aquele museu tem vindo a recolher.

O presente trabalho demonstra, por um lado, a importância e a necessidade do

\* *Presidente da SALPA (Associação para a Salvaguarda do Património de Setúbal).*

recurso à literatura oral para o conhecimento da cultura das comunidades rurais e, por outro, tenta contribuir para a desmontagem dos mecanismos reprodutores do estatuto social de inferioridade da mulher. Sem o conhecimento daqueles, sem o abandono de dogmas relativos à situação social da mulher e sem o tratamento do tema à escala regional, cair-se-á necessariamente em conceitos excessivamente gerais e inoperantes.

Importa também realçar a valorização da dimensão diacrónica que levará a autora a traçar em linhas gerais a génese do processo de degradação do estatuto feminino, com base nos dados arqueológicos actualmente disponíveis para o Sul do País.

**«Almada Antiga e Moderna  
— Roteiro Iconográfico  
(II Freguesia de Cacilhas)»  
Autor: Alexandre M. Flores  
Edição: Câmara Municipal  
de Almada (1987)**

Este segundo volume de «Almada Antiga e Moderna» dedicado à freguesia de

Cacilhas veio confirmar que estamos perante um projecto cultural de fundo, que autor e autarquia prosseguem apesar das dificuldades que decerto vão encontrando na sua concretização.

A riqueza e diversidade dos materiais recolhidos, fruto de intensa pesquisa, a par do rigor que se respira em cada uma das suas páginas e da qualidade gráfica que exhibe, prova que estamos perante uma obra bem pouco comum nas publicações desta índole e num domínio ainda tão pouco desbravado.

Realce-se por fim o esforço do autor em recorrer ao testemunho de homens e mulheres que participaram em alguns dos eventos relatados, no intuito de procurar pôr em relevo a verdade dos documentos recolhidos.

Em suma, uma edição que contribuirá de forma significativa para um melhor conhecimento de Cacilhas e da sua vida social no decurso do tempo. ■

## POEMAS DE MANUEL CORREIA

(In "PASSOS BIFURCADOS" – Prémio  
de Poesia «Ano Internacional da Paz»  
instituído pela Associação dos  
Municípios do Distrito de Setúbal,  
a publicar brevemente na colecção Poesia  
Contemporânea das Edições Folha  
D'Hera)

Eu não inventei nada.

Encontrei tudo escrito  
nos caroços dos frutos,  
no miolo do pão

Nem sequer as palavras,  
— nem tão pouco estes versos,  
(pelo pouco que são).

Murmúrio de ribeiros  
que me vem aos ouvidos  
e depois se mistura  
na canção.

\*  
\* \* \*

Quase como água corrente  
o tempo corre na fala,  
e diz da nossa justiça  
onde a justiça nos cala.  
É uma força muito antiga,  
— esta de pôr na cantiga  
o que cá dentro nos rala.

Tem a canção o seu tempo,  
e quem a faz o seu canto.  
O tempo tem seus meandros  
que nos requebram o canto.  
Mas podemos ir dizendo  
que a vida toma outro gosto  
quando a gente vai cantando.

\* \* \*

\* \* \*

Prosou tão bem quanto pôde  
Encheu os ares de perfumes  
e só parou quando soube  
que tinha chegado aos cumes,  
acerados como gumes.

Arriscou. Apenas disse  
o que sabia de cor,  
pois tudo o que ele fizesse  
relembriaria o amor

do amor que se predisse.

Ergueu então sua vara  
e vazou os seus alforjes  
nessa viagem tão rara  
em que persegues e foges.

Ontem, amanhã e hoje.

Perdeu-se na mouraria,  
veio ter ao bairro-alto.  
Apenas lhe apontariam  
ter passado a vida a salto  
E tudo o mais que diriam  
— deveres, honras, fama, medo —  
pouco contara para ele.

Onde ressoam palavras,  
muito nos enganaremos.  
Dizem-se umas;  
pensam-se outras.

Por não ser misterioso  
mas também não ser grosseiro  
perdeu-se na mouraria —  
Veio parar ao Terreiro.  
A liberdade custava  
mais do que sentir-lhe o cheiro  
no rio grande que passava  
sempre novo, largo, — inteiro.

e, no fundo, não sabemos  
o que queriam dizer  
antes da prova-de-fogo  
que é lutar, amar, viver

A multidão avançava  
e ele dentro, ia com ela.  
Não inventou multidões  
nem o hálito da cela.  
Quando podia, seguia;  
quando cansava, parava,  
e logo, no outro dia,  
o caminho retomava.

# Noticiário sociocultural



# NOTICIÁRIO

Arnaldo Pereira\*

## 1. Apoio à colaboração com as escolas

As Câmaras Municipais do Distrito de Setúbal têm dado uma contribuição relevante para a resolução de muitos problemas educativos que afectam os concelhos, resultantes uns do crescimento acelerado da população escolar no último decénio, e reflexo, outros, da crise estrutural que o sistema de ensino atravessa.

Deve sublinhar-se, aliás, que essa contribuição, longe de reduzir-se ao quadro de competências reservadas às autarquias, as tem excedido largamente, devido a flagrantes e persistentes omissões do Poder Central.

No contexto de uma política de abertura e diálogo permanentes, as Câmaras têm desenvolvido uma intensa e regular colaboração com as escolas em múltiplas áreas, desde o apoio a acções de formação e reciclagem, à realização de actividades extra-curriculares e a ajudas materiais diversas. Isto porque só através de uma substancial melhoria das condições de ensino e da adequação deste às realidades locais, é possível comprometer a população escolar na defesa da identidade e no progresso da sua terra, ao mesmo tempo que se promove a solidariedade comunitária.

### 1.1 Acções de defesa e protecção do ambiente

Das iniciativas conjuntas concretizadas no ano lectivo de 1986/87, merecem especial

destaque as relacionadas com a defesa do meio, integradas no *Ano Europeu do Ambiente*.

São exemplo, entre outras, as I Jornadas de Defesa do Meio Ambiente realizadas em Alcácer do Sal; Visitas e Projecção de filmes sobre a Reserva Natural do Estuário do Tejo promovidas em Alcochete e as Acções de Formação para Professores de Sesimbra em colaboração com o Parque Natural da Arrábida seguidas de visitas guiadas àquele local. Elas testemunham a importância atribuída pelas autarquias à protecção do riquíssimo património natural dos concelhos, e também a sensibilização da comunidade escolar para os problemas com ela relacionados.

#### a) *Semana da Árvore no Seixal* (16-21 Março)

Foi levado à prática o programa «A criança, a árvore e o Ambiente» destinado a comemorar o *Dia da Árvore* numa perspectiva multidisciplinar.



Plantação de árvores

\* Coordenador dos Serviços Socioculturais da Câmara Municipal do Seixal.

Organizaram-se neste âmbito, concursos variados, procedeu-se a plantações de centenas de árvores e arbustos em todas as freguesias do concelho, efectuaram-se colóquios e inaugurou-se uma exposição sobre *A Árvore e o Seixal* que percorreu diversos estabelecimentos de ensino. Os textos e materiais preparados para a referida exposição foram utilizados em livro a editar em 1988.

#### b) *Festa da Árvore* (27-30 Maio)

Para comemorar o 80.º Aniversário da primeira festa da árvore realizada no país (a 27 de Maio e que teve lugar no Seixal) efectuou-se um desfile ecológico na vila com a participação de alunos de todos os graus de ensino, iniciativa que teve uma grande repercussão popular.

No Jardim do Seixal também foi descerrada uma placa comemorativa alusiva e plantada uma árvore (Araucária).

No dia 30 realizou-se uma visita de estudo no concelho orientada por especialista,

seguida de um colóquio vivamente participado.

Durante este período tiveram ainda lugar outras iniciativas, destacando-se uma Grande Festa no Parque Natural da Amora (27 de Maio) que contou com a presença de centenas de alunos das escolas do concelho e teve um programa variado: poesia, dança, teatro e exposição de trabalhos feitos pelos alunos.

#### 1.2 Iniciativas diversas

Além das acções relacionadas com a defesa e protecção do ambiente e património natural, as câmaras do distrito prestaram uma série de serviços diversificados à população escolar, designadamente através dos seus organismos mais vocacionados para o efeito, como por exemplo:

MUSEUS - visitas guiadas aos concelhos, passeios no Rio Tejo (Seixal e Moita), exposições itinerantes, apoio a actividades pedagógicas.



SEIXAL – Passeio no Rio Tejo, na Falua

**BIBLIOTECAS** - formação de professores encarregados de bibliotecas escolares, acções de animação de leitura e divulgação do livro (Feiras do Livro em Almada e Seixal).

**ANIMAÇÃO CULTURAL** - promoção e/ou apoio a espectáculos diversos em escolas, colóquios, ciclo de cinema, etc.

## **2. Actividades de bibliotecas e museus**

### **2.1 Bibliotecas**

No âmbito da dinamização e descentralização da leitura pública, as Bibliotecas Municipais têm promovido uma série diversificada de acções, podendo realçar-se:

— Três bibliotecas estivais localizadas junto à Piscina Municipal da Torre da Marinha, Praia do Alfeite e Parque da Verdizela (Seixal).

— Circuito do Livro que proporciona uma circulação de livros pelos infantários e centros de dia (3.ª idade) nos concelhos de Barreiro e Seixal.

Além destas actividades houve ainda a participação no Encontro Hispano-Luso de Bibliotecários realizado em Espanha (Ávila) por parte da Biblioteca Municipal do Seixal.

De acordo com o objectivo de promover a leitura pública, as câmaras de vários concelhos celebraram protocolos com o I.P.L.L. para a construção e/ou ampliação de Novas Bibliotecas Municipais (Seixal, Grândola, Palmela, Santiago do Cacém, Moita e Barreiro).

### **2.2. Museus**

Por todo o distrito se verifica uma grande preocupação quanto à preservação do património histórico e natural, procedendo-se à recolha, inventário e tratamento de diverso material. Para isso os museus têm desenvolvido

uma acção regular junto das populações, tendo em vista obter a sua colaboração efectiva para a conservação e defesa do rico espólio de que são possuidoras. Em alguns concelhos há um esforço grande para concretizar a abertura de museus. Mesmo assim, as autarquias têm proporcionado a apresentação pública de inúmeras exposições versando diversos temas, desde o artesanato à pintura, tecelagem, desenho, etc., etc.

No Seixal, o Ecomuseu inaugurou uma exposição permanente no seu núcleo sede, comemorando o 5.º aniversário da sua fundação.

Pretende-se com ela, proporcionar uma imagem do concelho, na multiplicidade dos seus aspectos, na caracterização das suas raízes, na avaliação do seu percurso histórico.

Foi também, a propósito, editado um pormenorizado catálogo/guião.

Orientados por técnicos do Ecomuseu, efectuaram-se cursos de construção naval e de restauro e conservação de azulejos no Núcleo Naval de Arrentela e na Quinta da Trindade, na perspectiva de salvaguardar práticas e saberes regionais tão importantes para a identidade cultural do concelho.

Também o inventário e preservação do legado histórico tem constituído uma preocupação do Ecomuseu, encontrando-se em curso importantes projectos de investigação arqueológica (escavações na Quinta do Rouxinol), construção naval, etnográfica (recolha das tradições orais) e ambiental (fauna e flora dos esteiros e sapais).

## **3. Animação cultural**

### **3.1 Música**

Neste campo, as autarquias têm privilegiado a prestação de apoios a colectividades e agrupamentos musicais, ao

mesmo tempo que tentam enraizar e divulgar o gosto pela música.

A «Semana da Música» e o «7.º Festival de Música dos Capuchos» em Almada, deram lugar à organização de concertos, exposições, filmes e vídeos acompanhados de debates junto de um público sempre interessado.



ALCOCHETE – Um ensaio pela Banda de Música

A ocorrência do «Mês da Música» em Alcochete é uma iniciativa ímpar não só pelo elevado nível de concertos apresentados por afamadas bandas,

filarmónicas, agrupamentos musicais e orquestras nacionais neste concelho, como pelo tradicional convívio entre os participantes e organizadores — a Câmara Municipal de Alcochete e a Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898.

A 2.ª Edição de Concertos «Música e Paz» em Sesimbra são outro exemplo de momento musical neste concelho.

A par destas iniciativas, realizaram-se em todo o distrito diversos concertos, espectáculos musicais, actuações de grupos corais regionais, bem como a participação de artistas estrangeiros que contribuíram para um estimulante intercâmbio musical.

Tudo isto tem sido possível porque as câmaras municipais além de incentivarem e dinamizarem estas iniciativas, oferecem novos instrumentais às bandas locais, tal como fez a do Seixal, recentemente.

Foi também aqui concretizado um Programa de Animação de Jardins Públicos durante os meses de Verão que teve a colaboração das diversas autarquias e colectividades das freguesias de Amora e Corroios.

Assim ao Parque do Serrado/Amora e ao Parque Dr. José Afonso/Miratejo



Carlos Paredes no Dia Internacional da Mulher na Capela de Alhos Vedros

convergiram largas centenas de munícipes todos os fins de semana estivais, a fim de poderem apreciar diversas manifestações artísticas.

### 3.2 Teatro

No teatro verificaram-se acções de formação, designadamente a realização de Cursos de Expressão Dramática em vários concelhos.

Por outro lado as câmaras do distrito asseguraram a vinda de grupos nacionais e estrangeiros, que levaram à cena diversos espectáculos, apoiando também grupos de teatro locais.

Merece um especial destaque a «IV Festa de Teatro de Almada» que trouxe ao povo deste concelho notáveis espectáculos e o contacto com grupos de teatro estrangeiros.

### 3.3 Festa do Peixe e do Marisco

O certame que decorreu em Sesimbra (2-10 Maio), com a denominação «Festa do Peixe e do Marisco» teve como principal objectivo a promoção e divulgação da culinária sesimbrense, como valioso atractivo turístico.

Largamente participada pela maioria dos restaurantes locais, esta festa foi animada



Orquestra Ligeira do Exército, actuando na Sociedade Musical Sesimbrense, integrada na Festa do Peixe e do Marisco. Maio de 1987

por diversas acções de âmbito cultural, com destaque para o Desfile Etnográfico que a encerrou, o qual excedeu todas as expectativas, pois realizando-se pela primeira vez, muito poucos acreditaram no seu êxito.

Contudo, os cerca de 200 jovens que participaram neste desfile entenderam a mensagem que a Câmara Municipal lhes dirigiu e, dando-lhe forma em toda a sua plenitude, interpretaram-na com a naturalidade e a alegria que só a juventude sabe transmitir, transformando-a numa verdadeira homenagem aos pescadores e camponeses deste concelho.

Abriu o Desfile a Fanfara dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra e nele se integraram também as Bandas da Sociedade Sesimbrense e da Associação Zambujalense, bem como dois Ranchos Folclóricos da Quinta do Conde.

Os quadros vivos que representaram 7 artes de pesca — Armação à Valenciana, Traineira, Pesca do Aparelho, Chinha, Sacada, Covos e Pegassos e várias actividades da zona rural, das quais se destacam as ceifeiras, o fabrico do pão, o trabalho do canteiro e os curiosos pormenores das indumentárias da gente do campo, no 1.º quartel do século XX, satisfizeram a curiosidade dos forasteiros e comoveram muitos sesimbrenses que acorreram à Marginal e ali recordaram outros tempos, com ternura e saudade, mas também com a amargura das más recordações, que épocas bem difíceis lhes deixaram.

Foram as longas crises das Armações, os grandes temporais em que perderam a vida muitos pescadores desta terra, nesse tempo sem porto de abrigo e afectada pela falta dos apoios indispensáveis ao digno desempenho das actividades piscatórias e rurais.

Mas o espectáculo foi tão belo que deixou esquecer as mágoas e todos aqueles que o presenciaram, manifestaram o desejo de o ver repetir.

E aqueles jovens, cujo engenho e criatividade eram já bem conhecidos pelas suas actividades carnavalescas, pois eles fazem parte de 9 Grupos e Escolas de

Samba, conheceram agora uma experiência não menos aliciante, mas sem dúvida com muito mais significado, por traduzir usos e costumes da sua gente, do povo desta terra situada entre o verde da serra e o azul do mar.



SESIMBRA – Carnaval. Desfile de Escolas de Samba

### Exposições realizadas

ALMADA - Almada, das Origens até Hoje; Arqueologia Naval; Paz e Artesanato; Cédulas Municipais do País; Exposição de Artes Plásticas; Exposição Nacional de Arquitectura; O Ambiente e a Qualidade de Vida.

ALCOCHETE - Artesanato de Países Socialistas; O Tejo; Da Pintura à Poesia de Ana Maria Botelho; Vida e Obra de

Raúl Carapinha; Pintura de Gama Diniz; Alcarte; A Arte das Mãos que Fazem Renda; O Tejo na Escola.

MOITA - A Arquitectura e o Município; Da Arte à Escola, da Escola à Arte; Exposição Autárquica sobre o Plano de Actividades; Semana da Cultura Africana.

SETÚBAL - Arte Popular da Geórgia; Setúbal - Ontem e Hoje; Pintura e Desenho de Carlos Lança, Sara Mendes, Feliciano, Manuel Esteves, Mágico Veneno, Maria José Botelho de Brito; Arte Indo-Portuguesa; O Trabalho Faz o Homem; Caricaturas por Adelino Silva; Como os Artistas sentem a Poluição do Ar; Feira-Exposição do Livro Infantil; Itinerários da Arrábida; Homenagem a: Família Cabecinha, Sebastião da Gama, Família Rosado Pinto.

ALCÁCER DO SAL - Mostra de Artesanato na Casa do Alentejo; O Ciclo do Pão; O 25 de Abril e o Ensino; Exposição Fotográfica «Rio Tejo».

SANTIAGO DO CACÉM - Flora de Rio Figueira; Artesanato; Semana do Património.

SEIXAL - Pintura de Gama Diniz; História da Sociedade F. União Arrentelense; A Árvore; Actividades da CCEBA; Pintura de Júlia Babo.

SESIMBRA - Artesanato da Coreia do Norte.



1.º Encontro de Colectividades de Alcochete



ALCÁCER DO SAL – Mostra de Artesanato na Casa do Alentejo

### Festejos Populares

ALMADA - Festas da Cidade; Corso Carnavalesco.

MOITA - Festa N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> Boa Viagem; Feira Anual; Festa N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> Atalainha; Festa S. José Operário; Festa N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> Rosário; Festa N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> Anjos; Festa N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> Graça.

ALCOCHETE - Festas do Barrete Verde e das Salinas.

SEIXAL - Festas S. Pedro; Festas Populares de Arrentela; de Paio Pires; Amora e Corroios.

SETÚBAL - Feira de Sant'Iago.

ALCÁCER DO SAL - Corso Carnavalesco Infantil.

GRÂNDOLA - Feira Anual de Agosto.

SESIMBRA - Festival do Mar; Festas Carnavalescas; Festa do Peixe do Marisco; Festival do Mar.

### Diversos

— Passeios no Rio Tejo; Itinerários na Serra da Arrábida.

— Encontro sobre Associativismo Juvenil nos Concelhos Rurais da Região do Alentejo.

— Encontro de Poetas Populares no Seixal.



ALCÁCER DO SAL – Escolas visitaram a exposição “O Ciclo do Pão”

#### FICHA TÉCNICA:

*Título* Movimento Cultural

Ano 3 N.º 4, Fevereiro, 1988

*Edição e Propriedade:* Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal

*Redacção e Administração:* Av. Dr. Manuel Arriaga, 6, 2.º-Esq. – 2900 Setúbal – Telefones: 34221 - 34232 - 34268

*Director:* Eufrásio Filipe

*Conselho Redactorial:* António Matos, Alexandre Flores, Arlindo Mota, Eufrásio Filipe e Luís Marques

*Colaboração:* A. Biosa e Gala, Alberto Ramos, Alexandre Flores, Arlindo Mota, Arnaldo Pereira, Carlos Tavares da Silva, Comissão Instaladora do Centro Cultural Nunes Emmérico, Eufrásio Filipe, Fernanda Zeferino, Henrique Cabeçadas, J. Jorge Letria, João Faria, Joaquina Soares, Leopoldo C. N. de Almeida, Lucília Salgado, Luís Beira, Luís Marques, Manuel João da Silva, Manuel Lima, Manuel Valente Fernandes, Maria José Dias, Mário Ventura Henriques, Marisol A. Ferreira e Sérgio Pereira Bento

*Capas e Arranjo Gráfico:* Carlos António de Oliveira e Sousa

*Tiragem:* 5000 exemplares

*Composição e Impressão:* Gráfica Ideal de Cacilhas, Lda.

Impresso em papel **hesset** 80g.

Depósito Legal n.º 6945/85

Preço: Esc. 200\$00

*Slides:* Agradecemos à Região de Turismo de Setúbal a cedência das fotografias de Maurício Abreu utilizadas na capa

A A.M.D.S. agradece ao Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal a cedência dos diapositivos que constam da contra-capa

NOTA: As opiniões formuladas nos vários artigos nem sempre serão coincidentes com as da AMDS, sendo por isso, da exclusiva responsabilidade dos seus autores

# Pinturas Murais No Distrito De Setúbal

